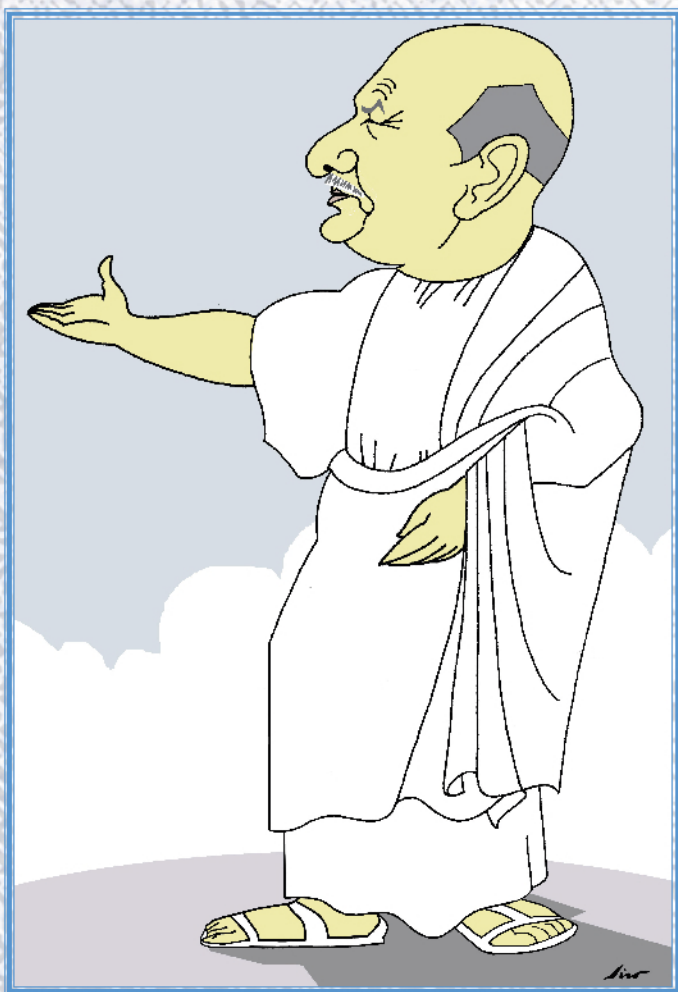


**Carvalho Calero:**  
**por um Galego útil, rendível,**  
**económico e competitivo**



**Joel R. Gómez**  
**Ricardo Carvalho Calero**

**J.-Martinho M. Santalha**  
**António Gil Hernández**

**Joel R. Gómez  
Ricardo Carvalho Calero  
José-Martinho Montero Santalha  
António Gil Hernández**

**Carvalho Calero:  
por um Galego útil, rendível,  
económico e competitivo**



Academia Galega da  
Língua Portuguesa

**Publicação da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP)**  
***www.academiagalega.gal***

- © Joel R. Gómez: “A produção jornalística de Carvalho Calero sobre política linguística: por um galego útil, rendível, económico e competitivo”.
- © *La Voz de Galicia* e Herdeiros de Ricardo Carvalho Calero: “Ortografia galega” e “Galego-Portugués ou Galego-Castelán”.
- © José-Martinho Montero Santalha: “Recebimento de Joel Gómez na AGLP. (Santiago de Compostela, 5 de outubro de 2024)”.
- © António Gil Hernández: “Prof. Carvalho Calero: Notas reintegracionistas”.
- © Siro López: caricaturas.

ANEXO VI ao *Boletim da AGLP*

ISBN: 979-13-990743-3-8.

D.L.: LU 137-2025

Diagramação: Lene Meyer Yong-Jae.

Impressão: Eoditorial.

## ÍNDICE DO VOLUME

### 7 Prólogo

JOEL R. GÓMEZ

### 9 A produção jornalística de Carvalho Calero sobre política linguística: por um galego útil, rendível, económico e competitivo.

- 9 Resumo/Abstract  
12 O galego, uma língua  
14 Reintegração e normalização  
37 “Política linguística: memórias dun esquelete”  
59 Imobilismo, progressos e retrocessos  
68 Conclusões  
73 Produções de Ricardo Carvalho Calero no jornal *La Voz de Galicia*  
85 Outra Bibliografia

RICARDO CARVALHO CALERO

### 93 2 artigos no jornal *La Voz de Galicia*.

- 97 Ortografia galega (20/07/1975)  
101 Galego-Portugués ou Galego-Castelán (10/08/1975).

JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA

### 105 Recebimento de Joel Gómez na AGLP.

(Santiago de Compostela, 5 de outubro de 2024).

- 106 Obra escrita  
108 Os inícios  
109 Epílogo

ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ

### 111 Carvalho Calero: Notas reintegracionistas.

## PRÓLOGO

Este Anexo VI do *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* (AGLP) inicia-se com o estudo “A produção jornalística de Carvalho Calero sobre política linguística: por um galego útil, rendível, económico e competitivo”, de Joel Gómez. Este trabalho foi apresentado o dia 5 de outubro de 2024 na Casa da Língua Comum, em Santiago de Compostela, com ensejo do ingresso do autor como membro numerário da AGLP. São analisados nele mais de cem produtos difundidos por Carvalho Calero no jornal *La Voz de Galicia*, em que se ocupou de temas de política linguística. Reivindica-se como produtor de artigos de opinião e reclama-se a atualidade da sua doutrina reintegracionista, e que seja considerada de novo na agenda política da Galiza, após os dececionantes resultados da política linguística aplicada desde abril de 1983, que derivou na perda de utentes da língua da Galiza e a sua progressiva substituição pelo espanhol. Na bibliografia final referenciam-se 236 trabalhos de Carvalho Calero, publicados entre 1945 e pouco antes da sua morte, nessa empresa de comunicação.

Reproduz no final 2 artigos de Ricardo Carvalho Calero publicados no jornal no verão de 1975, especialmente significativos pelo tempo em que se difundiram, poucos meses antes da morte de Francisco Franco. Neles Carvalho propõe uma modificação progressiva da ortografia galega, passando de uma orientação alicerçada no galego-castelhano para a do galego-português, esta última acorde com a história e a tradição da língua.

Seguidamente inclui-se a resposta de recebimento por parte de José-Martinho Montero Santalha para Joel Gómez como novo académico, onde se põe em destaque a sua trajetória, detendo-se em especial nos seus inícios no jornalismo.

Finalmene, António Gil Hernández, atual presidente da AGLP, lembra o seu relacionamento com Carvalho Calero e salienta informações e aspetos de interesse respeitantes ao reintegracionismo e ao eventual rumo da língua da Galiza no período autonómico.

O volume acompanha-se na capa de uma caricatura do artista gráfico Siro López, quem tem dedicado numerosas produções a Carvalho Calero e também se tem ocupado de difundir a sua obra e doutrina.

A AGLP agradece a Siro López, bem como a *La Voz de Galicia* e à família de Ricardo Carvalho Calero, a sua colaboração para a edição desta publicação.

# **A produção jornalística de Carvalho Calero sobre política linguística: por um galego útil, rendível, económico e competitivo**

**Joel R. Gómez**

## **RESUMO.**

Este estudo centra-se nos trabalhos de Ricardo Carvalho Calero sobre política linguística difundidos por *La Voz de Galicia*, o meio em que mais publicou. As conclusões reivindicam-no como modelo de produtor de opinião para a comunicação social, e colocam de atualidade a sua doutrina de defesa do Galego-Português para avançar na normalização e na normatização da língua galega, doutrina que ele promoveu nas páginas do jornal desde o verão de 1975. Após os dececionantes resultados, com perda de falantes, por causa da aplicação nas quatro últimas décadas de uma política linguística alicerçada no seu referente de oposição, o Galego-Castelhano, parece urgente reconsiderar a proposta que Carvalho Calero arvorou desde o final do regime franquista, seguindo a história e a tradição amparadas no conhecimento científico, e que tinha sido referente para o Galeguismo.

## **PALAVRAS-CHAVE.**

Ricardo Carvalho Calero. Política Linguística. Comunicação social. Normalização. Reintegracionismo.

## **SUMMARY**

This work focuses on Ricardo Carvalho Calero's works about language policy published by *La Voz de Galicia*, the newspaper where he most published. The conclusions reaffirm him as a model of opinion producer in the media, and puts in the present his doctrine in defence of Portuguese Galician to advance in the normalization and the standardization of Galician language. This philological doctrine was promoted by him in this Galician journal from the summer of 1975 to the end of his days. There has been a disappointing performance, with the loss of Galician speakers, due to the implementation during the last four decades of a language policy based on its opposite language reference, the Spanish Galician. Therefore it seems urgent to reconsider Carvalho Calero's proposal built at the end of Franco regime, following the history and tradition supported by scientific knowledge, which had always been the reference for the galeguism.

## **KEY-WORDS**

Ricardo Carvalho Calero. Language policy. Media. Normalization. Reintegrationism.

*In memoriam*

**Ricardo Carvalho Calero e Ernesto Guerra da Cal**

COMO PUDEMOS  
viver? [...]  
Na escola, os nossos filhos aprendendo  
a condenar-nos, a  
desprezar-nos, a  
denunciar-nos, a falarem na língua  
com que insultados fomos e julgados  
réprobos, e na qual foi estendida  
a acta que nos levou  
ao paredom, ao cárcere, ao desterro;  
a língua com que nos indultaram  
para nos reinserir arrependidos  
no mundo que quigéramos  
substituir. Muitos morreram, mas  
nom falo agora desses mortos; falo  
dos que tiverom que viver morrendo  
entre os seus matadores, lendo a imprensa  
que de lama nos enchera, saudando  
as insígnias contra as quais militaram.  
Como pudemos  
viver? E mais vivêmos.  
E comêmos, dormímos, engendrámos  
crianças; se havia quê comer, se havia  
leito para dormir ou para amar.

**(Ricardo Carvalho Calero, *Reticências...*)**

Desde 29/11/1925 (Marco 2020: 29), quando tinha 15 anos, Ricardo Carvalho Calero (RCC, Ferrol, 1910-Santiago de Compostela, 1990) contribuiu com centos de trabalhos em mais de 70 publicações de periodicidade diversa<sup>1</sup>, de diários a anuários, ou que saíam ao mercado quando podiam. Muitos foram recolhidos por ele em livros e constituem um legado valioso. Onde mais publicou foi no *La Voz de Galicia* (LVG): entre 25/07/1945 e 02/12/1989 identifiquei até 236 produtos<sup>2</sup> nessa empresa de comunicação, com 229 artigos, 2 poesias, 2 cartas ao diretor e 1 Tribuna Pública no jornal, e 2 prólogos para livros. A temática predominante nestas publicações foram os problemas da língua galega, com uma perspetiva de política linguística; e temas de literatura e estudos literários, efemérides, atualidade política, cultura e história da Galiza, e assuntos autobiográficos. Em todo esse período, LVG foi um meio de comunicação de referência, mantendo-se como o diário com maior audiência e maior impacto na opinião pública.

O escopo do presente trabalho está nos escritos sobre língua, atendendo a acontecimentos da sua trajetória e da situação da Galiza. A cronologia e as citações permitirão verificar a evolução do seu pensamento e posições linguísticas, que foram mudando com as circunstâncias políticas. Nessas cinco décadas de colaboração no jornal *La Voz de Galicia*, nos seus trabalhos a respeito da política linguística para com o galego podemos diferenciar três etapas:

---

<sup>1</sup> São 52 da Galiza, 10 do Estado Espanhol, 3 da Argentina, 3 de Portugal, e uma do Brasil, dos EUA e do México, segundo se conclui da consulta dos estudos de Montero Santalha (1994), Rodríguez (2000), Gómez (2009), Marco (2020) e Máiz (2020), além dos fundos jornalísticos da sua biblioteca do Parlamento de Galiza (Gabinete de Comunicação do Parlamento Galego, 14/07/2012).

<sup>2</sup> Tentei fazer uma pesquisa exaustiva, mas há edições do jornal até à década de 1980-1990 que não estão completamente digitalizadas e nas quais porventura poderá haver mais contributos. No presente trabalho só se consideram os que ele enviou por iniciativa própria ou a pedido do LVG.

- 1 Entre 1945-1974, a reivindicação do galego como uma língua, não um dialeto, com a mesma categoria que o espanhol e outras; e o trabalho em prol da sua maior visibilidade e de maiores usos na escrita.
- 2 Desde o verão de 1975, o desenvolvimento da sua proposta reintegracionista, que teve o seu ponto principal em 1980, com a aprovação de umas Normas Ortográficas, pelo governo da Xunta de Galicia pré-autonómica em que ele se implicou muito diretamente presidindo uma comissão de especialistas. Essas Normas estiveram a vigorar até 20/04/1983, quando se promulgou o que RCC denominou *Decreto Filgueira*. Também promoverá com insistência nos seus artigos o estudo da língua para o seu uso mais correto.
- 3 Desde 13/05/1983 até à sua morte, insistiu nos seus contributos no LVG na defesa da sua proposta reintegracionista e de uma outra política linguística com argumentos de tipo científico, filosófico, histórico, linguísticos, sociolinguísticos, e mais.

### O galego, uma língua

Nos primeiros 29 anos publicou 28 contributos: 7 entre 1945-1970 e 21 no triénio 1972-1974. A estreia foi com poesia, «**O trebo das catro follas**» (25/07/1945), o seu primeiro trabalho difundido após a Guerra de Espanha de 1936. Em 1965 incorporou-se como docente de Linguística e Literatura Galega na Faculdade de Filosofia da Universidade de Santiago de Compostela (USC), e nesse ano recenseou no LVG o volume *Cantigas d'Escarnho e Maldizer* (16/06/1965), de Rodrigues Lapa, salientando o esforço da marca Galaxia ao editá-lo em português e destacando a vantagem que isso supunha para a sua difusão<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Antes, em «Cien años de *Cantares Gallegos*» (01/01/1964), o seu primeiro grande artigo no LVG, tinha salientado como neste livro Rosalía «descubre las posibilidades literarias de la lengua de su país, [...] para desembocar en una obra que quiere ser una

Desde 1972, em que assumiu a cátedra de Linguística e Literatura Galega na USC<sup>4</sup>, intensificou a sua colaboração no jornal. RCC assinou 8 artigos em 1972 no LVG, nos quais defendia o galego como uma língua, não um dialeto, como era considerado, o que o rebaixava a respeito do espanhol, única língua oficial. No intitulado «**O Galego, unha Lingua**» (17/09/1972) esclarece como, por vezes, era estipulado que o castelhano era a mãe do português e do galego, e sublinha o «estado de consciencia, determinado pola historia política, segundo o cal o galego é sentido polos galegos como distinto do portugués».

Em «**Un ou dous Noriegas**» (01/07/1973) diferencia em Noriega Varela uma etapa inicial, enxebrista, que atribui a que, como outros produtores coevos «isolados da tradición medieval [...] sempre estaban espostos a aceptar para o galego o destino do charro ou do panocho»; destino dialetal, que ele combatia. Mas, nos 13 anos em que exerceu como docente em Trasalva e se relacionou com pessoas do Grupo Nós, Noriega «coñece aos poetas portugueses contemporáneos, e eso halle abrir novos horizontes lingüísticos»; e também literários, pois «descobre na poesía portuguesa como a outra cara da lúa da poesía galega que el cultivara». O contacto com o português muda a sua produção. Este segundo Noriega é colocado assim com perspectiva reintegracionista. Este artigo pode ser considerado como a sua primeira reação pública perante «A recuperación literária do galego», de Rodrigues Lapa (05/1973), difundido pouco antes. Tentava evitar polémica pois, pela sua posição e contactos, conhecia porventura a contestação que podia provocar, e que provocou, esse artigo de Lapa.

Em «**Literatura Galega 1974**» (26/12/1974), ocupou-se do ano literário, e Ramón Piñeiro, nas mesmas páginas, do ano cultural. Ambos

---

reivindicación de su tierra y de su lengua» e como pretende «probar a los que la niegan, la dignidad de una lengua y de un modo de ser colectivo».

<sup>4</sup> Em 1970 aprovou-se a *Ley General de Educación* (Franco, 06/08/1970), promovida pelo ministro Villar Palasí, que possibilitava introduzir a língua galega no ensino obrigatório. Isso favorecia a formação de docentes. Esse ano, Aurora Marco começou a colaborar com ele na USC, e em 1972 (González, 2005: 127) «convértese, con Carvalho, na segunda persoa que imparte aulas de galego oficialmente en Galiza».

admitem, como sublinha RCC «o avance no uso do idioma galego», e que se «restauraron usos esquecidos, ou en 1974 fixeron frecuente o que dantes era excepcional». Salientam terem-se conhecido escritos reivindicativos em galego assinados por camponeses. Piñeiro conclui ser a primeira vez que isso acontecia, e que evidenciava como «a batalla do prestixio cultural está ganada», o que atribuía à atividade nos últimos 25 anos<sup>5</sup>. Carvalho indica que já tinha havido escritos semelhantes com anterioridade e, embora reconheça ser outro avanço, adverte de problemas da língua, que contrastavam com o otimismo de Piñeiro.

### Reintegração e normalização

No segundo período (1975-20/04/1983), aconteceram a morte de Franco (1975), a posterior transição política espanhola, com a aprovação da Constituição e de um regime pré-autonómico para a Galiza (1978), a introdução da língua galega no ensino obrigatório (1979) ou a aprovação do Estatuto de Autonomia da Galiza (21/12/1980) e o desenvolvimento da Administração autonómica. RCC mudou-se para a Faculdade de Filologia, inaugurada em 1975. Da sua produção científica merecem destaque a sétima edição da *Gramática elemental del gallego común* (1979), na qual defende a necessidade de uma reintegração do galego no seu mundo originário e avança com que no futuro insistirá nessa orientação; a terceira edição da *Historia da Literatura Galega Contemporánea* (1981), que mantém a ortografia da anterior; e, em Lis-

---

<sup>5</sup> Piñeiro diferencia três etapas na reabilitação cultural e linguística, após o período da Idade Média e o decaimento posterior: a dos «poetas», a partir da segunda metade do século XIX; as Irmandades da Fala, na primeira metade do XX; e «a nosa», que «comezou polo ano 50». Piñeiro e RCC não fazem referências ao *Manifesto pola supervivencia da cultura galega*, assinado por 13 pessoas (Montero Santalla et alii, 1974) da Galiza residentes em Roma; porém, o artigo de Piñeiro parece, em parte, uma resposta àquele documento, que ele tinha censurado para publicar em *Grial* (veja-se Montero Santalla, 2008).

boa<sup>6</sup>, na editora Sá da Costa, da mão de Rodrigues Lapa, *Problemas da língua galega* (1981), o primeiro volume onde assumia plenamente o reintegracionismo. Porém, o mais destacável foi, sem dúvida, a aprovação de umas *Normas Ortográficas do Idioma Galego*<sup>7</sup>, assumidas e publicadas pelo governo pré-autonómico (Fernández Barreiro, 1980), para aplicar no ensino e nos organismos que constituíam o ente pré-autonómico e que estiveram em vigor até 20/04/1983. Essas *Normas* partiam do Galego-Castelhano e favoreciam avançar progressivamente para o Galego-Português. LVG (10/04/1980) anunciou com destaque na primeira página a publicação dessas *Normas*, às quais dedicou muita atenção vários dias, com implicação de Xoán Carlos Rábade (18/04/1980 e datas posteriores), discípulo de RCC, de quem mesmo editará um livro (Rábade, 1980) sobre o tema. Porém, aquelas *Normas* suportaram fortes resistências na Galiza desde o início, como também se espelhou nas páginas do jornal. A oposição já esse mesmo ano começou a organizar-se para mudar a situação. RCC reformou-se da cátedra da USC (Montero Santalha, 1993: 99) em 30/10/1980<sup>8</sup>, e em 13-15/11/1980 teve lugar o colóquio *Tradición, Actualidade e Futuro*

<sup>6</sup> Em 1981 foi designado membro da Academia das Ciências de Lisboa e LVG noticiou em 10/06/1981.

<sup>7</sup> Em 21/09/1979 RCC tinha sido designado presidente da Comissão de Linguística, que promovia a Xunta de Galiza, para elaborar umas normas ortográficas para o galego. Era isso consequência de que, por Real Decreto de 20/07/1979, a língua galega era incorporada ao sistema educativo da Galiza e urgia a tarefa. A Comissão de Linguística aprovou as Normas em 25/02/1980. Carvalho (Verao 1985) esclareceu na *Agália* como funcionou a Comissão e como o único ponto em que não houve unanimidade não tinha sido incorporado no texto final. Entre as propostas antecedentes merecem destaque, da perspectiva do Galego-Castelhano, as *Bases pra unificación* que tinha aprovado a USC (AA. VV., 1977), e da perspectiva do Galego-Português a de Montero Santalla (1979).

<sup>8</sup> Pouco antes, o seu discípulo e um dos seus principais continuadores, José Luís Rodríguez, assinalava numa carta datada o 03/06/1980, há pouco publicada (AA. VV., 2020: 171): «A pugna entre uns e outros (“isolacionistas”, quer dizer, “castelhanistas”, e “reintegracionistas”, chamados a miúdo “lusistas”) é e será dura e terrível, porque cada posição leva com ela uma determinada visão de Galiza».

do Galego, na Universidade de Tréveris, em que a delegação galega avançou como estavam a trabalhar para adotar uma nova orientação, como assim com efeito se fará<sup>9</sup>.

Nesse tempo RCC acrescentou a influência no LVG, integrando o júri do prémio Fernández Latorre que organizava o jornal, que em 1977 foi atribuído a Montero Santalha (26/07/1977) por «Integración lingüística galego-portuguesa», um artigo que defendia o reintegracionismo<sup>10</sup>. Em 1978 RCC prologou *O galego hoxe*, um curso de língua que se tinha divulgado nas páginas do jornal e que na publicação em livro atingiu um grande sucesso; na nona edição, em outubro de 1980, incorporou um novo prólogo seu, em que salientava o acerto de se ter

---

<sup>9</sup> Defenderam mudar as *Normas* de 1980 Ramón Lorenzo, o sucessor de RCC na cátedra; Alonso Montero, quem também seria catedrático do Departamento de Galego da USC; Filgueira Valverde e Antón Santamarina, quem em 1980 assinaram a proposta da Comissão presidida por Carvalho, e Filgueira mesmo será o conselheiro que assine o novo decreto autonómico para a substituição de aquelas *Normas*; Constantino García e Benito Varela Jácome, docentes da USC; ou Ramón Piñeiro, da editora e do grupo Galaxia. Não assistiram Rodrigues Lapa, nem Carvalho; e o principal defensor da posição do Galego-Português foi o linguista e político brasileiro Celso Cunha, quem afirmou (Kremer e Lorenzo, 1982: 244): «Uma ortografia nunca pode ser fonética, é fonológica. De modo que essas pronúncias galegas, eu acho que caberiam num sistema assim flexível como é o sistema português». Cunha tinha defendido em 1963, no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, uma proposta juntamente com Ernesto Guerra da Cal, Pedro Calmon (reitor da Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro) e Alberto Machado da Rosa (açoriano exilado, rosalianista e docente na Wisconsin University) favorável para uma aproximação ortográfica do português de Portugal e do Brasil, que considerasse a língua da Galiza (ver as *Atas*, AA. VV. 1968, pp. 360 e passim). *LVG* noticiou o encontro de Treveris (Redação 18/04/1980 e 22/10/1980; e Alonso Boo 27/12/1980), dando destaque à polémica provocada em redor de Lapa.

<sup>10</sup> Esse artigo concluía convidando o leitor a ler publicações em português e a utilizar um dicionário português para escrever em galego, pois (Montero Santalla, 26/07/1977) «Estamos seguros de que experimentará por si mesmo que non ten sentido seguir falando de «idioma galego», senón de galego-portugués (ou, para decilo con Rodríguez Lapa, de “portugalego”), porque non existe máis “idioma galego” que o galego-portugués. Que[n] fala galego, fala galego-portugués. E seria irrazoábel que pretendésemos normativizar a nosa lingua como se Portugal non existise».

adaptado às *Normas* de 1980<sup>11</sup>. Em 1978 e 1979 recebeu o apoio estratégico de vários artigos de Manuel Rodrigues Lapa no LVG, que põe (Lapa, 24/05/1978) como modelo a seguir na Galiza a doutrina de Carvalho<sup>12</sup>. Desde 1980 RCC adotará progressivamente uma posição mais reintegracionista nos artigos, até chegar a utilizar no LVG mesmo a normativa da Associação Galega da Língua (AGAL), entidade fundada em 1981, que tinha nele o referente central<sup>13</sup>. RCC assinou 78 artigos no LVG nesses pouco mais de 8 anos, em que reivindicou a confluência da ortografia galega com a do português, segundo a história e a tradição da língua defendidas por Castelao e o Galeguismo, para a sua progressiva normalização na sociedade galega.

São artigos como «**Ortografia galega**» (20/07/1975) e «**Galego-Portugués ou Galego-Castelán**» (10/08/1975), os primeiros desse período (vejam-se reproduzidos infra) e hoje referentes da doutrina reintegracionista. No primeiro indica como para o galego «históricamente non habería outra ortografía que a inspirada no portugués». Apesar de se difundirem esses artigos ainda no franquismo, julga que «Estamos se cadra no intre en que compre xa unha revisión da nosa normativa». E conclui, seguindo a doutrina de Menéndez Pidal, em quem se ampa-

---

<sup>11</sup> Na reedição colabora o seu discípulo Joám Carlos Rábade. RCC sublinha no novo prólogo como «*O galego hoxe* para ser fiel ao seu nome, estaba obrigado a existir, como o fai, o movemento de reintegración do galego no seu ámbito orixinário, sen por isto pretender a resurreición de formas arcaicas xa excluídas na sincronía actual en todas as latitudes do sistema». Esta atitude de apoio de LVG a RCC não era assumida por muitas editoras galegas.

<sup>12</sup> Nesse artigo, Lapa valoriza RCC como a pessoa com informação e formação mais valiosa sobre a língua galega e o seu futuro, e cita parágrafos de dois artigos de Carvalho publicados no LVG em 31/12/1977 e 02/03/1978.

<sup>13</sup> Também apoiavam a doutrina de Carvalho, nessa linha de adoção da ortografia histórica da língua galega, a Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa, as Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, a Associação de Amizado Galiza-Portugal, a Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada e o chamado movimento reintegracionista de base, com entidades locais e centros sociais em várias vilas e cidades.

rará mais vezes nos anos sucessivos, que a ortografia: «ten que insertarse no mundo cultural ao que está tradicionalmente adscripta, restabelecendo a continuidade que pode ter sido alterada polo intre dialectal en que a lingua viviu durante séculos». No seguinte traballo defende que a lingua da Galiza «é unha variedade inserta dentro dun complexo lingüístico do que foi o núcleo histórico, pero que hoxe ten por núcleo, sociolóxicamente falando, a variedade meridional, lingua oficial do Estado ali constituído», a lingua portuguesa. Adverte que só havia dúas opcións «galego-portugués ou galego-castelán [...] un galego-castelán remata, lóxicamente, nun dialecto castelán de substrato galego. Unha situación análoga á do moderno leonés, ou á do aragonés moderno». É por isso que se pronuncia em favor do Galego-Português.

Desde 1976 insistirá em que se devia estudar a lingua para usá-la com correção. Assim o faz em «**O galego desenfreado**» (22/08/1976), em que alerta contra os castelhanismos e os hiperenxebriismos. Ou em «**O galego irlandés**» (19/08/1977), em que reprova o uso indebido do apóstrofo, à moda irlandesa, que se via muito em nomes de restaurantes e estabelecimentos da hotelaria galegos: «Son manifestacións da ignorancia do galego por parte dos galegos», afirma. Também utiliza e divulga no jornal argumentos do campo científico para esclarecer a evolução e perspectivas da lingua. Assim faz em «**O galego antigo**» (26/08/1977), em que esclarece os inícios da formação da lingua e a sua evolução nos primeiros séculos, para concluir: «Semella condenar como antinatural a resistencia, determinada por unha deformación enalleante, productu dunha educación estatal uniformista, a achar no portugués orientación para resolver os problemas que se presentan hoxe ao galego»; «**O galego medio**» (15/09/1977), «**O galego moderno**» (18/09/1977) e «**O galego futuro**» (22/09/1977) ou «**O problema da lingua**» (31/12/1977). Neste sintetiza e conclui:

**E**NEXAMAIS existiu unha disposición legal que decretara ao galego decaído do seu carácter de lingua utilizábel aos efectos oficiais. No rexistro de pragmáticas de Isabel I, raíña de Galicia, non figurou nunca noticia dun texto restrictivo do uso público do noso idioma. Notarios galegos estendían os estermentos públicos na lingua do país mesmo baixo o reinado de César Carlos V. Nunca foi o galego decretado lingua oficial en Galicia e nunca foi despois legalmente mediante declaración expresa dese carácter oficial. Foron os acontecementos históricos os que sin formulación positiva de carácter xurídico, sin proclamación legal concreta, elevaron e abaxaron a condición social do idioma, e, coa condición social, a condición administrativa. O galego foi lingua tabeleónica e chancelaresca mentras foi lingua común dos galegos e lingua literaria. Chegado o romance á súa madurez nos linderos dos séculos XII e XIII, escribíronse naturalmente nel os primeiros trovadoresos e as cartas forais, as crónicas históricas e os diplomas redactados na curia do Arcebispo. Ningún rei, ningunha autoridade outorgou ao galego carácter de lingua oficial; ningunha autoridade nin rei ningún outorgou ao feito natural do uso xeral do galego. Mentras a partir do advenimento da dinastía de Trastámara — un condado galego vido a mans castelás — ao trono de Galicia — unido persoalmente ao trono de Castela — unha forte penetración de nobreza forasteira vai cambiar a estrutura demográfica do país. Estilidos os desparecidos os máis dos nosos nobres que militaran no bando lexistimista, o Conde de Trastámara feito rei entregou moitas terras vacantes a parciais seus, segundóns de casas distinguidas non galegas, e estas merce-

no seu monolingüismo oral polo seu atraso cultural e económico, castelanzáronse na súa conciencia lingüística, e o galego pasou a ser socioeconómicamente unha forma rustica do castelán en Galicia.

A reivindicación do galego como lingua escrita non podía xurdir senón no seo mesmo da aristocracia e a burguesía, que sendo por vía de regra de sangue alleo ou mesturado, dispunhan endebén da folgura económica e do patrimonio cultural conseguido, indispensábel para concebir unha reforma da situación lingüística. Os dirixentes da vida social e económica eran os únicos capaces de dirixir a vida literaria do país. Ao retroceder o racionalismo uniformista, algúns membros das clases superiores de Galicia interesáronse polo propio da terra, e moi pronto un pulo romántico empurróuna á restauración da fala aldraxada. Pola vía da cultura, nobres e comerciantes galegos, dos que os apelidos decretaran moitas veces as orixes forasteiras, asumiran a defensa dos valores do país, e entre eles a lingua.

Así, ao traveso de institucións como a Academia Galega e o Seminario de Estudos Galegos, as Irmandades da Fala e as agrupacións culturais e políticas de signo galeguista, promovéuse un rexurdimiento do idioma. Este movemento rexistrábase proxectivamente no interior das clases sociais que non eran falantes espontáneos do galego, mentras que as que o eran, soballadas pola dureza da súa vida, permanencian alleas ao romántico empenho, e máis ben evolucionaban, ao irse alfabetizando ou mellorando economicamente, cara o uso do castelán, que as equiparaba aos donos do poder social e as limpaba do lixo do uso dunha lingua servil. Por eso ante mesmo as forzas políticas que querían representar á estas capas inferiores da sociedade,

tores en que non desapareceu completamente, vive parasitando no corpo da literatura de tendencia coxuntural, o que demostra a conciencia do escritor galego de que só o tema social pode propiciarlle leitores.

Mais a proliferación de escritos en galego non pode interpretarse sin máis como un triunfo da lingua galega en si mesma, porque non sempre vai acompañada do necesario interese pola autenticidade idiomática. Hai en ocasións un profundo desprezo polo estormento de que nos servimos. Dadas as circunstancias en que se desenvolveu a loita pola lingua literaria, a creación e consolidación da mesma está orixizada de dificultades. Castelanismos primários, hipervocabulismos despois amarraron desde os Precursos a calidade do idioma escrito. Apenas se coñecían modelos; apenas existían dicionarios e gramáticas. Que nestas condicións un Castelaio, un Cuevillán, un Cabanillas escribieran como escribiron, significa un logro só espallado, aperta da capacidade artística dos nomeados, polo seu afoveado desexo de ilustrar a lingua, de coñecerla amorosamente para fundcala con respecto infinito. Tal delicada actitude non é hoxe xeral. Hai moita xente que quer poder decir que escribe en galego, mais que non ten ningún interese en facer o mellor posible. Hoxe, a diferenza do que ocorreu hai anos, dispomos dunha bibliografía lingüística que permite orientarse a calquera. ¿Cómo interpretar, pola logo, a actitude mental dos que escriben en galego colocando na frase os pronomes átonos sempre despois do verbo, como é normal en castelán, ou sempre pospostos, como non sempre é normal en galego? ¿Cómo interpretar a actitude mental dos que empregan o infinitivo fleisionado contra toda lei morfolóxica ou sintáctica? Custións son estas nas que doudamente poderían imporse con follear unhas páxi-

## O galego desenfreado

Por R. CARBALLO CALERO

des continuaron coñecendo polos seus inmediatos sucesores. Esta aristocracia non galega, constituída por persoas afectos ao linaxe vencedor, predomíno política e socialmente sobre a nobreza indíxena. Lingüísticamente non foi asimilada, e dou o padrón do falar superior, que pouco a pouco se impuxo mesmo aos restos da nobreza autóctona. Así, sin ningunha presión legislativa, o castelán desplazouse progresivamente ao galego como lingua escrita e oficial, máis que pola deserción, pola destrución da nobreza galega.

Reducido a dialecto oral e rústico, a revolución industrial e o advenimento ao poder social da burguesía capitalista non revitalizou o galego, porque non houbo galegos que responderan ao reto dos tempos novos. A nova burguesía non xurdiu das capas da poboación agrícola, demasiado pobre e ignorante para asumir as novas formas de vida. O poder económico ocupárono xentes vidas de fora. Os cataláns introdución novas técnicas pebeixiras e festonearon o noso litoral de fábricas de salazón. Se a fins da Idade Media os Staliga, os Enriquez, os Sarmiento, os Pimentel, todos linaxes foráneos, constituíron a nova aristocracia, agora os Massó, os Rovira, os Román, os Carreró constitúen a nova burguesía. Se a nova nobreza e os seus criados tiña como lingua escrita o castelán, a nova burguesía e os seus súbditos tiña tamén. Houbera podido formarse entre nós unha minoría lingüística catalá se o poder económico dos catalán non fora compartillado polos maragatos, que se adlocaron ao comercio de ultramarinos e de tecidos, polos camerquís, polos rioxanos, polos castelán de diversas procedencias que mostraron todas as institucións de carácter mercantil, industrial e financeiro que marcan a transición do sistema de economía tradicional, de economía natural e de cambio, ao sistema de circulación comercial dos produtos, de economía monetaria e de lucro. Así, o castelán foi a lingua franca desta mesocracia capitalista, que na lingua oficial se entendía coas autoridades do Estado e coa aristocracia de sangue. As clases dirixentes tiveron como lingua escrita, como lingua xurídica, como lingua oficial o castelán, porque non eran galegas nas súas orixes, e porque a súa superioridade económica e cultural sobre o campesiñado e o artesariado autóctonos impidiu a súa asimilación idiomática por estes estamentos. Ocurriu, ao contrario, que a fala dos mesmos se dialectalizou cara o castelán e os seus usáns das vides fixéronse bilingües, mentras que os campesiños, rústicos

empregaron sistematicamente o castelán na vida propaganda pública, e non só os grupos de obediencia-centralista, como partidos de orientación internacionalista ou centráns sindicais obreros, senón mesmo movementos como o das sociedades agrarias, de evidente autoctonia.

A situación experimentou un importante cambio recibindo nos días presentos erguítase as trabas máis abafantes da censura gubernamental, comprendéuse por aquelas forzas, ou as que as sucederón, ou as que aspiraban a sucedelas, en qué medida o uso do galego, non ollado con simpatía polo poder, podía constituir un ariste para petar nos muros do poder mesmo. Escribir en galego dexou entón de ser monopolio dos galeguistas, e converteuse en práctica xeral da oposición ao orde establecido. Non hai, pois, unha conversión ao galeguismo de forzas tradicionalmente hostis ou alleas ao mesmo, senón a ascusión dun estormento de loita que se considera eficaz agora para a consecución dos outexivos de sempre.

Cunha rapidez de vértigo, o galego, que vira de ser decretado en estado agónico, irrumpiu en palcos onde endexáranse tiña coimpoído. Unha literatura ideolóxica de suscripción colectiva enche as follas xornalísticas do país, dando testemuño dun cultivo cáxeko unánime do galego para a profeta escrita. Non cabe dúbida que neste intre unha protesta escrita en castelán, semella morna e sospetosa de debilidade. En Galicia, hoxe por hoxe, protestar en castelán non é propiamente protestar. Do mesmo xeito, o sociolingüista ha recoiler outro fenómeno paralelo. Estamos a punto de chegar a unha situación en que se inviran os datos que rexistráronse en vello da situación en que se movían as forzas políticas de oposición no terro da propaganda oral con anterioridade á guerra civil. Vemos como non só os grupos políticos que se intullan galeguistas, senón mesmo os que estes califían de «suavistas» están utilizando o galego. Aíña — como non se modifique o planteamento da situación pola incorporación de novos datos — o uso do castelán será incoñecible para a propaganda política de grupos que se autodefinen como demócráticos ou de esquerda.

Xa hai algún tempo, nestas mesmas columnas, espreséi a opinión de que hoxe a literatura galega relevante á a literatura didáctica, utilitaria, xornalística, cívica, social ou como cadaquén quera chamala. A outra está apte paréntese, en agarda de día máis propicio para un desenvolvemento autónomo. Hoxe, naquelas se-

nas dos manuais existentes, ou sinxelamente con observar a construción na fala espontánea dos nosos campesiños. Deixemos de banda os erros semánticos e morfolóxicos, as pedantarias léxicas e os pseudoclasicismos de palabras que empedan algúns escritos. ¿Qué menos se pode pedir que unha doceste sintaxe? Se os que tripan tan desconsideradamente a nosa lingua non a falan ata agora ¿cómo creen que a poden escribir sin percurrir algunha información sobre ela? ¿Chega ata estormentas tan incoñecibles a súa falta de respecto ao estormento lingüístico que semellan obrigados a cultivar?

Non se pode converter lingüísticamente un home da noite á mañá. Todos temos que estudar o noso idioma, como calquera idioma, para poder escribilo. Coidar o calque idiolecto improvisado e incoñecente é bo para falar ao pobo, é ter unha conciencia moi pobre do que o pobo é. O pobo creou o seu idioma; a historia foine deteriorando. Se queremos restauralo non podemos usalo sin freo, ao noso albitrío de ignorantes que non desexan saír do seu ignorar.

Os que persigan co uso do galego calquer fin de potenciación dos valores galegos, han pór alíx emerso nese uso para non aldraxar o valor do idioma. Ben se ve que non sempre se logra escribir ben, mais ¿non debemos facer algo para achegarnos a ese propósito? Non abunda con decir que escribimos en galego. É preciso escribir en galego. E o galego é unha realidade oxuetiva que hai que coñecer. Pois ¿á ser o galego unha esceición entre as linguas? ¿Poderías escribir en galego sin saber galego? Houbo unha forma histórica de aldraxar a lingua, que consistía en non escribilo. O futuro rexistrará outra, consistente en escribilo sin poseela. Sin querer poseela.

Ese galego de mogleño, ese galego desenfreado traiciona o desprezo polo mesmo que se pretende empolpear. As cousas serían han ser tratadas seriamente.

Unha nova situación se lle presenta ao galego. Unha nova posibilidade. Un novo perigo. Se o galego desenfreado continuara a agalloupar polas leiras da nosa cultura, moitas colleitas coidadosamente agardadas flearían perdidas, esmagadas pola cabalgada sin xofío. Afinal, a propia crotropes, tería de desorientarse.

O porvir do galego depende hoxe en grande parte de que se pense como un foguete que se queima ou como un lume que se coída. Como unha pedra que se gúndia ou como un tesouro que se hai. O soldado que non ten ben limpo o seu fasil, espónse a que un día lle saia o tiro polo culata.

# O problema da lingua

Por RICARDO CARBALLO CALERO

**D**ENTRO da relatividade que envolven os conceptos de saúde e enfermidades, cabe falar da lingua doentes. Aquélas serían as que viviran unha vida natural, cun desenrolo non perturbado gravemente por circunstancias históricas que viviran a torcer a derriba do idioma. Se toda lingua está suxeita a evolución, e son factores da mesma tanto a dialéctica que opera segundo forzas immanentes naquela, como presións exteriores que, por definición, a trascenden, consideraremos que unha lingua está enferma cando a marxe de seguridade que equilibra eses dous elementos, ten cedido á influencia asoballante do segundo.

No caso do galego estamos no suposto descrito. O galego brota naturalmente do latín falado no noroeste da Península e a líberica a partir da colonización, un latín que se implanta sobre estratos lingüísticos que o marcan. Como as demais formas romances, o galego avanta cara o sul ao compás da reconquista, e ten a súa prolongación natural no portugués, como o castelán ten a súa no andaluz e o catalán no valenciano. Ora, mentras que o poder político venecido aos romances central e oriental tiña o seu núcleo ao norte, e a dependencia política de Andalucía e Valencia, de Castela e Cataluña respectivamente, mantiveron a condición dialectal de andaluz e valenciano verbo de castelán e catalán, tal situación, ou mellor dito, unha situación semellante, foi interrompida para o romance occidental pola formación do reino portugués e a unión de Galicia a León e Castela. Entón, Galicia perdeu o seu carácter de núcleo político soberano, e en Guimeras, Coimbra ou Lisboa asentábase a capital política do romance occidental, co que, en definitiva, o centro de poder fica establecido e estabilizado no sul, e o portugués se emancipa politicamente do galego. A ablatión de Portugal corta as posibilidades dunha expansión galega cara o mediodía, como pola mesma época fica bloqueada a expansión reconquistadora de Navarra, e o galego, falto dunha corte real, comeza a gravitar cara o centro. O portugués, antigo dialecto do galego, pasa a ser, como consecuencia do vigor político que entraña, a ponía maior do romance occidental, e o núcleo primitivo, envellecido e paralizado, vai ser relegado ao estado dun dialecto arcaico, ameazado de literalidade e castellanización.

A debilitación do galego pola obturación política da súa influencia no centro e no sul da banda hispánica occidental, que certamente non se manifestou aníña que se creou a fronteira, sondo algún tempo despido, engádesse nos mesmos séculos medievais a decapitación da nobreza galega, substituída en boa parte por magnates casteláns partidarios do primeiro rei Trastámara. A nova nobreza fala en castelán, e estende en castelán os seus diplomas. O castelán comeza a ser en Galicia a fala culta; e o galego, a fala rústica.

Atacado así horizontal e verticalmente, o galego deixa de ser lingua literaria e vai vivir os séculos da Idade Moderna convertido nun dialecto oral que nin



NOVAS INSTALACIONS DA REAL ACADEMIA GALEGA, NA CRUZA, UN DOS SEUS PRIMEIROS OBIXETIVOS E O DESENEROLO DA LINGUA. (DIBUXO DE XOSE RAMÓN).

guarda lembranza do seu pasado culto. As metas comunicacionais e o atraso económico preservan o galego no campo, mentras perde terreo nas cidades, e en todo caso esquece zonas enteiras do seu léxico, que son ocupadas pola lingua oficial en tanto afectan aos campos semánticos nos que se cultivan as formas máis nobres, máis espirituais ou máis poderosas de vida.

O século XVII presenciou unha agravación deste estado deesterosidade. Se a alta nobreza non é autóctona desde fins da Idade Media, a alta bur-

guesía tampouco o é desde fins do século XVIII. Cataláns, maragatos, casteláns, rioxáns montan fábricas de salazón de peixe ao longo das rías, establecen o comercio de panos e ultramarinos, montan servizos de transporte de viaxeiros e mercadorías, e, respondendo ao reto do maquinismo e da revolución industrial, que a pequena burguesía galega non recoñeceu, erguen as institucións da nova sociedade capitalista. O comercio, a industria, a banca son practicamente monopolizadas por estas xentes, que, naturalmente, falan en castelán. Os galegos,

que na emigración se acreditan como laboriosos e intelixentes homes de negocios, non participan na terra, senón máis serodiamente, na revolución industrial. Así, o idioma das clases superiores, a nobreza de sangue e a nobreza do diñeiro, e, por suposto, o idioma dos altos funcionarios, é o castelán. O pobo galego, idiomáticamente, é, pois, un pobo sin nobreza, un pobo sin burguesía. Nestas condicións, o deterioro da fala nativa esplicase sin ningunha dificultade.

A consecuencia destes feitos foi o confinamento do gale-

go como dialecto aliterario durante varios séculos. Así, cando se planedeu a restauración literaria, os escritores encontráronse diante dunha fala en estado venturoso, que tiña perdido a conciencia da súa dignidade e non conservaba a lembranza da súa etapa literaria medieval nin do seu pasado común co portugués.

Os primeiros escritores do Rexurdimento limitáronse a verter por escrito a súa propia fala local. Máis adiante, pasouse deste dialectalismo a un interdialectalismo que admitía indiscriminadamente calquer forma lingüística de vixencia real, fosse cal fose a súa orixe. A esta etapa segue outra na cal, por fin, se aspira a unha solución supradialectal.

Os progresos da literatura galega contemporánea non tiveron grande repercusión nin na fala oral nin no uso do galego escrito para fins utilitarios. Até que, recentemente, se produciu unha explosión de galeguismo lingüístico nos círculos políticos do país, que converteu o galego, oral e escrito, en lingua de debate público. Os novos usuarios do galego, moitas veces castelán-falantes por tradición familiar, non se preocupan, amilude, en obter información sobre a autenticidade do instrumento que manexan.

Está hoxe posto, con urxencia, o problema da orientación do idioma literario. Do idioma escrito a día de hoxe pouco se fala. Pondo de parte os populistas radicais, que acceitan o galego rural tal como hoxe se atopa, e que non é unha solución de futuro, poden existirse dúas correntes entre os escritores: a dos reintegracionistas, que aspiran a devolver o galego, ao tronco galego-portugués, e a dos separatistas, que, esixindo as diferenzas dialectais entre as dúas ponias do mesmo tronco, queren confeccionar unha lingua literaria que se negue teimiosamente a facer concesións á ponía meridional. Se estes ideoloxías non desexan a dialectalización do galego en relación co castelán, sitúan ao noso idioma na posición heróica dun David disposto a defrontar coa súa funta de gegantes as esmagadoras mazas de dous Goliats, que desde distintos frentes o ameazan.

A sensatez aconsella cada día unha conduta que se axeste aos problemas de cada día. Non podemos fincar os xeonllos resignadamente perante a historia, mais non se pode rectificar a historia senón partindo da historia mesma. Hoxe por hoxe o galego ten que reforzar o que nel é orixinario e ir espillando o que é adventicio. Na depuración da lingua literaria, a lingua literaria portuguesa, que resolvió no seu tempo problemas análogos, pode suferir solucións, sempre que éstas sexan acceitadas dentro das actuais circunstancias sociais nas que o galego está inscrito. Unha concordia lingüística ortográfica, até onde sexa viábel, entre os compoñentes do complexo lingüístico galego-portugués favorecería a expansión da nosa literatura. Unha literatura que por principio se autoconfinase nun ámbito arcaico-oneroso non tería moito máis porvir que unha lingua que se chese nos límites parroquiais.

Está hoxe posto, con urxencia, o problema da orientación do idioma literario, do idioma escrito e do idioma culto en xeral. Pondo de parte os populistas radicáis, que aceitan o galego rural tal como hoxe se atopa, o que non é unha solución de futuro, poden rexistarse dúas correntes entre os escritores: a dos reintegracionistas, que aspiran a devolver o galego, ao tronco galego-portugués, e a dos separatistas, que, explotando as diferencias dialectáis entre as dúas ponlas do mesmo tronco, queren confeccionar unha lingua literaria que se negue teimosamente a facer concesións á ponla meridional. Se estes isolacionistas non desexan a dialectallización do galego en relación co castelán, sitúan ao noso idioma na posición heroicómica dun David disposto a defrontar coa súa funda de pegureiro as esmagadoras mazas de dous Golías, que desde distintos frentes o ameazan. A sensatez aconsella cada día unha conducta que se axeite aos problemas de cada día. Non podemos fincar os xionllos resignadamente perante a historia, mais non se pode rectificar a historia senón partindo da historia mesma. [...] a lingua literaria portuguesa, que resolvéu no seu tempo problemas análogos, pode suxerir solucións, sempre que éstas sexan aceptabeis dentro das actuáis circunstancias sociais nas que o galego está inserto. Unha concordia, siquera ortográfica, até onde sexa viábel, entre os compoñentes do complexo lingüístico galego-portugués favorecería a expansión da nosa literatura.

Insistia assim numa defesa pública do reintegracionismo como alternativa para normalizar a língua. No verão desse ano, em «**Cátedras de galego nas escolas universitárias**» (10/08/1977), denunciava as «dificuldades para organizar legalmente» o departamento de Galego da USC, e a falta de respeito por não se ter dotado uma anunciada cátedra para o Galego, o que se tinha mesmo aproveitado para tentar dotar uma terceira cátedra de Espanhol, que não tinha sido pedida. Insiste em que «somente pessoas devidamente formadas na Faculdade de Filologia» deveriam ensinar a língua.

No intenso ano 1978, RCC apelará ao Campo do Poder Político Galego para que se ampare no Campo Científico nas decisões sobre normalização e normativização da língua. Assinalará os precedentes da

doutrina de Menéndez Pidal e de Castelao e o Galeguismo para insistir na necessidade de uma orientação que parta da história da língua e trabalhe na direção da sua reintegração com o português. Assim o fará em «**Filoloxía e política**» (03/01/1978), «**Norma e sistema lingüístico**» (04/02/1978) ou em «**Da autonomía do galego**» (27/12/1978), artigos em que também adverte da dificuldade de afiançar o galego como língua oficial. O ensino da língua será tema central em «**Non estamos sós**» (06/01/1978), em que lembra como «Dentro duns meses haberá licenciados en Filoloxía galego-portuguesa», ao finalizar a primeira promoção desse curso na USC, com formação adequada para ensinar e promover a língua, sublinha; ou em «**Profesores de galego**» (11/11/1978), em que assinala: «é moito o conseguido. Unha intensa actividade científica desenvolvida nos derradeiros anos, ponnos a todos en condicións de correxir os nosos erros en boa medida. [...] Non hai, pois, outro camiño que írmolo andando tropicando aquí e erguéndonos alá, aprendendo dos tropicóns e perfeccionando o instrumento ao tempo do seu uso», o que era mais um apelo para esforçar-se em aprender a usar melhor a língua. Em «**O porvir da lingua galega**» (02/03/1978) ressalta como «As circunstancias en que se desenvolve actualmente a vida da comunidade galega, plantean con carácter de urxencia o problema da supervivencia da lingua nativa». Adverte que «un cego optimismo sobre a conversión de todos os galegos ao galeguismo lingüístico pode destruir os mecanismos de política cultural que han manterse en forma para posibilitar a normalización lingüística en Galicia. Dar por rematada unha batalla porque nos parece gañada, é un dos máis eficaces procedimentos para perdela». Reitera, como no artigo de 31/12/1977 (ver supra), que a melhor solução era «reintegrar o galego á tradición do galego-portugués, torgo de onde procede. O galego-portugués, que non é outra cousa que o galego antigo, foi unha lingua es-

crita, que se perpetuou como tal lingua escrita, sen solución de continuidade, no portugués moderno. Entón, a normalización do galego pode realizarse recuperando o que de tradicional foi desprazado pola influencia castelá e que continúe vivo na outra modalidade principal do tronco común». Mas essa normalização devia fazer-se

gradualmente con tacto e flexibilidade, tendo en conta en cada momento a receptibilidade social con respecto a cada corrección. A ilustración das xentes en verbo do que é o galego facilitará a súa depuración. Ao traveso da linguaxe litúrxica tense devolto ao idioma unha palabra, *Deus*, que fora totalmente extirpada da fala vulgar. Hai poucos anos, as formas de plurais máis enxebres dos nomes rematados en *l*, como animáis, ou *azúis*, eran refugados por moitos escritores, que decían como os casteláns e os galegos castelanizados, *animales* e *azules*. Hoxe apenas fica algún confinado nesas formas inauténticas.

Concluí que «A reintegración do galego no mundo lingüístico a que pertence por natureza, é condición indispensable para a súa perduración», e alerta do risco de excesivo optimismo a respecto do futuro da lingua. Reiterando esses argumentos alicerçados na Historia da Língua, e amparando-se mais uma vez em Menéndez Pidal, no artigo «**Arcadia feliz**» (12/05/1978) assinala que

A resistencia a formas que se cren portuguesas, pero que son as auténticamente galegas, cesa cando o pobo é informado debidamente. Hoxe, agás raras excepcións, todos admitimos formas do tipo «adrais», que hai pouco se reputaban por moitos como portuguesismos. O portugués conservou moitas características do antigo galego que non debemos renunciar a utilizar porque o castelán as desprazara nas falas de hoxe. Un político de ollada que vaia máis alá do horizonte que se aluca desde a espadana dunha pequena capela, verá a normalización do galego como unha garantía de irradiación do idioma e da literatura galega, e non como unha operación de conxelación que nos conduciría a un sono invernal que acabaría por acantoarnos.

Sitúa, pois, o centro de actuación na necesidade de una política lingüística que desenvolva, potencie e promova a lingua galega com perspectiva reintegracionista. Nos primeiros artigos de 1979, «**A Puebla non ten sentido**» (11/02/1979), ou «**Rianjo, Viojo, Gesteira**» (20/02/1979), reclama una toponímia correcta (e tamén antroponímia no segundo), na liña reintegracionista. Contra *A Puebla* publicará no LVG mais artigos nos anos seguintes, até conseguir a sua descastelhanización (ver infra). Não teve a mesma fortuna com Rianjo, Viojo e Gesteira, ainda hoje não aceites no galego promovido institucionalmente. Sublinha como «A vida secular do galego como língua ventureira traia estes trabucamentos. ¿Cómo distinguiren ortografía e fonética os que non foron ensinados a escribir e a pronunciar a sua própria fala?» e defende que *j* ou *g* «Normalmente pronunciadas, son as grafías históricas lexítimas» e que se deviam adotar de novo, mas de forma progresiva. Lembra e propõe:

«a verdade é que Rianjo foi escrito tradicionalmente así, e só cando se xeneralizou na literatura a ortografía vulgar que aínda hoxe utilizamos, é dicir, a ortografía castelá coas indispensábeis adaptacións, unha destas foi a utilización do *x* para representar o sonido que, segundo as distintas etimoloxías, se viña representando historicamente con aquel grafema, con *j* –como no caso de Rianjo– ou con *g* –como no caso de Gesteira–. [...]

Por un tempo prudencial, comprirá unha ortografía demótica que se basee na ortografía castelá ou na necesidade de evitar os castelanismos fonéticos. Mais nos escritos dirixidos a un público ilustrado, como son as edicións de clásicos para uso universitário, que mesmo poden e deben difundir-se no extranxeiro –onde os filólogos están familiarizados coa ortografía portuguesa–, convida homologar a nosa actual coa que historicamente empregamos, e evitar o vulgarismo ortográfico e ultradiferencialista de por *x* para todo sonido prepalatal fricativo xordo, ainda que orixinariamente fose sonoro e representado por *g* ou *j* sobre todo cando se trate de termos tan cultos como Xeoloxia, ximnásia ou simnospermas, xerontocrácia ou misoxinia, xénese ou xirondino, palabras que en todos os idiomas do mundo civilizado, incluídos, por suposto,

castelán, catalán e portugués, se escriben con g, conforme á etimoloxía [...]

Unha ortografía culta terá que escribir Rianjo, Viojo e Gesteira, pronunciando o *j* ou o *g* “como o pronunciámos os galegos”, segundo xa ducia en 1880 o autor de *Majina*. Cos avances da alfabetización en galego poderían ir pasando progresivamente á escrita demótica certos rasgos da escrita culta, até que unha e outra se fundisen, cando o ensino do galego estivese verdadeiramente difundido, e a pintoresca Xeoloxía puidese vestir o *G* do castelán, o portugués e o catalán, que representa en cada caso un sonido distinto, mais historicamente referíbel a un mesmo fonema orixinario.

RCC afirma que o galego non é unha lingua que esteja só, como o euscaro, e reivindica a súa harmonización con as linguas romances. Concluí «Non me gustaría que a ortografía galega permanecese indefinidamente tutelada pola castelá ou lanzada a solitarios experimentos, facendo uso dun arisco espírito de insularidade dentro do mundo románico, e desconectándose, non só do seu codialecto o portugués, senón mesmo da súa propia historia. Como non crea que a súa historia é a historia dos séculos en que viveu a-historicamente»<sup>14</sup>. Desse ano son tamén artigos como «**Conselleiros e consellarias**» (22/03/1979) em que propoñe –aria para substituír o sufixo –eria (consellaria, non conselleria); «**Normalización e reintegración do galego**» (21/06/1979), onde informa como só desde o século XIV há persoas na Galiza com o castelano como lingua materna, pois antes só era o galego-português, e reitera: «O primeiro principio é o principio da reintegración do noso idioma no seu mundo natural, é dicer, o galego-português»; uma ideia que contrariava opiniões em ambientes mesmo do nacionalismo, que

---

<sup>14</sup> Este artigo será contestado por Carlos Casares (04/03/79), afirmando que a respeito das diversas opções normativas para a lingua galega «Todos teñen razón, porque o problema trascende o puro marco científico para incidir claramente no político. Aproximarse ou non ao portugués é xa unha decisión de política cultural»; embora ele se manifestasse em contra da aproximação ao português proposta por RCC.

julgavam prioritário normalizar antes que normativizar; em «**Os da banda de alá**» (12/08/1979) ampara-se na autoridade de Castela para defender que «A comunidade lingüística galego-portuguesa é un feito evidente»; ou «**Química en galego**» (19/08/1979), em que propõe ensinar disciplinas científicas com manuais em portuguê e/ou castelha, com as adaptações necessárias, por causa da ausência de materiais em galego.

Já em 1980, em «**Castela e Yeats**» (23/02/1980) sublinha: «os malentendidos e ambigüidades do galeguismo, as cuestións relativas á postura perante monolingüismo ou bilingüismo, os limites entre nacionalismo e dialectalismo, e reintegracionismo ou illamento do noso idioma, acompañaron o movimento cultural galego desde sempre e até hoxe», referindo como se mantinham polémicas sem resolver que paralisavam o progresso da língua. Em «**Galiza na literatura galega**» (24/07/1980), frisa como Galiza passa para a órbita de Castela no século XI, porém «Por debaixo das estruturas políticas e administrativas diferentes [do reino de Portugal, constituído posteriormente], a continuidade cultural hase manter, mesmo no aspecto lingüístico, para manifestar-se, por exemplo, na lírica trovadoresca». A análise da evolução da língua leva-o a observar como em tempos posteriores «os castelanismos son integrados e admitidos cun inconsciente fatalismo histórico que mesmo chega a considerar alleo o que é próprio, e próprio o que é alleo. De tal modo a presión administrativa pode deformar os cerebros», uma situação que ele propugna mudar. História da língua e da literatura confluem em artigos como «**O galego em tempos do Rei Sábio**» (17-V-1980), publicado com ensejo da efeméride do Dia das Letras Galegas: ressalta como o galego atinge no tempo desse monarca «o cimo do seu esplendor literário» sendo ele «o máximo favorecedor da expansión do galego por todo o ámbito peninsular». Em «**Escritos de hai un século**»

(24/06/1980) salienta os centenários de *Follas Novas* de Rosalia, *Aires da miña terra* de Curros, *Saudades gallegas* de Lamas Carvajal e *Majina* de Marcial Valladares. Destaca como «paralela á corrente asimilista en matéria de grafía do galego, se dá no Rexurdimento unha corrente que, en maior ou menor medida coloca a autodeterminación por riba da economía». Relembra essas efemérides, bem como os «malentendidos e ambigüidades», em «**Lingua e ortografía de *Follas Novas***» (31/12/1980), em que afirma:

A língua literaria de hai cen anos –non só a de Rosalía– funciona prácticamente como se fose un dialecto do castelán. Esa era a crenza, doutra banda, de moita xente a respeito do galego en sí mesmo. Afastada da língua medieval, e sen conciencia clara da súa relación coa língua falada ou escrita ao sul do Miño, a vacilante língua rosaliana é testemuño do proceso, xa antigo, de desprazamento que o galego está experimentando, desde a súa posición ocidental orixinária, cara o centro de atracción que a língua oficial representa [...]. Non ocorre o mesmo no caso de “Majina”, de Marcial Valladares, texto xémeo dos anteriores polo ano da primeira edición. O autor da nosa novela máis antiga, non só lexicógrafo, senón tamén gramático, seguindo en parte a tradición antiga, coa que enlazara xa Pintos, adopta na súa obra unha ortografía máis culta, máis vinculada á historia e á etimoloxía, actitude que, en diversos matices de realización, adoptarán despois outros autores, como Antón de la Iglésia, Eduardo Pondal, e máis modernamente un Joan Vicente Viqueira, un Vicente Risco e diversos escritores dos nosos días.

Tenta assim tirar lições da história para melhorar o presente. O mesmo acontece quando se ocupa da literatura galega coeva, como em «**A cinza dos anos mortos**» (23/09/1980), recensão de *A nossa cinza*, de Xavier Alcalá<sup>15</sup>: salienta como «O autor realizou un grande esforzo para utilizar

---

<sup>15</sup> Alcalá era um produtor literário em galego nascido em Ciudad Real (Castela), e estava entre os mais ativos no uso de uma língua bem cuidada, na linha do citado curso *O Galego Hoxe*, de que ele era um dos promotores. Em 1981 Alcalá foi o primeiro presidente da Associação Galega da Língua (AGAL).

unha lingua coerente e esmerada. [...] debe recoñecer-se que estamos en presenza dun sistema cuidadosamente estruturado, e que fai moi difícil para o futuro a indulxencia perante o arbitrário e desfargallado galego que a grande maioría dos prosistas galegos estamos acostumbrados a escribir e ler». Reforça assim a idea de utilizar um galego bem cuidado.

Em 1981 acudirá a outras línguas para tirar lições positivas para a galega. Em «**A língua de Ausias March**» (11/01/1981) vale-se do catalão. Mas, adverte também como

Explotando as diferéncias entre dous dialectos dunha mesma lingua, podemos transformá-los en línguas distintas. E toda lingua moderna se formou mediante o sincretismo dialectal. Se escribemos o andaluz cunha ortografía fundada na súa propia fonoloxía e procuramos expurgar o seu léxico de termos modernos aportados pola lingua oficial, daremos á fala en cuestión unha fisonomía tan afastada da do castelán, que fácilmente se poderá constituir en lingua independente, mesmo máis distante da lingua nai que o valenciano e o portugués das súas respectivas. Un labor de policía lingüística pode orientar-se, pois, tanto cara a unificación como cara a separación. A policía está sempre ao servizo dunha política.

Frisa assim o relevo de uma política linguística acertada para promover o galego. Ou em «**O voo do flamengo**» (16/08/1981), em que aconselha atuar na Galiza com o português como se fez entre Flandres (Bélgica) e a Holanda com o flamengo e o neerlandês, ideia que já tinha sublinhado no artigo antes citado de 27/12/1978; refere semelhanças entre ambas as situações, na linha que já tinha avançado J. V. Viqueira. A doutrina reintegracionista é central nos contributos de 1981. Em «**O galego natural**» (07/03/1981) relaciona o termo «natural» com o facto de ser a língua própria da comunidade, derivada do latim o mesmo que outras línguas, como o castelhano e o catalão no território da Espanha,

ou outras que persistiam na França e na Itália. Nesse artigo, após sublinhar a diferente evolução na Galiza do galego e do castelhano, ressaltando a presença do ensino do galego na USC só desde 1965, e da sua oficialização nos estudos de bacharelato desde 1979, acrescenta (07/03/1981):

Se o galego renunciase ao pasado, evidentemente estaria renunciando ao futuro [...] Os moitos anos de vida silvestre que viveu o galego desfiguraron-no ao vesti-lo coa librea do castelán, dialectizando-o en favor deste [...] Hai que devolver ao pobo o que o centralismo lingüístico lle tirou. Naturalmente, esa recuperación ha ser gradual, e ha partir da realidade, mais co propósito de modificar o rumbo desa realidade, que era o da total castelanización. É preciso reintegrar o galego ao seu sistema natural, se non queremos operar contra natura.

RCC reiterará a ideia do galego como língua natural da Galiza noutros artigos posteriores no jornal (V. gr. nos publicados em 12/02/1982 ou 11/04/1989, que se citam infra). Em «**O uso do galego para todo**» (22/03/1981) salienta a mudança na configuração do Estado Espanhol, e como influiu na língua. Apela para aproveitar a vantagem de compartilhar a pertença à comunidade de língua espanhola, 300 milhões de falantes, com a de língua portuguesa, que acrescentava mais 160 milhões<sup>16</sup>. Este artigo é especialmente relevante, pois nele Carvalho esclarece o principal objetivo da política linguística: «Se queremos de verdade que o galego viva, temos que facé-lo viver todas as vivências da sociedade actual. Non só as vivências estéticas, [...] tamén as vivências do uso coloquial, do uso comercial, do uso notarial, do uso admi-

---

<sup>16</sup> O recurso à quantidade de falantes de português tinha sido uma constante nos contributos de Rodrigues Lapa no LVG: utilizou-o em 05/08/1978, 24/06/1978, 10/08/1978, 16/08/1978 e 1980 (1972), em que se referia a 150 milhões; em 2024 a cifra é muito superior. Também o utilizaram Castela, como RCC refere noutros artigos no jornal; e Filgueira Valverde, Cunqueiro e mais produtores da Galiza noutras publicações.

nistrativo, do uso religioso e do uso político. A língua galega ten que ser a língua normal dos galegos». Propõe uma «normalización do idioma en todas as esferas da vida [...] de xeito que os habitantes de esta terra, como dicía Castelao, saiban usar con igual prestancia o galego e o castelán, o que lles conferirá un estatuto privilexiado dentro dos falantes de línguas románicas». Uma normalização que devia ser feita com critérios reintegracionista pois, acrescenta, as diversas normas em que se realiza o sistema da língua portuguesa na atualidade não apresentam «variantes máis significativas que as que matizan as diversas modalidades do español xeral, ou hispano-americano». Em «**Galego e linguaxe técnica**» (25/03/1981) informa como «Máis alá de 1530 é difícil achar nengun documento escrito na nosa língua». Sublinha como a língua da Galiza não incorporou com normalidade os avanços técnicos e científicos a partir do século XVIII e que se podia amparar no português para recuperá-los. Em «**O galego e o cultismo**» (09/04/1981), defende recorrer ao português para adotar cultismos. Em «**Bouza Brei, acontecemento literário**» (16/05/1981) põe em destaque a nova edição da poesia deste produtor, salientando a ortografia de *Nao senlleira e Seitura*, o primeiro desses livros por ter-se esforçado em diferenciar entre *g-j* segundo a etimologia, e o segundo por utilizar uma «ortografia basicamente portuguesa». RCC reivindica que se conheça esta produção e oferece uma elevada valorização literária de Bouza Brei. Em «**Unha lingua de seu**» (02/06/1981) diz que ter uma língua própria confere-lhe a Galiza «unha situación privilexiada polo que se refere á afirmación da sua identidade» e acode à História da Língua para evidenciar como após a unidade do galego-português na Idade Média, quando começou a decadência da língua na Galiza levou a que esta «afastada dos centros literários españois, se nos presenta ágrafa ou castelanógrafa». Esse artigo tem continuidade em «**Unha lingua non escrita**» (09/06/1981) onde insiste em esclarecer historicamente como a língua galega decaiu

a partir da segunda metade do século XIV, e sobretudo entre os séculos XVI e XIX, e foi substituída progressivamente pela castelhana na escrita, o que o leva a concluir que «coa revolución industrial, introducida no país galego por unha burguesía forasteira, a aceleración do proceso acentua-se. O galego, que non existe como lingua literaria, está ameazado como lingua coloquial. E ha ser, precisamente, a recuperación da primeira, o que acenda unha esperanza de conservación da segunda». Em «**O galego e o castelán**» (13/11/1981) relaciona de novo os campos político e científico para a defensa do galego: ampara-se numa intervención de Otero Pedrayo nas Cortes em 1931, e na doutrina de Castelao, exprimida em *Sempre en Galiza* ou numa carta a Sánchez Albornoz. Conclui que Castelao

No seu tempo, no seu momento, loitaba-se por obter o recoñecemento oficial da existencia do galego. O problema de regular a vida do galego nesa situación, non era o seu. Mais é o noso. Porque agora sabemos que unha equiparación legal de ambas linguas pode conducir ao encerramento do galego se non vai acompañada da oportuna práctica política de promoción social que corrixa o desequilibrio histórico que o galego padece.

Estes artigos são de interesse para alicerçar a justificación e actualidade do Reintegracionismo e de potenciar mais usos da lingua. O mesmo «**Un paso adiante e outro atrás**» (17/06/1981), em que esclarece como foi a recuperación da escrita do galego, no franquismo e na etapa posterior. Afirma: «o grande problema político será o de decidir se o galego como vehículo de ensino será estabelecido en Galiza, en principio, con carácter xeral, se neste aspecto se equipará ao castelán, ou continuará o actual sistema permisivo-restritivo, no que, como vimos, se autoriza o uso do galego en determinadas condicións». Sublinha assim a centralidade de aplicar uma política linguística que potenciase a lingua galega. Em «**O abstracto e o concreto**» (03/07/1981) defende

a existência de uma realidade linguística galego-portuguesa, uma unidade linguística, apesar das adversas circunstâncias históricas que, desde o século XI, por decisão de Afonso VI, separaram o domínio geográfico do galego do norte e do sul do Minho. Afirma que, por causa da posição do centralismo estatal ou do Direito Administrativo decimonónico podia haver coincidência em assumir que galego e português fossem línguas diferentes, e o mesmo por parte de certo nacionalismo galego. Nessa opinião também influiu «a educación recibida», assevera, além dos «catro séculos, cando menos, de presión oficial» do castelhano na Galiza. Mesmo Rosalia de Castro, assinala, utilizou aberrações em galego, como *cencia* ou *dios*; e como em 1981 pessoas ilustradas na Galiza usavam *adiós* ou *consellería*, apesar de a primeira ser um castelhanismo e a segunda um catalanismo. Em «**Isolamento e colaboración**» (07/07/1981), reitera que «Alguma forma de colaboración galego-portuguesa parece necesaria no terreno lingüístico. Todo seria máis doado se os dous Estados peninsulares achasen fórmulas de cooperación política e cultural que emarcasen as relacións devanditas». Esse desejo será realidade após a sua morte (ver infra), mas não teve até agora repercussão no terreno linguístico. Em «**Estatutos e autorias**» (12/09/1981), Carvalho assinala erros no uso da língua galega na *Historia de Galicia Contemporânea*, de Xosé Ramón Barreiro. Galaxia editava livros como esse, afastados das *Normas* de 1980, exercendo assim como mais uma resistência para as mesmas. Em «**A gaita gallega**» (30/09/1981) salienta acertos, com perspectiva reintegracionista, na escrita de Pintos. No final conclui como as polémicas linguísticas na Galiza não diferiam muito em 1981 a respeito daquelas que já se davam em 1853. No último artigo do ano, «**Pedagogía e linguística**» (27/12/1981) esclarece: «que haxa persoas que se din galeguistas e para quen o galego padrón debe ser o galego castelanizado —o que eles chamam popular— é cousa inexplicável». Essa opinião, acrescenta,

sustentada por persoas ilustradas é tan reaccionaria que só se pode comprender se supomos unha aversión inconsciente ao mesmo idioma que din defender, mais que en realidade atacan ao resignar-se a caracterizá-lo polos seus rasgos patolóxicos. Segundo a esfera en que nos desenvolvamos, segundo o público a que nos dirixamos e segundo o momento do proceso en que nos encontremos, podemos ser máis cautelosos ou máis decididos na restauración da nosa morfoloxía, do noso léxico e da nosa ortografía —sempre admitindo que os tempos traen cámbios que non se poden excusar.

Reitera assim a ideia de um processo, e de avançar progressivamente na reintegração e na normalização, como tinha defendido v. gr. em «**Rianjo, Viojo, Gesteira**» (ver supra). Em finais de 1981 a Associação Cultural Medúlio, de Ferrol, que presidia Martinho Montero Santalha, ofereceu-lhe a primeira homenagem pública após o seu aposentamento da cátedra, e editou um monográfico (Dobarro Paz et alii, 1982) sobre RCC.

Em 1982 publicou RCC 11 artigos no LVG. Em «**Ortografía e economía**» (04/01/1982) adverte como ainda persistia «o vello e arrumado erro segundo o cal a nosa fala seria un dialecto da fala castellana». Afirma Carvalho:

ao que semella, o galego ten que escribir-se como o castellano, sen dúbida porque o laciao debe vestir a librea do seu señor. [...] A adopción da ortografía castellana para os escritos galegos é, en realidade, un fenómeno moderno, nunca pacificamente aceptado, e que obedece a razóns prácticas de forza maior, pois nos tempos en que non existía ensino do galego, acoller-se á ortografía castellana era un arbitrio para impedir que unha dificultade suplementaria fechase o paso a todo intento de escribir en galego. Superada esa situación, o prexuízo indicado é un vestixio supersticioso de unha situación opresiva, prexuízo que hai que eliminar. O neno galego ten que aprender a escribir en galego, como ten que aprender a escribir en francés ou en inglés se quer coñecer eses idiomas. [...] se de economía se trata, o ideal será que aprenda, non xa unha soia ortografía, senón unha soia lingua, co que deberíamos elimi-

nar da escola galega o galego —ou o castellano—, e, con maior razón, o francés e o inglés, no seu caso.

Adverte como via «Outra vez o fantasma do decreto de unificación<sup>17</sup>». Esse «fantasma», que reiterará em 10/09/83, será o que denominará *Decreto Filgueira* (ver infra), que imporá outra normativa e não tolerará as diferentes fases do proceso que defendía RCC para a reintegração e a normalización da língua. Em «**De Néveda ao Corán**» (12/02/1982) reprova a versión de *Néveda*, de Francisca Herrera Garrido, editada por Xerais, com uma orientación discrepante das *Normas* de 1980. Avisa que «Estamos, pois, abocados a seguir loitando nunha economía de mercado pola perfeición do idioma, e os que queiran escribir en galego non teñen máis remedio que aceptar esta situación, procurando, claro está, colaborar aos avances que notoriamente se rexistan na ordenación do idioma». Mais uma vez vai à História da Língua para sublinhar como «constituiría unha exaxeración notória ou unha extrapolación da linguaxe política no campo científico, afirmar que o portugués é unha língua independente do galego». Valoriza que, nas *Normas* de 1980 «O campo de vacilación ficou xa dabondo reducido». Porém quem se opunham àquelas *Normas* não só rejeitavam a proposta ortográfica, mas também a filosofía que a orientava e o proceso que promovía. Essa edição de *Néveda* era uma contestação à sua doutrina. Poucos dias depois, em «**A incomodidade do galego**» (18/02/1982), assinala que o galego

---

<sup>17</sup> Está-se a referir ao *Decreto de Unificación* com o que se unificou em Falange Española Tradicionalista y de las JONS todos os partidos do bando franquista, decreto publicado no *Boletín Oficial del Estado* espanhol em 20 de abril de 1937 [O que ele denominará Decreto Filgueira publicou-se em 20/04/1983, ver infra], segundo esclarece Serrano Suñer (1977). RCC tinha-se já oposto à possibilidade de um «decreto de unificación» numa entrevista no LVG (Garcés, 06/07/1979), em que afirmava que a língua galega «durante siglos permaneció silvestre y no se puede normalizar por decreto», defendendo o trabalho científico em prol do galego e o seu ensino pelos especialistas de galego-português formados na USC.

non debe ser oposto ao portugués sen máis especificacións, porque o portugués da Gallaecia é tamén galego. [...] cando os separatistas radicais nos enumeran os rasgos distintivos do galego e o portugués, comprobamos que, por vía de regra, os rasgos galegos se dan como dialectais ou arcaicos nalgún lugar ou nalgunha época, do portugués, e os rasgos que se nos indican como especificamente portugueses, danse asimesmo nalgún punto da liña espacial ou da liña cronolóxica do galego. Hai, pois, unhas disponibilidades sistemáticas comuns, en xeral, en toda a área; mais as realidades históricas e os factores xeográficos determinaron preferencias que xeraron a distinción.

Essa insistência desde a *História da Língua* para justificar o reintegracionismo, com que interpelava os seus pares opostos do campo científico, continuava sem dar resultado. RCC contribuiu esse mês num caderno especial do LVG para assinalar o centenário do jornal, com «**Tradición e vulgarización na literatura popular**» (30/06/1982). Aí põe em destaque produtos populares, que seguem «modelos internacionais difundidos en traducións castelás». A Galiza «non foi nunca, nen en sentido horizontal nen en sentido vertical, un illote afastado do resto da xeografía e a socioloxía literaria», acrescenta. E em 1982, por causa da evolução da comunicação social «a dependência do local ao mundial creia ao primeiro un problema de supervivência». Era outra advertência do risco de uma língua galega isolada e não reintegrada. Pouco depois, no artigo «**La llingua asturiana**» (02/07/1982), põe em destaque:

Non hai un concepto unívoco de lingua, ou de dialecto —outro universal— polo que o galego, o mesmo que o asturiano, son linguas ou son dialectos, segundo o nivel en que nos situemos e as referencias a que apuntamos. Un lingüista non pode escandalizar-se porque se chame dialecto ao galego, ou lingua ao bable, ou viceversa. Só razóns políticas —aínda que sexan de política cultural— determinan a opción terminolóxica. [...] Aqueles que aínda onte negaban ao galego o carácter de lingua, han ficar un tanto perplexos ouvindo falar de llingua asturiana.

Indica «o desprezo con que o intelectual instalado na cultura castellana ten ollado outras línguas hispánicas» e que tinha contribuído para a situación do galego. No último artigo desse ano, «**Esquío, o mais antigo poeta ferrolán**» (31/12/1982) sublinha o interesse internacional que suscitava esse trovador do período medieval, do tempo dessa primeira unidade da língua literária galego-portuguesa.

Em 20/04/1983 foi publicado o *Decreto 173/1982 de 17 de novembro sobre normativización da lingua galega*, a que RCC se referirá como *Decreto Filgueira*, por ser Filgueira Valverde, na altura conselheiro da Xunta de Galicia, quem o tinha promovido. Estava alicerçada num acordo de 03/07/1982, quando a Real Academia Galega aprovou uma nova proposta normativa, que tinha elaborado o Instituto da Lingua Galega (ILG) da USC, e que substituirá em 1983 a de 1980 (ver infra). Também saiu do prelo em 1983 a primeira edição do *Estudo crítico* da AGAL, que contestava esse Decreto, e que ofrecia uma alternativa na linha de RCC. Esse *Estudo crítico*, e outras publicações, que promoviam docentes especialistas, favoreciam maiores usos do Galego-Português.

No LVG ele publicou «**Unha historia clínica**» (04/02/1983), em que defende que insistir na oposição de galego e português e de catalão e maiorquim, enquanto se afirmava a identidade substancial do castelhanu e o andaluz «acusa unha incoeréncia lóxica so explicábel por unha concepción centrípeta do Estado e da cultura», o que reforçava o centralismo. Isso era sobrepor «o mapa administrativo sobre o mapa lingüístico». Acrescenta que «a história do galego desde o século XV é unha história clínica, a história dunha lingua enferma e mutilada». E conclui:

Unha política que que[i]ra manter esa situación, é unha política letal para o galego. [...] é a história dunha frustración colectiva. Manter o galego na situación de língua subordinada ao castellano na expresión

do que non é arcaica cultura agrícola, é impedir ao doente a posibilidade de cura, por aberrante amor á enfermidade, que non é un sentimento hixiénico, ou desexar, confesada ou secretamente, a consunción dunha realidade cultural na que non se ten fe, sobre a que non se alimenta esperanza e a que non se profesa cariño.

Reiterará a idea da perda da fé em «**O sacerdote que perdeu a fe**» (20/04/1983), publicado o mesmo día no jornal que o *Decreto Filgueira* no *Diario Oficial de Galicia*. Aí concluí que «Non todo está permitido [...]. Non se poden administrar os sacramentos dunha igrexa laica por sacerdotes que perderon a fe». Tendo em conta o estado da luta muito avançada por causa da política linguística na Galiza da altura, este artigo permite uma leitura em que RCC reprova a colegas galeguistas de longa data, que não cita, a sua mudança a respeito do reintegracionismo como estratégia para normalizar a língua.

### «Política linguística: memórias dun esquelete»

A partir do *Decreto Filgueira* os artigos<sup>18</sup> de RCC insistirão na defesa da sua posição reintegracionista. Em «**O galego, língua anormal**» (18/07/83) afirma, à partida, como apesar dos avanços desde o Ressurgimento, a «normalización e normativización» da língua ainda não se tinham conseguido. Denuncia que só «un frívolo optimismo — carantoña posivelmente de un escepticismo irresponsável— pode fingir triunfos que están nas palabras máis que nos feitos, e registrar solucións que máis se propoñen que se implantan». Ressalta a falta de normalidade da língua galega na vida social, mantendo-se situações que aconteciam no século XIX ou nos inícios do XX, e concluindo como «Ainda para muitos o galego é língua excepcional, é dicer, anormal», como as-

---

<sup>18</sup> Publicará também o poema «**Pentesilea**» (13/05/83; que incluiu em livro em 1985), a que se oferece o maior destaque no jornal numa ampla informação monográfica sobre poesia galega, sendo a única composição com ortografia reintegrada.

sinalava no título. Em «**Homenage a Descartes**» (10/09/1983) reivindica as liberdades de ensino e de expresión «consagradas na Constitución da Monarquía». Este artigo reage contra as consecuencias do *Decreto Filgueira*, que o levam a denunciar «dirigismo de mais», pois nem sequer se dava oportunidade à dúbida cartesiana. Salienta RCC:

Ainda ben que no regime antigo se admitía o contraste (ordenado) de pareceres<sup>19</sup> [...] Máis unha vez, o dirigismo a todo custo ¿quererá suplantarse, como en tempos de don Ramón [Serrano Suñer] e de don Francisco [Franco]<sup>20</sup> a realidade verdadeira? ¿Non sería máis lóxico, máis humano, máis hábil, máis político, tratar co debido respecto as alternativas á nosa propia opinión? Na Casa do Pai hai moitas moradas. ¿Para que queimar a Joana en Rouen? ¿E se logo resulta canonizada en Roma?

Estas alusións a normas legislativas do franquismo sublinhavan como o *Decreto Filgueira* representava un retroceso a respecto delas, apesar da nova situación política, de que se esperaría unha maior tolerancia; assim mantinha-se o galego na situación subalterna do pasado. E em «**O galego, obxección de conciencia**» (15/10/1983) valoriza o recurso do Goberno do Estado por possível inconstitucionalidade de aspectos da *Lei de Normalización Lingüística*, aprovada por unanimidade no Parlamento Galego, cuestionando a cooficialidade da lingua galega reconhecida na Constitución española de 1978 e no Estatuto de Autonomía. Observa como «O galego sería no seu uso unha obxección de conciencia. [...] así aos secuaces da seita galeguista se lles dispensaría o uso da lingua estatal [...] aos membros desa seita marxinal que se chama galeguismo se lles permitiría o uso oficial da súa lingua. E esta sería toda a cooficialidade do galego». Reclama unha situación política<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Está-se a referir à normativa para promover o asociativismo político nos anos finais do franquismo. Ver, v. gr., Cañellas Mas (2010).

<sup>20</sup> De novo alude ao *Decreto de Unificación* franquista, a que se tinha referido em 04/01/82 (ver supra).

<sup>21</sup> Analisa a situación política da altura salientando como se dava uma tutela dos or-

que permita um melhor desenvolvimento do Estado e das autonomias. A este assunto tornará em «**Oficialidade subalterna**» (13/07/1986).

Em 28/06/1984 aconteceu o regresso dos restos de Castelao à Galiza e no outono desse ano realizou-se com sucesso o primeiro Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa, que a AGAL organizou. Principia RCC a sua colaboração no jornal com «**Montes, devesas, años e anos**» (02/02/84), que terá continuidade em «**Unha ovella chamada Martiña**» (01/05/84). Provoca uma polémica com Isaac Alonso Estraviz (12/04/84), que servirá para dar visibilidade a este produtor e ao *Diccionario Galego Nos Ilustrado*, que ele promovia, de orientação reintegracionista e com prólogo de RCC.

Porém, o alvo central dos seus artigos serão o *Decreto Filgueira* e as suas consequências. Assim, em «**Língua, nación, saúde e doenza**» (10/02/1984) reitera que «a língua non se achará na forma conveniente se non a limpamos das aderências exóticas —fonológicas, léxicas, morfológicas, sintácticas, ortográficas— que a desfiguraron e allearon no transcurso de vários séculos de história antinatural». Em «**Castelao e a política**» (07/03/1984) reprova como, a respeito da ideologia do político rianjeiro «Hai quen se empeña en soster que en política lingüística era enxebriista, e partidário da alfândega cultural nos pasos fronteirizos de Tui e Feces, ainda que él paladinamente afirma que procede a aproximación, até chegar a fusión, das duas formas politicamente afastadas do hispanoatlántico». Em «**Usar duas línguas**». (19/07/1984) assinala como «O único bilinguismo ou polilinguismo funcional é o vigente en Bélxica, en Suíza, en Yugooslávia. En España esta é a solución natural». Questiona se, em casos como o da Galiza:

---

ganismos e instituições da Administração autonómica por organismos e instituições da Administração central estatal, e um «governo dos juízes» para esclarecer e intervir em conflitos competenciais.

¿Quer-se que a língua historicamente relegada seja simplemente un caló reservado a un grupo marginal a extinguir ou condenado a permanecer fosilizado nun recinto cultural minoritario, como os da tradición xudea, ou gitana, ou o caso dos chuetas, ou os agotes, ou os maragatos, ou os vaqueiros de alzada? Iso si que sería o retorno á taifa, á tribo, á pulverización prenatal. Un bilingüismo oficial indiscriminado, igualitario, indiferenciado, no que se usasen alternativamente, arbitrariamente, caprichosamente, as dúas linguas, sen caer na diglósia funcional, é utópico.

Defende assim a necesidade de potenciar máis o galego para recuperar e acrescentar os seus usos. Em «**Diálogo entre A e B**» (29/10/1984) diferencia entre *mamar* e aprender a língua. Em «**Fernán, Hernán e Ferrán**» (09/11/1984) faz uma parábola da história das línguas ibéricas a partir do latim. E em «**Riso e pranto**» (04/12/1984) defende a cultura da liberdade, da cortês discussão e do respeito mútuo do «liberalismo humanista» em contraposição a «un Partido Único, un Dogma Exclusivo, unha Fala Koránica, unha Farda Reglamentária, un Saúdo Nacional son institucións propias de épocas primitivas, de sociedades subdesenvolvidas, que non poden establecer-se sen violencia nen humillazón no noso propio mundo». São trabalhos em que contesta a imposição da normativa do *Decreto Filgueira*.

Em 1985 principiou o andamento das estações de rádio e televisão autonómicas. Isso acrescentou o otimismo entre os defensores do *Decreto Filgueira*, ao considerar que esses meios e o desenvolvimento da Administración autonómica consolidariam a língua galega. A situação propiciava que «dois bandos se digladiam diariamente», o do Galego-Castelhana e o do Galego-Português, como assinalará Ernesto Guerra da Cal num trabalho, referente da posição reintegracionista, em que este vulto, que apoiava a doutrina e a estratégia de Carvalho, se referia à língua portuguesa como (Da Cal, 1985: 11) «o meu lar perdido e reencontrado» e «a minha Ítaca, perdida e achada».

Nos três primeiros artigos desse ano de RCC no jornal «**Puebla del Cambronal**» (26/01/1985), «**A Prova do Daián**» (01/02/1985) e «**Entre a Proba e o Padrón**» (03/04/1985) centra-se no topónimo «Puebla», que ainda se utilizava com normalidade. Propõe que, a não galeguizar-se, devia castelhanizar-se com coerência, o que suporia que a conhecida vila e concelho de Arousa Norte se chamassem porventura Puebla del Cambronal, melhor que a mistura de Puebla do Caramiñal. Esse ano RCC ocupou uma posição central no campo cultural galego ao presidir o congresso internacional sobre Rosalia de Castro, acontecimento fulcral no processo de canonicidade da produtora. No LVG reconhece o seu talento, o valor da sua obra e o seu significado e simbolismo para a Galiza, embora em «**Rosalía, estrutura binárica**» (19/04/1985) advirta que não era um bom modelo de uso da língua. Refere como o galego de Rosalia «está afectado de evidentes contradizóns. Dez anos antes que ela os *Cantares*, publicara Pintos a sua *Gaita*, onde hai un esforzo de sistematizazón léxica e ortográfica, de depurazón e normalizazón da língua en relazón co cal Rosalía significa un retroceso». Em trabalhos posteriores utilizará aspetos da produción rosaliana para reivindicar uma posição reintegracionista, como em «**Cigarras e ralos**» (21/05/1985) e «**Chicharras e cigarras**» (26/05/1985), em que alude à existência de um «domínio lingüístico galego-portugués», e põe em diálogo um dicionário da língua portuguesa com outros galegos. Ou em «**Rosalía bica a tumba do seu pai**» (19/06/1985), onde reitera que «Viojo é a escrita tradicional, que non supón, claro está, como alguns parecen crer, influéncia do castellano, sempre que se pronuncie ese *j* co seu valor palatal autóctono».

Em «**O italiano em Alguer**» (22/08/1985) ocupa-se do conflito que se dá ao confluírem várias línguas. Adverte que «Unha comunidade non pode ser bífida» e alude a como no enclave italiano de Alguer o ca-

talão «se mantivo como língua oficial até fins do século XVII baixo a dominazón española, mentres que o uso oficial do sardo e do italiano estivo proscrito desde 1372»; porém, e por causa das transformacións políticas era «a dificultade de persitencia do catalán a que desejavamos salientar neste artigo». Dessa situación também se podiam obter conclusións para a língua da Galiza. Em «**Despedida e peche**» (20/10/1985), «**Ata, desata e reata**»<sup>22</sup> (12/11/1985, neste artigo defende como «Os nosos escritores do Resurgimento, que non propugnaban a restaurazón de unha língua histórica que ignoravan, mas a consagrazón literária de unha fala que non se escribía») e em «**Galego eleitoral**» (28/11/1985, em que afirma: «muito nos tememos que alguns chamen galego actual ao galego castellanizado») insiste em reclamar um bom uso da língua, que respondesse à sua história e tradición. Em «**Lingua e Direito**» (03/11/1985) ocupa-se da regulación jurídica e opõe-se à discriminaçón por motivos de normativa lingüística. Formula:

Os fondos públicos son de todos os cidadáns, porque todos tributamos, e unha discriminazón por motivos de doutrina lingüística é tan contrária ao Direito natural como a que está motivada por razóns de relixión, cor ou sexo. Entre nós, a ninguén se lle ocorre negar os seus emolumentos aos deputados da oposizón por disintiren das opinións do Goberno. A disidència en matéria de uso lingüístico é unha forma de oposizón legal. [...] Hai quen gostaria de impor perpétuo silencio ao discrepante [...] Unha política lingüística en Occidente ten que ser liberal. Ten que admitir que a verdade é relativa, e a uniformidade contrária á natureza. Só alguém que se creia, como o Profeta do Islám, confidente do Arcanjo Gabriel e depositário da divina revelazón, pode aspirar a impor o seu Corán, e a esmagar ao infiel co rolo vengador da guerra santa.

---

<sup>22</sup> No artigo promove o uso normativo de *até*. Lembra RCC como no Resurgimento «dician tamén, e escribían, *hasta*, intercalando ás veces entre os dous últimos fonemas un epentético *r*; *hastra* [...] cando se quixo ordenar a lingua, refugaron-se as formas castellananas, e procurou-se unha forma enxebre [...] será mellor recuperar *até*, que sendo a forma do portugués moderno, sequer está abonada polo uso de muitos millóns de falantes do iberorrománico occidental».

Insiste assim em reclamar uma política linguística diferente, liberal; opõe-se ao que denomina «Conceito teocrático de política linguística» e questiona que nem sequer se admita um «ordenado contraste de pareceres», como tolerava o franquismo nos seus últimos anos e a que se tinha referido em 10/09/83 (ver supra). Compara assim a política linguística vigente na Galiza com práticas mais próprias de uma teocracia.

Em 1986 Espanha e Portugal ingressam na Comunidade Económica Europeia. Os dois estados precisam colaborar e isso favorece um novo tempo nas suas relações, mas não seria aproveitado na Galiza para uma confluência linguística, embora uma representação galega (Isaac Alonso Estraviz, Adela Figueroa e José Luís Fontenla) participasse em maio numa reunião internacional no Rio de Janeiro para pactar um novo Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa<sup>23</sup>. Foi o ano em que mais artigos publicou RCC no jornal, 26. Neles insistirá num bom uso da língua e na orientação reintegracionista. Assim o fará ao tratar assuntos de toponímia, como em «**O testemuño do marechal**» (10/04/1986), em que se refere aos topónimos de Proba do Caraminhal e Rianjo; o uso da língua na Televisão da Galiza, em «**Falar atartame-lado**» (27/04/1986), em que conclui como «con autonomía ou sen autonomía, con normativización ou sen ela, temos que ajustar a nosa hora linguística galega ao meridiano de Madrid»; a vigência das doutrinas

---

<sup>23</sup> Desde as Irmandades da Fala de Galiza e Portugal tentaram ultrapassar a Xunta e reclamaram a intervenção do Estado. Respondeu-lhes Francisco Fernández Ordóñez, Ministro de Asuntos Exteriores de Espanha, em carta datada em Madrid aos 26/08/1986, em que afirmava compreender o interesse das pretensões e indicava que, para que prosperasse essa proposta «exige que sea la Xunta de Galicia la que plantee esta iniciativa a través del Delegado del Gobierno, con una propuesta formal [...] un organismo de carácter privado como el que usted encabeza debe de encontrar en el ámbito autonómico un valedor útil» para uma iniciativa como aquela, que assumia o Galego-Português; e a Xunta estava no Galego-Castelhano.

de Castelao e Feijó a respeito da língua, em «**Castelao e Feijó**» (29/05/1986), em que assinala: «a doutrina de Feijó sobre a latinidade do galego e a galeguidade do portugués é unha doutrina de absoluta vi- gência» e como «o seu fundamento histórico» induz Castelao a defender a «necessidade de unha aproximazón e confluência linguística de Galiza e Portugal, exposta na forma mais radical na famosa carta a Sánchez Albornoz» e leva-o a afirmar «que o galego é unha língua extensa e útil, porque con poucas variantes se fala en Portugal, en Brasil e nas colonias portuguesas. Con ela podemos comunicarnos, di Castelao, con mais de setenta millóns de almas. Hoje, candia menos duplicaría a cifra»<sup>24</sup>. Re- prova Carvalho a «tendência registada en certos meios culturais a rees- crever politicamente o que historicamente está escrito», rejeitando assim manipulações interessadas e o risco de uma «nova edizón normati- zada» do escrito por Castelao. «**Oficialidade subalterna**» (13/07/1986) está em diálogo com «O galego, obxección de conciencia» (15/10/1983, ver supra), a respeito do recurso do Governo do Estado espanhol contra a Lei de Normalización Linguística. Afirma:

a fórmula do bilingüismo oficial é inestável e insegura [...] A doutrina que non admite dentro das nacionalidades históricas unha cooficialidade alternativa, senón unha cooficialidade subalterna con referéncia á lingua nacionalitária, modifica realmente o concepto de cooficialidade legal, substituindo a cooficialidade por unha tolerancia da lingua non estatal para aqueles que voluntariamente decidan usá-la.

Valoriza que «o fallo ditado non foi o procedente», reprovando os «obsequiosos conformistas», que não o consideraram assim, pois julga ser «lamentável para o prestígio do galego». Conclui que «O cas-

---

<sup>24</sup> Salienta ser Feijó, onze vezes citado em *Sempre en Galiza*, um dos produtores em que mais se ampara Castelao para alicerçar a sua doutrina de política linguística. Também destaca como assumia a proposta de Menéndez Pidal sobre a diversa evolu- ção do protorromance hispânico, mas discrepando dele com a denominação de espanhol que Pidal aplica ao castelhano.

tellano está ben protegido como língua hegemónica no ordenamento constitucional, e unha nova limitazón aos dereitos da língua galega non fai mais que reforzar o desequilibrio na convivencia da lingua A coa língua B no já limitado ámbito histórico e social en que a concorrência se produz». Em «**Bóveda e a oficialidade do galego**» (15/07/1986) dá testemuño da intervención de Alexandre Bóveda na Assembleia de Concelhos organizada en Santiago en decembro de 1932, a respeito de una polémica sobre a oficialidade da língua galega<sup>25</sup>. São dois artigos em que emerge o RCC político, e no primeiro deles também o especialista em Direito que também era. Em «**Adefésios**» (30/08/1986) defende ter usado corretamente este termo numa recensão, por mais que talvez não coincida com as recentes abonações do DRAE e outros dicionários espanhóis a respeito do significado. Em «**Por un i mantemos o galego ou aceptamos o castellano**» (23/09/1986) recenseia o estudo «As formas ‘proibidas’ nos Precusores, nos Grandes Mestres e nas Gramáticas do século XIX», de Joám Carlos Rábade Castinheira, incluído nas *Atas do I Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (AA. VV., 1986: 469-520). Salienta como nesse trabalho «se estudan as formas non admitidas hoje no uso burocrático curial, que aparecen no entanto nos nosos escritores do Resurgimento» e põe em destaque os sufixos —*tionem* e —*sionem*, que tinham pasado para galego como —*çom* e —*som* «con absorzón do i da desinência orginária», e assim apareciam em Pondal (v. gr. «redenzón» e «nazón» no poema que se utiliza como hino galego) ou Rosalia de Castro (de quem cita vários casos). Alude também a como no Galego-Castelhano «Por falta de pulo restaurador e sobra de mansedume perante os feitos consumados, a ortología decretal manten ese i dos castellanismos, como o de

---

<sup>25</sup> Salienta assim as duas efemérides: os cinquentenários do plebiscito do Estatuto de Autonomia de 1936, e da morte de Alexandre Bóveda esse mesmo ano.

Galicia e espácio». Conclui: «Por un i mantemos o galego ou aceptamos o castellano. E se refugamos *Dios e gallego*, tanto tempo vigentes no uso geral, e recuperamos as formas próprias, pouca coerência achamos na reverente, tímida ou acomplexada preservazón dese i, que só aparece no galego cando o galego desaparece como língua de cultura». Insiste em que não é insignificante o que pode parecer um simples *i*, mas uma decisão de relevo para uma maior autenticidade da língua. Em «**As duas bandas da ría**» (03/10/1986) lembra o cinquentenário da morte de Valle-Inclán e o centenário do nascimento de Castelao. Para Carvalho, estes produtores

personifican respectivamente as duas maneiras de conceber o galeguismo literario. Aquel, como galeguismo integrado na unidade superior da literatura española —*regionalismo*. Este, como galeguismo integral e autárquico —*nacionalismo*. [...] Castelao opón-se a Valle-Inclán como a perspectiva do señor se opón á perspetiva do vasalo. Valle escreve para os españois, e Castelao para os galegos<sup>26</sup>.

Frisa assim a ascendência e uma melhor valorização de Castelao, desde uma perspectiva galeguista. O artigo «**Mais sobre Galiza e Galicia**» (03/12/1986) é uma resposta a Méndez Ferrín, quem questionava o uso de «Galiza» e «castelhano» por Carvalho:

o meu crítico admite *Galiza*, mas non *castellano*; e eu admito *castelán*, mas non *Galicia* [...] no momento actual, pois claro está que a miña consciencia do galego non arranca do meu nacimiento. Así que o que queira pode buscar e achar *Galicias* e *casteláns* a eito na miña humilde literatura anterior á presente. [...] Sobre *castellano* (*castelhano*) só quero dicer que o seu uso non procede en min de cega submisión ao portugués. Eu escribo *pena* e *repolo* onde o portugués castelanizou *penha* e *repolho*.

---

<sup>26</sup> Defende que, assim como Manuel António, desde uma posição nacionalista, combateu Valle-Inclán, Castelao «trata de recuperar teoricamente a Valle», defendendo a galegitude da sua obra. Salienta também a «mútua estimazón» entre estes produtores, nascidos nas duas bandas da ria de Arousa.

Esclarece assim a sua posição a quem tinha colaborado com ele no projeto pedagógico de Fingoi, mas que na altura se situava no campo do Galego-Castelhano, como referente de oposição a ele.

Em 1987 RCC presidirá o segundo congresso da AGAL. Esse ano, no artigo «**De máximos e mínimos**» (27/01/1987), num tempo em que prosperava uma nova proposta, denominada de *mínimos reintegrationistas*, em oposição à normativa da AGAL, tenta evidenciar o desacerto da novidade. RCC ressalta como os *mínimos* renunciavam à ortografia histórica, e faziam concessões à morfologia e à fonética; mas essa estratégia não servia para a normalização naquela altura<sup>27</sup>, pois

o galego, por muito que se neorregionalice e mesmo se subcastelanice, non consegue amolecer o duro corazón do idioma do Estado que está disposto a tolerá-lo mentres diga *ata, peche, alomenos e valor engadido* —singularidades inocentes—, mas non a conceder-lle —así se interpreta, tal vez correctamente, a vigente lei— equivaléncia real, no territorio galego, co código lingüístico estatal.

Esta equivalência era a que ele reclamava com as suas propostas. Evidenciava assim a sua oposição àquela estratégia de «mínimos», na qual estavam envolvidos discípulos seus. Em «**Na Puebla do Paxonal**» (27/02/1987) ocupa-se destes topónimos, e outros como Rianxo-Rianjo, Galiza-Galicia ou Pontearreas-Puenteareas. Adverte do perigo da «substitución da fala histórica por un crioulo desmiolado e indecoroso, crianza ilegítima que non saberíamos como apelidar». Finaliza destarte: «para aqueles que consideran arcaizante *Galiza* e non queiran, por condescendência cos disidentes — agora de moda— adoptar o *Ga-*

---

<sup>27</sup> Faz uma comparativa com o tempo do Ditador Fábuis [Quinto Fábio Máximo Verrucoso Cunctator]; e adapta o seu nome como Máximo Cunctátor para designar um suposto seu colega, neorregionalista, que, como aquele, defende o interesse de atuar como «o maior contemporizador» (cunctator=contemporizador) na política linguística na Galiza, com resultados negativos.

*licia* áulico, propomos *Puebla do Paxonal*, sintagma de mui equilibrado bilingüismo, como nome usual da nosa terra». Amparava-se assim também no sarcasmo para argumentar a sua posição, tentando evidenciar o despropósito do Galego-Castelhano. Em «**Áreas e aulas**» (01/03/1987) ressalta a contaminação no galego de um uso errado do castelhano, pois «algúns empregan a gramática castellana para reger a concordância galega, e como, polas razóns indicadas, na lingua cervantina se di e escreve *el* aula, e non *la* aula, haverá que dicer e escrever en galego *o* aula, e non *a* aula». Reclama respeito para a forma galega do feminino, própria da gramática galega. Em «**Castelao e o galego**» (27/03/1987) põe em destaque como

está-se impondo a razoável doutrina de Castelao, con algunhas extravagantes divergências. Só no terreno ortográfico o galego decretal se opón decididamete ao galego histórico, mantendo, por razóns políticas ou pedagógicas que xa é tempo de considerar superadas, un sistema que non é outro que o castellano, o que parece pusilánime sumisión e perpetuación inecesária de unha lamentábel dependência.

Faz assim mais outro apelo para mudar a política linguística. Em «**A narrativa histórica**» (06/05/1987) admite como no tempo da restauração, no romantismo serôdio

foi inevitável que os escritores galegos estivesen marcados pola sua dependência da literatura castellana, que era a que lian desde os tempos escolares e a que lles aprendera a ter por própria a filosofia educativa do tempo. [...] poucas vezes se registan nas nosas letras calcos de correntes e modos vigentes no estrangeiro, que non cheguen peneirados pola reija da literatura castellana.

Recorre assim mais uma vez a um diálogo entre história e pedagogia na sua luta de política linguística. «**Um lobo da serra**» (07/05/1987) é uma parábola entre o acontecido com Curros por causa

do seu conflito com a Igreja católica e a realidade da marginalização do reintegracionismo. Afirma: «hoje mesmo se ditam excomunhões e se excluem do censo ou se incluem no índice pessoas, libros ou condutas que non se atehem ao dogma formulado por pontífices menos autorizados que o doutor dom Cesáreo Rodrigo<sup>28</sup>». Reconhece como passou a ser Curros «unanimemente reconhecido como um dos maiores poetas da galegidade», apesar de aquele conflito, e como podia acontecer portanto o mesmo com o reintegracionismo, de mudar a situação política. Em «**Un galego rendível**» (24/05/1987) reitera que a política linguística «teria que ser radicalmente modificada para contemplar qualquer probabilidade de normalización social da fala do país». Porém, isso era inviável naquela altura, pela defesa firme do Galego-Castelhano por parte da Administração autonómica. Em «**De David a Cuchulain**» (31/05/1987) reclama «vontade nacional», como aconteceu com o hebreu, a antiga língua de David, que se tinha restaurado. Pelo contrário «A mitologia de Cuchulain, o maior herói da saga irlandesa, non logrou semellante éxito» com o gaélico. Questiona por qual desses caminhos enveredará o galego, e para isso «hai que resolver se a nosa é a lingua própria dos galegos, como reza o Estatuto de Autonomia, ou un produto arcaico e folclórico». Como tinha feito com o flamengo, o catalão e mais línguas, apela a outras situações para tentar emendar a política linguística galega. Em «**Ornacina**» (16/07/1987) recomenda mais uma vez um uso correto da língua. Assinala:

A degradazón que experimentou a nosa fala a partir da última etapa medieval, como consecuencia de acontecementos históricos ben coñecidos, apagou na memoria das gentes as denominazóns de muitos conceptos ou objectos pertencentes —non *perteñecentes*, nen *pertenecentes*, como por gralla tipográfica ou por erro lingüístico constantemente lemos— ao vocabulário técnico ou culto, que foron substituídos polos correspondentes da lingua oficial e prestigiosa, a castellana.

---

<sup>28</sup> C. Rodrigo era a autoridade da igreja católica com quem tivera o conflito Curros.

Avisa do uso incorreto de «ornacina» em galego, que tinha visto numa exposição. Insistia assim em que a política linguística promovesse um bom uso da língua. Em «**O galego é útil**» (06/08/1987) ocupa-se de um espaço, com esse título, da TVG. Afirma ser um «imperativo ético» defender que «porque é noso, o galego deve manter-se e potenciar-se», melhor que insistir só no conceito da utilidade. Serve-se da autoridade de Castelao, mais uma vez, na defesa dos seus posicionamentos, o que o leva a ressaltar:

O caso do galego non é o caso do gaélico, ou do éusquera, ou o do rumanche, ou o do catalán, e muito menos do bable asturiano ou o da fabla aragonesa. É o caso do castellano, que ao transformar-se en español, como o galego en portugués, se reafirma e se multiplica nas diversas formas do sistema. [...] Isto é o que quería dicer e dixo Castelao ao dicer que o galego ‘é un idioma extenso e útil’.

RCC reproduz diversos argumentos utilizados por Castelao e julga um acerto que «nunha matéria de política linguística, Castelao apresenta argumentos políticos», que era o caminho que ele defendia para a normalização e normatização da língua, como vinha expondo nos seus artigos jornalísticos. Em «**Aberturas e cerrazóns**» (08/09/1987) contesta o «servil decalco abusivo» de termos castelhanos, e reclama a «abertura de un diálogo que eventualmente corrija os presuntos excesos de unha política lingüística supostamente uniformada». O uso sistemático em galego de «peche» pelo «cierre» castelhano é uma das incorreções que combate mais uma vez nas páginas do jornal.

Em setembro de 1987 o político socialista Fernando González Laxe preside um novo governo autonómico. RCC, no artigo «**Un galego rendível, é dicer, económico e competitivo**» (19/11/1987), chama a atenção para como se estavam a normativizar de modo não adequado produtos de clássicos galegos, segundo a proposta do *Decreto Filgueira*.

Defende que, «se o galego se vai escrever sempre coa ortografía do castellano», será difícil convencer as persoas reticentes do seu uso, pois num mundo cada vez mais internacionalizado não verão a sua utilidade e preferirão adotar o castelhano. Lembra que «unha política inteligente de fomento do galego, que é obriga dos nosos governantes por império da lei, e non somente por moral exigência de mantimento do que é historicamente noso [...] é infantil pretender que pode ser competitivo un galego que non se modernice en contacto coas suas formas mais progresivas e internacionais». Questiona com este comentário uma política linguística orientada «a isolar o galego do portugués». Interpela assim o novo governo autonómico galego para uma mudança da política linguística. Em «**A lei de bronce da cooficialidade**» (12/12/1987) indica que «Por vezes pensamos que na realidade política actual, polo que di respeito á liberdade e á igualdade das línguas cooficiais na Galiza, a doutrina que os representantes do Estado pugnan por impor, é unha especie de lei de bronce da cooficialidade». Faz assim um paralelismo com a doutrina da lei de bronze dos salários, de David Ricardo e Ferdinand Lasalle, e propõe um relacionamento mais igualitário entre as duas línguas cooficiais na Galiza, por causa da situação de inferioridade em que se mantinha a galega.

RCC foi distinguido com o Prémio Nacional da Crítica em 1988 (Redação de LVG, 17/04/1988) por *Scórpio*, um reconhecimento do seu valor literário, que acrescentava o seu capital simbólico e representava uma abertura a respeito do reintegracionismo, que favorecia sem dúvida o novo tempo político. Esse ano publica no jornal, em janeiro e fevereiro, 6 artigos sobre política linguística, com os quais tenta influir nessa questão. Ocupa-se de «**Democracia e burocracia**» (02/01/1988); «**A literatura**» (07/01/1988); «**O ensino**» (12/01/1988); «**O galego administrativo**» (28/01/1988); «**A posta e a resposta ou o imoral e impos-**

sível» (06/02/1988) e «**Política lingüística: memórias dun esquelete**» (12/02/1988). O título deste último evoca o de uma narrativa de Castelao. Nele sintetiza as principais medidas que propugnava. Defende uma nova política lingüística com «unhas bases de conduta para os organismos e autoridades competentes que poderían levar-se a cabo con oportunidade gradual». Assim, diferencia actuacións para a literatura, em que não se aplicasse «nengunha discriminazón» por causa da normativa no respeitante a «subsídios, premios ou adquisición de obras». Para o ensino propõe diálogo e «procurará-se unha coordinazón que deixe a salvo os critérios científicos concorrentes. Os acordos terán carácter de recomendazóns». Para a burocracia administrativa, que «seguirá con cuidado a evoluzón dos usos lingüísticos no campo da literatura e da práctica docente, para introducir no momento adecuado na prosa burocrática as reformas que parezan indispensáveis». E aínda a respeito da regulamentación, propõe: «Derrogarán-se as disposicións e aboliran-se as prácticas que eventualmente se revelasen contrárias ao principio da liberdade legítima, e orientadas a forzar unha soluzón ríxida e coercitiva dos problemas presentes, ou a penalizar de modo explícito ou encoberto a conduta lingüística que discrepase de un modelo de comportamento inflexível». Na reprodución deste artigo no libro *Do Galego e da Galiza* acrescenta-se este parágrafo: (Carvalho Calero, 1990: 85): «Estes principios deberían inspirar a política lingüística de um Governo que se apresentou como de progreso e renovaçom, se nom se descubriu que na matéria que examinamos deseja continuar os jeitos do Governo que derrubou mediante um voto de censura. Todos os partidos políticos que hoje componhem a Junta propugnavam desde a oposiçom umha reforma da política lingüística». Acrescenta —no jornal e no livro— que «Seria mui negativo para o prestígio dos mesmos —na nosa humilde opiniõ— que as esperanzas que provocaron, e de cujo cumprimento houvo evi-

dentes síntomas no comezo do mandato, fosen relegadas ás quendas gregas». Perante a possibilidade de que a mudança de atitude se devesse porventura a uma «obediencia executiva de alarmes exteriores», concluí cuestionando:

¿Quen goberna na nosa terra? A nosa terra ¿non é nosa? Aqueles que creen representar a tradición galeguista e o pensamento de Castelao, ¿non poden esperar outro porvir que seren empurrados ao cemiterio de disidentes, [a]gora que se esborrallaron os muros que o separaban do camposanto de católicos? Talvez alí, se conservan un ollo de vidro, podan escribir a parte prometida e non realizada das *Memorias de un esqueleto*.

Finaliza así unha síntese da política lingüística que propugnava, para que tomasse nota o novo Goberno autonómico, e que se tivesen en conta a súa experiencia e autoridade. Evidentemente, non a tomou.

En 1988 manteve-se na mesma liña, de firme defensa da súa proposta reintegracionista. No artigo «**Esgrévio**» (17/04/1988) reclama o verdadeiro significado deste termo, como «seco, duro, árido, escabroso, rudo», non para «designar unha persoa digna, nobre, elevada», quer dizer «egrégia», como utilizavam algúns produtores nunha publicación de homenaxe a Otero Pedrayo. Subliña como o autor ourensano si tiña utilizado con corrección esa palabra. En «**Norma e medida**» (18/05/1988) discorda da maneira como se estaba a utilizar o *Decreto Filgueira* para normativizar textos literarios, mesmo de produtores mortos antes da súa promulgación, como Otero Pedrayo, de quen cita a aplicación a *Bocarribeira*. Discrepa da «rigidez na aplicación da lei»; indica que lle fai lembrar a narrativa *1984* de George Orwell, e concluí: «¿Non parece isto un exceso de zelo? A submisión a calquera norma ¿non exige límites prudenciais e medida discreta?». Serve-se

assim das páginas do jornal para deixar constância de mais um protesto contra o que julga excessos da política linguística vigorante na Galiza. Em «**Reflexos televisivos**» (28/09/1988) dá a sua aprovação à TVG por

preencher os ocos da nosa língua consultando a língua irmá [a portuguesa], filla ou variante da própria. E só é de sentir que de por parte caía con frecuencia en castellanismos morfológicos, dialectalismos excesivamente localistas, vulgarismos ou arcaísmos superados, caprichosos ou excluintes, amén de neologismos imaduros, que non parecen felices arbítrios en prol do progreso da nosa fala.

Destaca assim acertos no proceder de especialistas que se ocupavam da língua na TVG, mas alerta para que se esmerem mais, para ultrapassarem outros erros e para usarem um galego mais correto. Em «**Otero Pedrayo, liberal**» (11/10/1988) defende, com Otero Pedrayo, relatando uma anedota de interesse biográfico para ambos num ato público celebrado na década de 1930, que «Non é imaginável un galeguista que non seja un liberal», reclamando esse liberalismo para a política linguística. Em «**Unha aguxa nun paxar**» (18/10/1988) ocupa-se da galeguização do nome do espaço de Santiago de Compostela conhecido como El Pajonal. Contesta a proposta de galeguizá-lo como O Paxonal e propõe como alternativa mais apropriada Restolhal ou alguma variante. Reitera que não se deve galeguizar todo *j* castelhano por *x* galego, pois isso conduciría a disparates como ojo-oxo; ajo-axo; pareja-parexa; conejo-conexo, e mais. Reprova que se tivesse galeguizado Pajares, apelido do reitor da USC, como Paxares. Assinala que se deve tomar de conta o étimo latino e reclama «responsabilidade indispensável» e não cair em «calcos servís» ou «caricaturas aberrantes». Ele vencerá nesta batalha, pois o nome que o Concelho de Santiago de Compostela oficializou para este espaço foi o de Restolhal.

No derradeiro ano da súa colaboración no jornal, em «**¿Quen foi Otero Pedrayo?**» (06/01/1989), assinala: «Otero, como todos os homes de Nós, tiña da historia lingüística de España unha visión formada sobre os estudos de Menéndez Pidal. Así, antes da guerra manifestou moitas veces que a Galiza e Portugal falaban a mesma lingua, ou que, tendo-se distanciando lingüísticamente, deberían voltar á unidade». Isso contrastava con a súa actitude após a guerra, em que aderiu aos defensores de que galego e portugués tiñan sido a mesma lingua, mas o galego era agora «língua de seu». Repara ao mesmo tempo em que «Mais chamativa aínda é a súa práctica lingüística», pois fronte à publicación de narrativa exclusivamente em galego antes da Guerra de España de 1936, no período posterior publicou 7 títulos em castelhaño e só um em galego, e cuestiona por que Otero non se resistiu à presión do castelhaño, o que difere do discurso canonizador que tiña utilizado no jornal sobre Otero desde a década de 1970. Em «**Unha lingua competitiva**» (28/03/1989) reivindica que «A defensa da lingua galega exige, pois, unha política firme de subvención jurídica e social [...] entón hai que privilexiar o uso do galego. Non facé-lo, é abandoná-lo á súa sorte. E se non se lle aporta competitividade, neste mundo de hoje tan competitivo, a súa sorte non podería menos de ser unha sorte negra». Desenvolve ideas que tiña utilizado num artigo anterior noutro jornal (Carballo Calero, 30/04/1988) valendo-se de um paradoxo de Zenão de Eleia: Afirma que Aquiles sería o castelhaño e a tartaruga o galego e, numa corrida entre ambos «a tartaruga nunca alcanzará Aquiles se non a dotamos da enerxía mecánica necesaria, provendo-a, cando menos, de un moderno motor de explosión». Acode assim a uma figura da filosofía grega, do século V a. C., para reclamar uma nova política que potenciase a lingua. «**Dos anos aos freixos**» (11/04/1989) será o primeiro de três artigos sobre galeguización dos nomes, apelidos e to-

pónimos, que continuará em maio. Assinala como no período da restauração borbónica se acelerou um processo pelo qual

A toponimia e a antroponímia, já desde a Renascença inicialmente deterioradas, sufreron a deturpazón dos normativizadores, que de acordo co sentir da oligarquía gobernante, tiñan como norma lingüística o castelán, e castelanizaron canto podían o galego que lles era difícil substituír, o galego dos nomes de lugares e de pesoas, que non tiña doada equivalencia na lingua oficial, ou os rúbulas das oficinas non llas coñecían.

Em tempos máis próximos, acrescenta, quando «se pujo de moda un proceso de enxebrizazón, houvo escritores que modificaron patrioticamente os seus nomes». Assim, Ángel Fole derivou em Ánxel Fole, mudando *g* por *x*, apesar de que a forma mais correcta sería Ângelo (ou Anjo). Também cita Freijanes, que se galeguizou como Freixanes, aquí com um correto uso do *x*, mas incorporando um castelhanismo morfológico, pois a forma galega apropiada sería «Freixáns». Conclui que *Ánxel* e *Freixanes* «son formas mestizas, que non dan ao César o que é do César, nen a Deus o que é de Deus», amparando-se assim na Bíblia para argumentar. Em «**Ditongos e jotas**» (14/05/1989) ocupa-se de Figueiroa-Figueirua-Figueroa/Higueruela; Maceda/Manzaneda, Feijó, Freixo/Freijo, Sotelo/Soutelo, e mais. Ressalta a diferença da pronúncia de *j* em castelhana e em galega. Alude a incorreções derivadas da ignorância por parte do funcionariado da significación de palabras galegas para a adaptación das mesmas ao castelhana. Valoriza: «Toda a filosofía lingüística dos poderes civil e eclesiástico supuña o menosprezo do idioma natural do país, e facía o uso do mesmo incómodo e ingrato», por mais que não houvesse legislação que impedisse o seu uso privado. Salienta resultados desse processo de castelhanización naquela altura, como nos apelidos de um conselheiro de Junta da Galiza, [Santos] Oujo/Ouxo, e do presidente da Xunta da Galiza, Fernando González

Laje. Defende que Laxe deve escrever-se em galego com «j etimológico»; o mesmo que Oujo, o que coincide com a «ortografia histórica». Destaca também o caso de Eijo, que deveria ser Eixo, e foi castelhanizado seguindo um processo contrário. Em «**O que vai de jota a jota**» (19/05/1989) esclarece a fortuna do castelhano, que de ser «paradigma e modelo de todos os mais bárbaros vulgares que en España se falaban» conseguiu prosperar e impor-se a maioria das falas hispânicas, exceto o galego e o catalão, as mais distantes do seu centro de atração. Valendo-se do saber do Campo Científico, da História da Língua, frisa como aquelas falas a que se conseguiu impor ficaram «praticamente extintas, ou reducidas, no mellor dos casos —e son os do astur-leonés e o navarro-aragonés— á condición de reliquias mui profanadas e confinadas, ainda que non lles faltaran nen lles falten cultivadores literários e mesmo favorecedores políticos». A respeito da situação da língua da Galiza, acrescenta:

Castellanizada a nosa nobreza na Idade Moderna, e a nosa burguesia na Idade Contemporánea, o galego popular, ainda que se sustivo nas suas estruturas fundamentais, deixou de ser língua escrita, e cando humilde, tímida e precariamente pugnou por reconquistar a expresión gráfica, viu fundamentalmente perturbada a sua ortografía pola do único idioma oficial, a qual, sendo primitivamente mui semellante á galega, como o era o fonetismo, variou ao afastar-se do originário fonetismo hispânico, e no século XVIII, finalmente, reorganizou o seu sistema de acordo con a nova situazón.

RCC lembra na continuação como foi o processo de restauração da língua da Galiza, desde Sarmiento ou o *Album de la Caridad*, e centra-se especialmente no uso de *g-j-x*, reiterando argumentos que já tinha exposto no jornal. «**Liberdade ¿para que?**» (06/06/1989) é um dos artigos centrais de RCC sobre política linguística e literatura. Reprova as exigências de adaptação à normativa que se implantou com o *Decreto*

*Filgueira* em 1983 e as dificuldades para a discrepância com a mesma, por causa da marginalização no acesso a publicar ou a ajudas oficiais. Rejeita imposições de léxico, morfologia e ortografia por causa da «teima normativa», que dificultam a liberdade de inspiração e de expressão, «Muito dirigismo é este», assinala, para concluir reivindicando respeito para a «exercitazón do libre alvedrio». Mantém assim a linha de defesa de liberdade de produção literária e a oposição às limitações derivadas do citado *Decreto Filgueira*. Em «**O cavaleiro inactual e o hortera vilipendiado**» (26/08/1989) trata das mudanças semânticas, de termos como «gallego» no *Diccionario* da Real Academia Espanhola; ou «cavaleiro», que significava

home que anda a cavalo; cavalo, palabra que tanto en galego non castelanizado como en todas as demais linguas románicas, con excepción do castelán moderno, se escribe con v, como o leitor —se conto con el— pode comprobar nun manual qualquer de lingüística románica. Por exemplo, en sardo, italiano, sobreselvano, provenzal, portugués, francés, catalán, dálmata, engadino, picardo, normando, suditaliano, etc. Somente a ortografía galega regulada polo Decreto de Unificazón segue docilmente ao castelán nesta singularidade, e escribe *cabalo* con *b* de Babiaca.

Esse seguidismo do castelhano e afastamento das outras línguas românicas por parte do Galego-Castelhano era um exemplo da assimilação e substituição do galego. E processo semelhante estava a acontecer com «hortera». Usa de novo o termo do tempo do franquismo «Decreto de unificación» para se referir ao *Decreto Filgueira* e aponta mais erros na normativa ortográfica e morfológica derivada deste decreto autonómico, e como introduzia na língua galega castelhanismos desnecessários. Em «**Ouvir e ler**» (18/11/1989) assinala que para o castelhano «cohecho» era mais apropriado em galego «soborno» ou «suborno» e não «cofeito», como tinha deparado na comunicação social.

E «secuestro» devia manter-se em galego, e não substituir por «secostro», indicando serem casos semelhantes zarzola-zarzuela ou seconcia-secuência, pois figura «ue» no étimo latino. Para «fallo» de um tribunal desaconselha «faio» em galego, que tem equivalência a «faiado» e defende «*sentenza* (ou *senténcia*)». Reitera assim a sua preocupação por um uso correto da língua na comunicação social. Em «**Ditongos e monotongos**» (27/11/1989), o derradeiro artigo sobre política linguística no *La Voz de Galicia*, afirma que «A língua non é património exclusivo dos linguistas» e como pode chegar a ser «normativo o que non hai muito era anormal». Exemplifica com vacilações e modificações na conjugação castelhana do verbo *asolar*.

### **Imobilismo, progressos e retrocessos.**

Ricardo Carvalho Calero faleceu em 25/03/1990. Esse ano aprovou-se em Lisboa um Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa, num encontro internacional que contou de novo com representantes da Galiza, José Luís Fontenla e António Gil Hernández. Foi um acordo que demorou em ser aplicado, mas está a vigorar. Em 1990 também organizou a AGAL<sup>29</sup>, em homenagem a RCC o *III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Henríquez Salido, 1992). O imobilismo caracterizou a política linguística da Galiza a respeito da codificação do galego desde o *Decreto Filgueira* de 1983, pois mantém um cânone na linha do Galego-Castelhano. Houve alguns avanços, como a aceitação de «Galiza», como defendia RCC, no ano 2003. Fora do âmbito da Administração Autonómica, e apesar dos entraves e dificuldades, a doutrina de RCC tem prosperado com acontecimentos orien-

---

<sup>29</sup> Desde 1991 e até aos primeiros anos do século XXI a AGAL comemorou em março o aniversário da sua morte e reivindicou a atualidade do seu legado, com ofertas e atividades académicas.

tados para aproximar as línguas e as culturas da Galiza e da hoje conhecida como Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com envolvimento de entidades da sociedade civil e alguns reservados apoios institucionais.

Assim, entre 1990-2016 a Câmara Municipal de Ferrol (que, em vida, em 07/01/1990 o tinha designado filho predileto) convocou o prémio Carvalho Calero, de investigação e literário, sem discriminações normativas. Em 1991, o de pesquisa foi para um estudo de Montero Santalha (1993), que estuda a biografia, trajetória e produção de RCC. Infelizmente, este prémio foi eliminado, renunciando assim os seus promotores a uma eficaz promoção de RCC, do galego e de Ferrol.

Em 31/10/1991 foi assinado (Lago García, 2009) o acordo entre Espanha e Portugal para constituir uma Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal. Este organismo, promovido pelos dois Estados ibéricos, como reclamava Carvalho (07/07/1981, ver supra) não teve, no entanto, influência na política linguística galega, como ele ansiava.

Em 1990-1994, no tempo de Ramón Villares como reitor da USC, organizou-se a Cátedra Unesco de Cultura Luso-Brasileira. A primeira diretora foi a professora Pilar Vázquez Cuesta, e depois o professor José Luís Rodríguez. Entre as atividades desta Cátedra merece destaque, em 2000, o simpósio *Brasil 500 anos depois* (AA. VV., 2002), coordenado por José Luís Rodríguez.

Desde fevereiro de 1990, Manuel Fraga presidiu o Governo autonómico da Galiza. Nos 15 anos que serviu no cargo não se produziram avanços na linha do reintegracionismo da língua da Galiza, e houve continuidade na orientação impingida no Decreto Filgueira, em 1983. Entre as atividades de Manuel Fraga merece salientar-se a visita que realizou em novembro de 1992 ao papa João Paulo II para entregar-lhe a Medalha da Galiza. Segundo a crónica do acontecimento publicada

por *La Voz de Galicia* (Villamor, 14/11/1992), Fraga pediu permissão para falar a língua galega e, quando o escutou, o papa reconheceu que “es como el portugués”<sup>30</sup>.

Em outubro de 1993 o eurodeputado galeguista José Posada começou a usar a língua galega no Parlamento Europeu e defendeu essa posição num relatório perante o Intergrupo de Línguas Minoritárias, recolhido na íntegra na revista *Agália* (Posada, Outubro 1993). Também a *Agália* (número 40, Inverno 1994) recolheu as cartas entre Posada e o Presidente do Parlamento Europeu, Egon Klepsch, datadas em janeiro, fevereiro e maio de 1994, sobre esse mesmo assunto, reconhecendo Klepsch a língua falada na Galiza como uma variante do português e aceitando o seu uso. Esse caminho foi seguido anos depois por mais representantes da Galiza no Parlamento Europeu.

Em junho de 1994, com ensejo de ser Lisboa a capitalidade cultural da UE, celebrou-se nessa cidade o (Alonso Estraviz, Verao 1994) *I Encontro sobre Língua e Cultura Galega: O Português, Língua da Galiza*, que promoveu a AGAL e teve projeção na comunicação social portuguesa. Em setembro desse ano, a USC suprimiu a especialidade de Filologia Galego-Portuguesa, e diferenciou entre Filologia Galega e Filologia Portuguesa, em duas novas titulações. Nos anos finais do século, um grupo de docentes de Filologia Portuguesa e jovens do quadro de estudiantado do doutoramento começaram a constituir na Faculdade o Grupo de Investigação nos Sistemas Culturais Galego, Luso, Brasileiro e Africanos de Língua Portuguesa (Galabra), formalizado em 2000, que na atualidade funciona como Rede Galabra, com grupos formal-

---

<sup>30</sup> Também os sucessores de Fraga (Emilio Pérez Touriño, Alberto Núñez Feijoo e Alfonso Rueda Valenzuela) deram continuidade ao Decreto Filgueira. A respeito do “insólito” lusismo evidenciado por Fraga Iribarne, e mesmo pelo ditador espanhol Francisco Franco, vale a pena ler o trabalho que lhes dedicou Ernesto Guerra da Cal (1994).

mente constituídos nas universidades de Santiago de Compostela, Minho (Portugal), Federal de Goiás (Brasil), Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (Angola) e agentes nas universidades galegas da Corunha e Vigo e na UniRitter de Porto Alegre (Brasil). As suas linhas de trabalho centrais são, segundo o seu coordenador (Torres Feijó, 2009) os estudos culturais galegos e o mundo lusófono.

Em 1995 principia o seu andamento a associação cultural e pedagógica Ponte... nas Ondas!, com o intuito de promover a identidade comum de Galiza e o Norte de Portugal. Nos inícios do novo século notabilizou-se por promover perante o Unesco o reconhecimento das tradições orais galego-portuguesas como Património Imaterial da Humanidade, embora ainda não tenha atingido esse ambicioso objetivo, em que continua a trabalhar.

Em 1996 constitui-se a CPLP, que hoje tem 4 entidades observadoras da Galiza: a AGLP, a Associação Docentes de Português da Galiza, a AGAL e o Consello da Cultura Galega.

Em 15 de outubro de 1998 inaugurou-se um centro do Instituto Camões em Vigo, que se ocupa de dinamizar o ensino do português e a cultura portuguesa na Galiza.

No derradeiro ano do século XX, a USC e o Parlamento Galego editaram dois volumes de homenagem a Ricardo Carvalho Calero, que coordenou o professor José Luís Rodríguez (2000). Do 23 ao 25 de novembro de 2000 celebrou-se na Corunha o simpósio *Ricardo Carvalho Calero. Memória do Século*, que promoveram a Universidade da Corunha e a AS-PG: nas sessões foi estudado RCC de diversas perspetivas, segundo se recolhe nas *Actas* (López e Salinas, 2002). Em dezembro desse mesmo ano teve lugar em Santiago de Compostela o encontro internacional *Galego no Mundo—Latim em Pó*, no quadro do programa da cidade como Capital Europeia da Cultura; este acontecimento, que

coordenou o professor Elias Torres e promoveu a Câmara Municipal compostelana presidida por Xosé Sánchez Bugallo (Quiroga Díaz, Torres Feijó, e Cordeiro Rua, 2000: 2) «reuniu ao redor de 200 artistas e intelectuais dos vários países e comunidades da língua que nos une»: um magno acontecimento na linha das aspirações de RCC, no ano do décimo aniversário da sua morte.

Em 2001 surgiu na Faculdade de Filologia da USC o Grupo de Análise de Aspetos Linguístico-Literários na Lusofonia (Graall), orientado para o mundo galego-português.

Em 2005 a Associação Internacional de Lusitanistas organizou o seu congresso em Santiago de Compostela. Promoveu um encontro de escritores da Galiza e de países da CPLP e nele surgiu a proposta de que «ao invés de levantarmos a bandeira da lusofonia, passássemos a falar em *galeguia* –que devolve o sentido original da raiz da nossa língua, relativiza o peso do passado colonial e reincorpora, com os devidos créditos, a Galiza a este universo comum», como assinalava na revista *Agália* Luiz Ruffato (2007), ao lembrar aquela iniciativa que ele tinha lançado. Manuel Miragaia (2012), cofundador da AGAL, publicará em Portugal *Galeguia (antes chamada Lusofonia)*, a partir dessa ideia.

Em 2006, a Xunta de Galicia comemorou o *Ano da Memória*, efeméride do 70 aniversário do início da Guerra de Espanha de 1936. Com tal ensejo foi publicado o volume (Fernández Rodríguez, 2006) *Poemas pola Memoria (1936-2006)*, em que surpreende enormemente a ausência de Carvalho Calero.

Em 07/04/2008, Alexandre Banhos (2008), como presidente da AGAL, e Ângelo Cristóvão (2008), presidente da Associação Pró-AGLP, entidade que promovia a fundação da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), deram o seu parecer como representantes da Galiza na Assembleia da República, em Lisboa, a respeito do Acordo

Ortográfico da Língua Portuguesa. Em 06/10/2008 começou o seu andamento a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), com um ato em Santiago de Compostela, em que participaram representantes de países da CPLP. Esta instituição supunha realizar a que tinha sido (Montero Santalha, 2024) uma proposta de Carvalho. Nesse ano 2008, Elias Torres Feijó, docente da USC, foi eleito presidente da Associação Internacional de Lusitanistas, servindo nesse cargo até 2014<sup>31</sup>. Nesse tempo principiou na Internet o portal *Plataforma 9* (<https://gulbenkian.pt/noticias/faca-uma-paragem-na-plataforma-9/>) «idealizado em 2013 e lançado (no Mindelo, Cabo Verde) em 2014 pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Associação Internacional de Lusitanistas, para possibilitar a articulação em rede de instituições e programas nacionais e internacionais dedicados à Língua Portuguesa e à diversidade das culturas em português». Essa plataforma foi «criada para servir os nove países e regiões da Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Galiza, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe [...]. Atualmente, o portal conta com mais de milhão e meio de visualizações anuais», valorizava em 2019 a Fundação Calouste Gulbenkian. A *Plataforma 9* continua em andamento, com uma nova etapa desde novembro de 2023, promovida pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, e acolhe iniciativas da Galiza.

Em março de 2014 o Parlamento Galego aprovou por unanimidade a conhecida como *Lei Paz Andrade* (Núñez Feijó, 2014; Banhos, 2024; Evans, 2024; Cristóvão, 2024), a partir de uma iniciativa legislativa popular, para o aproveitamento dos vínculos com os países de língua portuguesa. Esta lei ressaltava o interesse do ensino do português,

---

<sup>31</sup> Nesse período, mais dois docentes da Galiza, Carmen Villarino Pardo, da USC, e Roberto Samartim, da Universidade da Corunha, acompanharam-no na diretiva; e Raquel Bello Vázquez, também docente da USC, dirigiu a revista *Veredas*, que edita essa instituição de cientistas lusitanistas.

mas não foi desenvolvida nem dotada de orçamento, pelo que conseguiu resultados muito precários e insatisfatórios para as pessoas e grupos que promoveram a citada iniciativa legislativa popular<sup>32</sup>. No entanto, e amparando-se nessa lei, a Câmara Municipal de Santiago de Compostela, presidida por Martinho Noriega, geriu em 2016 a integração na União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), sendo aceite em fevereiro de 2017; e em 10 de julho de 2017 organizou em Compostela (Gabinete de Comunicação do Concelho de Santiago, 06/07/2017) a jornada *A língua como oportunidade*. Em anos posteriores a Galiza acolheu mais acontecimentos com envolvimento da UCCLA.

Também desde 2016, e amparando-se na Lei Paz Andrade, a Escola Oficial de Idiomas de Santiago de Compostela (<https://www.edu.xunta.gal/centros/eoidesantiago/>) convoca os prémios aRi[t]mar, que distinguem poesias e canções lançadas cada ano em Galiza e Portugal, escolhidas por votação popular, bem como pessoas ou entidades que tenham destacado pela colaboração entre as duas bandas do Minho, organizando uma gala anual para a entrega dos galardões. E igualmente em 2016 constituiu-se a Associação de Estudos Galegos (<https://www.aeg.gal>), em cujo lançamento o seu presidente (Lopes Facal, 2017:14) salientou como objetivo a continuidade da senda marcada por Ricardo Carvalho Calero como precursor do processo reabilitador da língua da Galiza.

Em 2019, a editora da Universidade de São Paulo publicou o *Dicionário de Zoologia e sistemática dos invertebrados*, de Carlos Garrido, professor de Tradução da Universidade de Vigo. É este um trabalho em português, espanhol, inglês e alemão, e com especial atenção à terminologia galega, com perto de 60.000 termos e 6.850 definições. Esta

---

<sup>32</sup> A respeito do desenvolvimento dessa lei veja-se o trabalho académico de Rodríguez Fernández (2018, defendido na Universidade da Corunha); e sobre o ensino do português na Galiza, o de Fernández Carballido (2019, na Universidade de Santiago de Compostela).

publicação inclui a dedicatória «Ao *Scórpio*, o acúleo de cujo cálamo instilou em nós enérgica peçonha: a cabal epifania da língua», que é uma honra evidente para RCC e para a sua premiada narrativa *Scórpio*. Em 2020 foi-lhe dedicado o Dia das Letras Galegas a RCC. O reconhecimento institucional desta efeméride promoveu o conhecimento da sua produção e biografia, com homenagens, estudos e publicações. *La Voz de Galicia* editou um livro comemorativo, em que incitava para conhecê-lo (García Negro, 2020: 125) «en todos os seus elementos, en toda a súa riqueza de artista e de científico, de escritor de creación e de investigador, de orador e de articulista, de interviniente constante na construción de unha obra maxistral ao servizo da lingua e da literatura galegas». Também dedicou diversos trabalhos (v. gr., Gómez, 2020 e 2021, que se ocupou da sua produção no jornal, com atenção à sua poesia; os estudos sobre Rosalia, Afonso X e a Geração Nós; bem como do seu legado) para lembrar os seus contributos na empresa de comunicação. Merecem igualmente destaque uma edição conjunta da sua produção de poesia, teatro e narrativa, (Carvalho Calero, 2021), organizada por Manuel Castela Mexuto e por Maria Pilar García Negro; ou publicações como (Cidrás, 2020) *Ricardo Carvalho Calero: as formas do compromisso*, promovida desde a Faculdade de Filologia da USC; e o (Gil Hernández [dir], 2020) *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* número 13, dedicado para Carvalho Calero.

Em 2021 o Reino da Espanha foi aceite (Gabinete de Comunicação do Ministerio de Asuntos Exteriores, 17/07/2021) como país observador na CPLP, reconhecendo a implicação da Galiza para alcançar esse objetivo.

No verão de 2022 Roberto Samartim, professor da Universidade da Corunha (UDC), publicou nos *Cuadernos Europeos de Deusto* um estudo sobre subalternidade e desposseção linguística, em que se ocupa

da planificação da língua da Galiza no período autonómico. Samartim parte neste trabalho do artigo “Oficialidade subalterna” (Carvalho, 13/07/1986<sup>33</sup>, veja-se supra) para esclarecer o processo de substituição do galego pelo espanhol na comunidade galega; um processo acentuado, acrescenta, após a aprovação do Estatuto de Autonomia em 1981, que levou a aceitar, legitimar e reproduzir a subalternidade. Este docente e investigador especializado em Filologia Galega e Portuguesa defende uma planificação diferente, alicerçada na socialização de materiais linguísticos e ideológicos não subordinados ao castelhano e referenciados na unidade linguística galego-portuguesa, que favoreça que o galego(-português) funcione como língua geral de comunicação intracomunitária, coesão social e identificação do conjunto da comunidade galega. Um artigo que valida, pois, as teses e a doutrina de Carvalho Calero<sup>34</sup>. Em finais de 2022 conheceu-se um relatório do Instituto Nacional de Estadística espanhol, segundo o qual o volume de castelhano-falantes ultrapassava por vez primeira o de falantes de galego. LVG noticiava o estudo na primeira página, titulando «O galego retrocede e o castelán xa é a lingua máis empregada en Galicia». No interior acrescentava numa comprida informação dados como (Varela, 22/12/2022) «Os galegofalantes son minoría en todos os segmentos de idade, especialmente entre os máis novos», de que se conclui como as políticas linguísticas nas últimas quatro décadas, desde que se aprovou o *Decreto Filgueira*,

---

<sup>33</sup> Este artigo foi reproduzido no volume póstumo *Uma voz na Galiza* (Carvalho Calero, 1992: 214-216). Samartim ampara-se também no conceito de subalternidade de Gramsci como experiência da subordinação.

<sup>34</sup> Samartim oferece neste artigo (pp. 99-100) destaque para relatórios da UNESCO dos anos 2001 e 2009. No primeiro deles, esta agência internacional especializada das Nações Unidas valorizava o galego como uma língua em perigo de desaparecimento. Porém, no de 2009 mudou aquela consideração em virtude da que assinalava como unidade linguística galego-portuguesa, afirmando nesse novo documento que o galego não se podia considerar como uma língua em perigo por causa da sua forte posição e proximidade com o português.

não resultaram bem sucedidas. Essa informação provocou uma polémica nos dias seguintes<sup>35</sup>. Pouco depois, a princípios de fevereiro de 2023, em visita oficial a Angola, Felipe VI propunha que Espanha (C. P. G., 08/02/2023) servisse de referência para o relacionamento desse país da CPLP com a Europa. Talvez essa mensagem do chefe do Estado espanhol teria maior força se o Galego-Português, na linha proposta por RCC, fosse língua oficial: a substituição da língua da Galiza pelo espanhol é uma pobreza para a Galiza, mas também para Espanha no atual quadro político.

Em 06/07/2024, o dia em que Antónío Gil Hernández era eleito como terceiro presidente da AGLP, informava LVG que (Serrano e Lorenzo, 06/07/2024) a USC tinha implementado três cátedras, dedicadas para Rosalia de Castro, Castelao e Carvalho Calero, por proposta da Faculdade de Filologia, que presidia como decano o professor Elias Torres. A de Carvalho, dirigida pelo professor doutor Carlos Quiroga Díaz, servirá porventura para promover a doutrina e produção linguística, e em mais âmbitos, de RCC.

## Conclusões

Nas cinco décadas em que Ricardo Carvalho Calero colaborou no *La Voz de Galicia* verifica-se que utilizou este diário como campo de lutas na política linguística, e como meio para compartilhar o saber científico com a comunidade. Merece salientar-se a disponibilidade do

---

<sup>35</sup> Após a apresentação do presente trabalho na AGLP, na comunicação social galega ecoou um relatório semelhante, do Instituto Galego de Estatística. Esta vez *La Voz de Galicia* (12/10/2024) dedicou ao estudo o espaço preferente da capa, salientando «A poboación de Galicia que fala sempre en castelán xa supera a que fala en galego»; e no interior, em trabalho de Mónica P. Vilar (12/10/2024: 2-3), intitulava com destaque (a 7 columnas, em duas páginas) que «Un terzo dos menores de 15 anos non saben falar galego».

jornal para acolher os seus trabalhos, pois muitos deles porventura não os elaboraria a não contar com a sua publicação, com o que se perderia o importante contributo e património que representam. Nessa produção, os artigos «Ortografia galega» e «Galego-Portugués ou Galego-Castelán», publicados no verão de 1975, representam um verdadeiro antes e depois na evolução da sua doutrina de política linguística, ao defender decididamente neles a necessidade de uma orientação reintegracionista para a língua da Galiza. Esse será o centro do seu trabalho a partir dessa altura e teve como maior sucesso a formulação das primeiras normas ortográficas promovidas desde a Administração Pré-Autónomica em 1980. Insistirá até ao final da vida na sua defesa, quando foram substituídas por outra normativa em 20 de abril de 1983, com o que ele denominou *Decreto Filgueira*. Carvalho Calero reprovará a persistência do Galego-Castelhano com argumentações procedentes do campo científico; e insistirá em propor soluções na linha do Galego-Português como uma alternativa melhor e mais certa para garantir a continuidade da que ele valorizava como língua natural da Galiza: quer dizer, a língua galega, presente na comunidade desde a Idade Média por evolução do latim, enquanto o castelhano só se instaurou nos alvares da Idade Moderna por acontecimentos políticos; porém, o castelhano funcionou desde os inícios, segundo ele assinalou (11/04/1989) como uma «língua jurídica oficial», enquanto o galego só atingiu a oficialidade a partir dos alvares do régime autónómico, nunca antes, pois mesmo na Idade Media, e segundo acrescenta neste mesmo artigo

a língua galega non era en Galiza propriamente a língua oficial, porque era a língua natural e non havia distinzón entre língua oficial e língua non oficial. Todos os galegos, mesmo os burócratas que redactavan os documentos públicos, falavan galego, e, unha vez que caíu en desuso o latín, foi o galego a língua que o substituiu nos diplomas

Que o volume de falantes de galego seja ultrapassado pelo de falantes de castelhano na terceira década do século XXI é certamente um fracasso para a língua da Galiza, um dos maiores fracassos da Autonomia. Sobretudo quando, por causa da Constituição de 1978 e do Estatuto de Autonomia da Galiza de 1980, RCC sublinha como (19/11/1987) «Por imperativo legal, as autoridades do governo autonómico están obrigadas a promover o uso do galego»; um galego que ele pedia que fosse útil, rendível, económico e competitivo, e esse era o fim do Galego-Português que propunha, ao dar uma maior projeção à língua. Isso também repercutiria favoravelmente na possibilidade de acesso a mais bens culturais, económicos, educativos e outros; o que suporia uma melhor qualidade de vida e um maior bemestar para a comunidade galega, favorecido por essas maiores oportunidades de utilizar uma língua internacional, tetracontinental, ecuménica.

Se tivermos em conta os dados oficiais divulgados em novembro de 2022 [e ratificados em outubro de 2024] sobre a perda de falantes da língua galega parece, pois, que merece ser considerada de novo na agenda do Poder Político a proposta de política linguística de RCC, para tentar reverter a situação, ganhar falantes e prestigiar o galego. A Galiza e a sua língua tiveram, e têm, nos últimos anos e na atualidade, boa recepção em diversas tentativas de reintegração em âmbitos e organizações da CPLP. Esses são precedentes, e realidades, a ter em conta para persistir no desenvolvimento da doutrina reintegracionista de Carvalho Calero e promover o Galego-Português.

Carvalho Calero é hoje reconhecido como cientista, pelos seus estudos sobre a língua e a literatura da Galiza: existe um passado da língua que ele foi dos primeiros em estudar, sendo porventura o máximo especialista no trabalho sobre a sua história; existe também um presente, alicerçado na sua gramática; e possibilidades de um futuro pelo caminho

de um reintegracionismo que ele formulou, defendeu e desenvolveu; e no seu trabalho como cientista a respeito da história da literatura galega contemporânea, assume-se (v. gr. Villanueva: 2000: 17) como ele a canonizou. Também se reconhece um Carvalho Calero produtor literário, pelos seus contributos de poesia, narrativa, teatro e ensaio. E um Carvalho Calero político, pela sua intervenção no Seminário de Estudos Galegos, tempo em que redigiu o primeiro anteprojeto de Estatuto de Autonomia para Galiza, com Luís Tobio, como ele próprio (27/01/1981 e 12/09/1981) relatou no *La Voz de Galicia*; no Partido Galeguista, etapa estudada entre outros por Justo Beramendi (2002); e mais recentemente por Luís González Blasco (2021); para além da luta sobre a política linguística, como evidenciam os seus trabalhos aqui referidos. Merece valorizar-se também Ricardo Carvalho Calero como produtor de artigos de opinião, pois neste campo conta com trabalhos que se podem considerar modelares e dignos de serem estudados para a formação de especialistas. Estes trabalhos resultam muito valiosos e do maior interesse para conhecer a sua trajetória e a evolução da sua produção, e para ajudar a transformar e potenciar a língua da Galiza.

Em 09/11/1985, RCC afirmava num artigo que Rosalia de Castro «escreve *Cantares Gallegos* para dotar a Galiza de un espello en que se poda ver tal como é cando non se disfarza: *formosa e digna*, e non como a ignorancia e a injustiza dos mais fixeron que ela mesma chegase a imaginar-se». Esse é, a meu ver, uma das conclusões que se tiram da leitura dos seus próprios contributos no jornal *La Voz de Galicia* sobre política linguística: promover uma língua galega formosa e digna; um galego útil, rendível, económico e competitivo como, entendo, é também o objetivo central e prioritário que se propõe a Academia Galega da Língua Portuguesa.

# O GALEGO, UNHA LINGUA

Por RICARDO CARBALLO CALERO

O feito de que a literatura galega moderna se desenrole con total independencia da literatura portuguesa, malia o tesouro de experiencia que para a formación da lingua literaria podería representar o importante volume desta literatura, non se espria senon en relación co estado de conciencia, determinado pola historia política, segundo o cal o galego é sentido polos galegos como distinto do portugués.

mente sociolóxico; éste, preponderantemente lingüístico. Temos visto cómo cabe a consideración de galego e portugués como dous dialectos, xa cada un deles dialecto do seu acento. Mais temos visto tamén cómo calquera destas solucións, hipotéticamente escorreitas, deben ser afastadas na práctica, porque non coerenza

numite. Tanto o galego como o portugués se atopan neste caso. E se a independencia política de Portugal tivo grande influencia no proceso, o portugués non é unha lingua independente independente de Portugal sexa un lingua

La Voz de Galicia

A literatura gallega...  
miércoles, 10-agosto-1977

## Cátedras de galego nas escolas universitarias

Por RICARDO CARBALLO CALERO

CANDO don Manuel Lucas Alvarez se despidiu do seu cargo de reitor da Universidade compostelana, pronuncíase un discurso, que anda imborrable na memoria dos que

foi dotada unha cátedra de Lingua e Literatura Española. ¿Non existía, pois, con anterioridade, unha cátedra de Lingua e Literatura Española naquel establecemento? Se existía unha primeira cátedra de Lingua e Literatura Española

da que a vía política podía conducir a algures. Nas cinco Escolas Universitarias do distrito existen ensinanzas de Lingua e Literatura Galegas. Están encomendadas a programa. Están contratados. Os nomeamentos foron realizados nalgúns casos co asesoramento da cátedra universitaria de Lingua e Literatura Galega.

## O GALEGO IRLANDES

Por RICARDO CARBALLO CALERO

AS relacións de España con Irlanda son moi antigas. As de Galicia coa illa dos santos remontáanse á prehistoria. Denantes de que houbera celtas en Galicia, existía un tráfico comercial entre o norte de España e Inglaterra, os católicos irlandeses foron moitas veces peóns no xogo político e militar que se desenvolveu desde o Escorial ou desde Valadolid. Os príncipes irlandeses sacrificados neste xogo internacional, refuxiábanse amidos nos dominios do Rei Católico para eludir as represalias dos anglicanos ou os puritanos vencedores.

Familiarizámonos así cos apelidos irlandeses. Familias como a de O'Donnell pasaron a ser españolas. Algunhas destas familias arraigaron en Galicia. Un deputado galego dos tempos da segunda república chamábase O'Shea.

Por outra banda, a Inglaterra da época victoriana, co seu poderío marítimo, difundiu o inglés entre nós. E co inglés, o xenitivo saxón. Especialistas ingleses ensináronos a técnica da moderna construción haval. O apóstrofo do xenitivo saxón sumouse ao apóstrofo dos nomes de clan irlandeses para acostumarlos a ese signo ortográfico. Maxim's colaborou con O'Donnell na domesticación do apóstrofo.

FINALMENTE, o galego escrito de mediados do século XIX representa unha terceira afluencia ortográfica que vai coincidir coas anteriores. O apóstrofo é punto menos que descoñecido na grafía galega ata a época indicada. Os escri-

dunha taberna, non menos que para o dono da mesma que a aquél o demanda, o uso do apóstrofo no galego constitúe un campo de evidente confusión. O responsábel do rótulo sabía que en galego se empregaba o apóstrofo. Virou moitas

a súa misión, foi substituído pola analoxía. O epigrafiasta sabe algunha gramática. Non ignora que a forma feminina do artigo o é a. E como é feminista, non pode negar á femia o que concede ao varón. Para non incurrir en discriminación sexual, escre-

nen-  
rres-  
aínda  
grados  
os, por  
tan ser,  
discrecio-  
ne, pois,  
lemasiado

## **Produções de Ricardo Carvalho Calero no jornal *La Voz de Galicia*.**

Estão ordenadas cronologicamente. Indica-se a data; páginas em que se publicaram, destacando vários cadernos (Los domingos de la Voz, Cultura, Final de ano, especiais para comemorar o 75 aniversário da Real Academia Galega e o centenário de *La Voz de Galicia*; além das páginas de “Galicia” ou Local [de Ferrol, Santiago e Ourense] e Cartas ao diretor) e diversas seções ou rótulos em que as classificou o jornal (Artes y Letras, Temas Gallegos, Temas del País / Temas do País, De sol a sol, Bloc [Block] de notas, Opinión galega, Opinión Pública, Colaboraciones, Letras Galegas, Tribuna aberta).

As datas ressaltadas em negro são de produtos citados no presente trabalho.

**25/07/1945**.- “O trebo das catro follas”, p. 3.

25/08/1957.-[Fernando Cadaval]. “Ferrol y sus poetas. Recuerdo de Nicolás García Pereira”, p. 19.

**01/01/1964**.- “Cien años de ‘Cantares gallegos’”, p. 10.

**16/06/1965**.-Artes y Letras. “Cantigas d’escarnho e de maldizer”, p. 13.

03/10/1969.- “Exposición conmemorativa del centenario de Amor Ruibal” [Página local de Santiago].

01/03/1970.-Artes y Letras. “Grandeza de Castelao”, pp. 17 e 29.

1970.-”Un estudio histórico. Ataque inglés a las costas gallegas” [Página local de Santiago].

09/04/1972.-Temas gallegos. “Vixencia do galego”, p. 31.

14/05/1972.- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Perfil histórico do galego”, p. 28.

28/05/1972.- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Lingua e Literatura Galega”, p. 31.

25/06/1972.- Los Domingos de La Voz. Temas gallegos. “O Castelán en Galicia”, p. 34.

- 23/07/1972.- Los Domingos de La Voz. Temas gallegos. “Galego e Castelán”, p. 30.
- 20/08/1972.- Los Domingos de La Voz. Temas gallegos. “Galego e Portugués”, pp. 31 e 37.
- 17/09/1972.**- Los Domingos de La Voz. Temas gallegos. “O Galego, unha Lingua”, p. 28.
- 15/10/1972.- Los Domingos de La Voz. Temas gallegos. “Perfil Xeográfico do Galego”, pp. 27 e 37.
- 21/01/1973.- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “O mito de Rosalia”, p. 33.
- 25/03/1973.- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Narrativa de Risco”, p. 35.
- 01/07/1973.**- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Un ou dous Noriegas”, p. 29.
- 19/08/1973.- Los Domingos de La Voz. Temas gallegos. “Tres Mestres Novecentistas”, p. 28.
- 28/10/1973.- Los Domingos de La Voz. Letras Galegas. “Un século de vida galega (1836-1936)”, pp. 12 e 13.
- 11/11/1973.- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Parladoiros”, pp. 10 e 13.
- 17/02/1974.- Los Domingos de La Voz. Artes y Letras. “Vinte anos polos anos vinte”, p. 11.
- 31/03/1974.- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Augusto Casas”, p. 7.
- 09/06/1974.- Los Domingos de La Voz. Temas gallegos. “Risco leitor póstumo”, p. 6.
- 25/08/1974.- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Profesionalismo literario”, p. 2.
- 15/09/1974.- Los Domingos de La Voz. Artes y Letras. “Os sonhos comprometidos”, p. 11.
- 06/10/1974.- Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Silvio Santiago”, p. 10.
- 26/12/1974.**- Galicia, de xaneiro a nadal. “Literatura galega 1974”, pp. 3 e 7.
- 20/07/1975.**- Los Domingos de La Voz. Artes y Letras. “Ortografía galega”, p. 11.

- 10/08/1975.-** Los Domingos de La Voz. Colaboraciones. “Galego-Portugués ou Galego-Castelán”, p. 10.
- 31/08/1975.-Los domingos de La Voz. Artes y Letras. “Manuel Luis Acuña: un novecentista”, p. 11.
- 15/08/1976.-Suplemento dominical. Artes y Letras. “Canle segredo” (pp.última e penúltima).
- 22/08/1976.-** Los Domingos de La Voz. Temas gallegos. “O galego desenfreado”, p. 3.
- 16/07/1977.- Colaboraciones. “Da emigración”, p. 3.
- 10/08/1977.-** Colaboraciones. “Cátedras de galego nas escolas universitarias”, p. 3.
- 14/08/1977.- Colaboraciones. “Artistas e moralistas”, p. 3.
- 19/08/1977.-** Colaboraciones. “O Galego Irlandés”, p. 3 e 46.
- 26/08/1977.-** Colaboraciones. “O Galego Antigo”, p. 3.
- 8/09/1977.- Colaboraciones. “Da emigración”, p. 3.
- 15/09/1977.-** Colaboraciones. “O Galego Medio”, p. 3.
- 18/09/1977.-**Colaboraciones.- “O Galego Moderno”, p. 3.
- 22/09/1977.-** Colaboraciones. “O Galego Futuro”, pp. 3 e 42
- 09/10/1977.- Colaboraciones. “Bibliografía Rosaliana”, pp. 3 e 61.
- 31/12/1977.-** Fin de año. “O problema da lingua”, p.22.
- 03/01/1978.-** Colaboraciones. “Filoloxía e política”, pp. 3 e 61.
- 06/01/1978.-** Colaboraciones. “Non estamos sos”, p. 3.
- 04/02/1978.-** Colaboraciones. “Norma e sistema lingüístico”,p. 3.
- 02/03/1978.-** Colaboraciones. “O porvir da lingua galega”, p. 27.
- 16/04/1978.-**”Prólogo”, in Rodríguez, Pilar, et alii (Equipo de Lingua da Agrupación Cultural O Facho), *O Galego Hoxe. Curso de lingua publicado en La Voz de Galicia*, A Corunha, Biblioteca Gallega, La Voz de Galicia, 2 pp.
- 12/05/1978.-** Colaboraciones. “Arcadia feliz”, pp. 3 e 51.
- 11/11/1978.-** Colaboraciones. “Profesores de galego”, pp. 28 e 54.
- 27/12/1978.-** Colaboraciones. “Da autonomía do galego”, pp. 3 e 53.
- 31/12/1978. Fin de año. “O bilingüismo galego no ‘álbum de la caridad’”, pp. 9 e 46.
- 11/02/1979.-** Colaboraciones. “‘A Puebla’ non ten sentido”, p. 3.

Ainda que a recta razón semella repugnalo, mais que o senso moral pareza escallido, é o certo que existen persoas de boa fe que consideran unha esencia de democracia seren as escolas dirixidas por unha asamblea de nenos, os sanatorios psiquiátricos por unha xunta de alieados, os establecemento penitenciarios por unha coordinadora de convictos. Non se afirma que todas estas persoas que propugnan estas inepcias savan persoas de boa fe. Haias, sen dúbida, que divulgan estas fantasías como mera táctica política, sen máis obxecto que provocar o desasosiego.

## Filoloxía e política

Por RICARDO CARRALLO CALERO

sua utilización xeral, e, como fixeron os irlandeses co gaélico, concederlle un estatuto de reliquia tradicional, que, fomentada e protexida na súa supervivencia e mesmo na súa difusión, non aspire enclósela a implerarse como lingua normal do país. O demócrata puro — tamén hai un dogmatismo demócrata —

Ainda hai quen cre que a fala castelá é fillo da galega, e que o galego era a lingua xeral de España nos tempos dos visigodos. Malia o estudo de Filgueira Valverde sobre o pranto de Alfonso VI, don Antonio de la Iglesia disfrutaba de máis creto entre os entusiastas que

ción lamentábeis escapos na evocación dun pasado histórico que supoña para a nosa fala unha abozoa aristocrática que se perde no menor dos tempos. O político que considera útil para o seu ideal a restauración do galego —

significa perante a fórmula sa-gra da maioritaria decisión. E que aínda vivimos a superposición da loita popular contra a oligarquía. A tiranía non só emprega a violencia na represión da oposición, senón que obriga á oposición ao uso da violencia. E créase así un hábito de violencia todo — e a verdade ante todo — que funciona mecánicamente cando xa non está historicamente xustificada. Continuamos decindo o que cremos —

jueves, 1-febrero-1979

## «A PUEBLA» NON TEN SENTIDO

Por RICARDO CARRALLO CALERO

Se o título deste artigo estivese escrito en galego, o lector podería interpretá-lo, aguillado pola aguillada da actualidade — que tanto armentio tanxe en — de masificación —

nos tan extremos no culto da mesma, ao menos no campo da toponimia, que, aínda escribendo en castelán, manteñen a forma galega en casos en que existe unha tradución tradicional. Así, pois, cando nos escritos en — en castelán daqueles — forma A

ca senón supondo que alguén que eles cren con autoridade lingüística, máis que sen dúbida carece dela, os informou trabucadamente. Como fica dito, *Puebla* é imposíbel en galego. Que hoxe os habitantes dalgunha Póboa ou Proba ou Pobra, que son as formas que se rexisten nos documentos antigos, di- — senón

sábado, 7-marzo-1981

## O GALEGO NATURAL

Por RICARDO CARRALLO CALERO

*Como todo o mundo sabe, o noso país posuí unha lingua própia, que nace, como consecuencia da evolución do latín vulgar, no territorio da provincia romana Gallaecia, que se extendía tanto ao norte como ao sul do río Miño. Comprendía os domínios correspondentes ao convento xurídico lucense, a Gallaecia hoxe española, e os correspondentes ao convento xurídico bra-carense, a Gallaecia hoxe portuguesa. O galego é, pois, orixinalmente, unha das formas románicas hispánicas nas que se transforma o latín falado, como o leonés, o castelán, o aragonés ou o catalán. Todas estas falas tiveron primitivamente cultivo literario, como que cadaquén escribía como falaba.*

Así, en leonés, está escrito o Libro de Alixandre; en aragonés, o Poema de Yusuf. Como a literatura en lingua de oil é nos primeiros tempos expresión das variedades dialectais, e temos textos en champañés, en picardés, en normando, en francés ou en valón, do mesmo xeito en Es-

tal, que tamén resouo en África e en Asia. Mais mentres andaluces e valencianos, aínda constituindo unidades políticas ás veces autónomas, mantiveron sempre a súa situación de relación dinástica cos centros de poder septentrionais, a nova unidade política do sul de Galli-

e decaída na conciencia dos seus falantes á condición de bable, necesita fortes subvencións para que nos resulten ilusórias as garantías xurídicas que se lle outorguen, e que só permitirían unha plena restauración do idioma se unha vigorosa política de promoción modificase decisivamente a vella actitude da sociedade perante a súa propia fala.

### UN PERIGO

Doutra banda, existe o perigo de que o poder en Galiza pode ser exercido por forzas políticas de tradición centralista, que transixan coa autonomía lingüística de Galiza, mais a condición de que o galego conserve

- 20/02/1979.**- Colaboraciones. “Rianjo, Viojo, Gesteira”, pp. 3 e 61.
- 22/03/1979.**- Colaboraciones. “Conselleiros e consellarías”, p. 3.
- 21/06/1979.** Colaboraciones. “Normalización e reintegración do galego”, p. 3.
- 12/08/1979.**- Galicia. “Os da banda de alá”, p. 20.
- 19/08/1979.**- Galicia. “Química en galego”, p. 22.
- 30/12/1979. Especial fin de año. “Exisència cumprida. O ano de Manuel António”, p. 25.
- 26/01/1980.- Colaboraciones. “De Ítaca a Rianxo”, pp. 3 e 52.
- 23/02/1980.**- Colaboraciones. “Castelao e Yeats”, pp. 3 e 56.
- 13/03/1980.- Colaboraciones. “A marxe de Teofrasto”, p. 3.
- 12/04/1980** [10/1980].- “Prólogo”, in Rodríguez Varela, Pilar, et alii (Grupo de Língua de O Facho), *O galego hoxe. Curso de lingua*, nona ed., A Coruña, Biblioteca Gallega, La Voz de Galicia, 2 pp.
- 17/05/1980.**- “O galego en tempos do Rei Sábio”, p. 35.
- 23/05/1980.- Colaboraciones. “Histórias e historietas”, pp. 3 e 61.
- 24/06/1980.**- Colaboraciones. “Escritos de hai un século”, p. 3.
- 08/07/1980.-Temas del país. “Camoens e Pondal”, p. 39
- 15/07/1980.- Galicia. Temas del País. “Castelao, ida e volta”, p. 39.
- 24/07/1980.**- Cuaderno de Cultura. “Galiza na literatura galega”, p. 3.
- 23/09/1980.**- Colaboraciones. “A cinza dos anos mortos”, pp. 3 e 60.
- 09/10/1980.- Cuaderno de Cultura. “Transcendencia de ‘Follas Novas’”, p. 2.
- 16/10/1980.- Cuaderno de Cultura. “Poetisas e poetas”, p. 1.
- 31/12/1980.**- fin de año. “Lingua e ortografía de ‘Follas Novas’”, p. 37
- 11/01/1981.**-Galicia. Temas del país. “A Língua de Ausias March”, pp. 37 e 60.
- 27/01/1981.- Galicia. Temas del país. “Un proxecto de Estatuto”, pp. 44 e 61.
- 07/03/1981.**- Colaboraciones. “O Galego Natural”, p. 3.
- 22/03/1981.**- Galicia. Temas del país. “O uso do galego para todo”, p. 44.
- 25/03/1981.**- Galicia. Temas del país. “Galego e linguaxe técnica”, p. 38.
- 09/04/1981.** Galicia. De Sol a sol. “O Galego e o Cultismo”, p. 40.
- 16/05/1981.**- Cuaderno de Cultura. “Bouza Brei, acontecemento literario”, p. 5.

- 02/06/1981.**- Galicia. Temas del país. “Unha lingua de seu”, p. 48.
- 09/06/1981.**- Galicia. Temas del país. “Unha lingua non escrita”, p. 41.
- 17/06/1981.**- Galicia. Temas del país. “Un paso adiante e outro atrás”, p. 37.
- 03/07/1981.**- Galicia. Opinión pública. “O abstracto e o concreto”, p. 39.
- 07/07/1981.**- Colaboraciones. Temas del país. “Isolamento e colaboración”, p. 3.
- 16/08/1981.**- Colaboraciones. “O voo do flamengo”, p. 3.
- 12/09/1981.**- Galicia. De sol a sol. “Estatutos e autorías”, p. 39.
- 30/09/1981.**- Caderno especial sobre o 75 aniversario da Real Academia Galega. “A gaita galega”, p. 4.
- 10/10/1981.- Colaboraciones. “Prisciliano e Cotarelo”, p. 3.
- 13/11/1981.**- Galicia. Temas del país. “O galego e o castelán”, p. 43.
- 20/11/1981.- Galicia. De sol a sol. “Académicos e litógrafos”, p. 39.
- 12/12/1981.- Temas del país. “Un certo feminismo”, p. 37.
- 27/12/1981.**- Galicia. “Pedagogía e Lingüística”, p. 37.
- 04/01/1982.**- Colaboraciones. Temas del país. “Ortografía e economía”, p. 3.
- 15/01/1982.- Galicia. Temas del país. “Rosalía e Freud”, p. 39.
- 12/02/1982.**- Galicia. Temas del país. “De Néveda ao Corán”, p. 39.
- 18/02/1982.**- Galicia. Temas del país. “A incomodidade do galego”, p. 41.
- 26/02/1982.- Galicia. De sol a sol. “Fantasía galega”, p. 39.
- 01/04/1982.- Cuaderno de Cultura. “O teatro rural de Armando Cotarelo”, pp. 1 e 2
- 15/05/1982.- Cuaderno de Cultura. Maio, festa da cultura. “Riscos de Amado Carballo”, pp. 1 e 2.
- 02/06/1982.**- Galicia. Temas del país. “La llingua asturiana”, p. 43.
- 30/06/1982.**- Centenario de La Voz de Galicia. 1882-1982. “Tradición e vulgarización na literatura popular”, pp. 10 e 11.
- 22/07/1982.- Cuaderno de Cultura. “Do socialismo ao hermetismo”, p. 7.
- 31/12/1982.**- Especial fin de año. “Esquío, o máis antigo poeta ferrolán”, p. 42.
- 12/01/1983.- Galicia. Literatura Gallega. “A Praza do Campo, de Lugo”, p. 36.

- 04/02/1983.**- Galicia. Temas del país. “Unha historia clínica”, p. 29.
- 20/04/1983.**- Galicia. “O sacerdote que perdeu a fe”, pp. 47 e 69.
- 13/05/1983.**- Culturas. Cuaderno de Letras, Artes y Pensamiento. “Pentesilea”, p. 1.
- 19/05/1983.- Cuaderno de Cultura. “Encontros co encantador de cobras e princesas”, p. 3.
- 10/09/1983.**- Galicia. De sol a sol. “Homenaje a Descartes”, pp. 19 e 52.
- 18/07/1983.**- Colaboraciones. “O galego, língua anormal”, p. 3.
- 22/09/1983.- Galicia. Temas del país. “Testos días, meu compadre”, p. 19.
- 28/09/1983.- Galicia. De sol a sol. “Galegos do ano 1813”, p. 24.
- 15/10/1983.**- Galicia. “O galego, obxección de conciencia”, p. 23.
- 01/11/1983.- Galicia. Temas del país. “Dieste, novecentista”, p. 21.
- 8/12/1983. Cuaderno de Cultura. “‘O Facho’, vinte anos de vida”, p. 2.
- 15/12/1983.- Cuaderno de Cultura. “Emilia Pardo Bazán e a realidade galega”, p. 1.
- 22/12/1983.- Cuaderno de Cultura. “Dieste, escritor bilíngüe”, p. 4.
- 02/02/1984.**- Cuaderno de Cultura. “Montes, devesas, años e anos”, p. 4.
- 10/02/1984.**- Colaboraciones. Temas del país. “Língua, nación, saúde e doenza”, p. 3.
- 11/02/1984.- Santiago. Alrededores. “A dimisión do santo dos Croques”, p. 30.
- 07/03/1984.**- Colaboraciones. “Castelao e a política”, pp. 3 e 50.
- 20/03/1984.- Colaboraciones. “Centenário de Risco”, p. 3.
- 27/04/1984.- Colaboraciones. “O verdadeiro Valle-inclán”, pp. 3 e 51.
- 01/05/1984.**- Colaboraciones. “Unha ovella chamada Martiña”, pp. 3 e 43.
- 15/05/1984.- Galicia. “A trampa farisea”, pp. 25 e 51.
- 24/05/1984.- Galicia. Opinión pública. “O Estado de dobre fondo”, p. 17.
- 29/5/1984.- Galicia. Opinión pública. “A Monarquía federal”, p. 17.
- 18/06/1984.- Colaboraciones. “Datos e lugares na historia de Rosalía”, pp. 3 e 36.
- 19/07/1984.**- Galicia. Opinión Pública. “Usar duas linguas”, p. 17.
- 28/07/1984.-Cartas. Cartas al director. “Resposta de Carballo Calero”, p. 61.

temas del país

Ortografía e economía

Por RICARDO CARBALLO CALERO

Hai persoas que, como consecuencia do clima en que se desenvolveu a vida cultural de Galicia...

coerente: O catalán moderno, como o moderno portugués...

tutela do irmán viciño, a difusión...

GALICIA

La Voz de Galicia, viernes, 4 de febrero de 1983

TEMAS DEL PAIS

Unha historia clínica

Por RICARDO CARBALLO CALERO

A historia da lingua galega é, a partir dun determinado momento, unha histórica clínica. Unha lingua que se desenvolve normalmente dentro do cadro dos romances hispánicos, segundo a doutrina de Menéndez Pidal, avanzando de norte a sul e colonizando os territorios de expresión mo-

as suas raíces no racionalismo progresista, que erige a unidade política en supremo configurador da sociedade, e a maquinaria administrativa en coactivo modelador do organismo cultural. A superestrutura jurídica quer suplantar a totalidade do real e sométilo a sua tiranía, en troques de por...

gobierno nacional. Portugal era unha parte de España, e a sua posterior separación, como a de Gibraltar, non se explica por causas naturais, senón por razóns de historia e militar. A fragmentación hoje reinante é unha situación anacrónica que terá que resolver-se, non, naturalmente, mediante un Anchluss hitleriano, mediante unha aplicación concordada

CULTURA

Coordina: Luis Alvarez Pousa

CUADERNO DE LETRAS, ARTES Y PENSAMIENTO

Año III, número 132

poetas para reinventar un país



ando chega o mes de maio, os que matinámós na urxencia dunha comunicación literaria, os que temos fe na forza anoadora das manifestacións culturais, provocamos unha cita, que ás veces é reflexiva e ás veces informativa. Non é que aillemos unha data do ano para agasallar, excepcionalmente, a cantos sinten día a día o compromiso ético de crear para reinventar un país anormalizado. Este cuaderno de cultura tivo, de maio a

Pentesilea

Como un leve frisar de arage sobre a relva, ouve-se o rumor dos teus pes nus, que se achegan coa dozura dunha seta insidiosa.

Na estância o meu lebrél ergue as orellas, desacougado no seu vago ensoño.

Adverte-me cun ouveo longo e triste.

Mas eu renuncio a cingir-me a couraza, a embrazar o broquel, a empuñar a espada que no muro me filan con angustioso brillo.

- 18/08/1984.- Cartas. Cartas al director. “Rosalía y Carballo Calero”, p. 45
- 27/09/1984.-Cuaderno de Cultura [Especial Vicente Risco]. “Risco na literatura galega”, p. 8.
- 28/10/1984.-** Colaboraciones. “Diálogo entre A e B”, p.3
- 09/11/1984.-**Colaboraciones. “Fernán, Hernán e Ferrán”, pp. 3 e 57.
- 27/11/1984.- Colaboraciones. “Cousas de Risco”, p. 3.
- 04/12/1984.-** Colaboraciones. “Riso e pranto”, pp. 3 e 43.
- 26/01/1985.-** Colaboraciones. “Puebla del Cambrenal”, p. 3.
- 01/02/1985.-** Colaboraciones.” A Prova do Daián”, p. 3.
- 15/03/1985.- Colaboraciones. “O legado de Rosalía”, p.3.
- 03/04/1985.-** Colaboraciones. “Entre a Proba e o Padrón”, p. 3.
- 19/04/1985.-** Colaboraciones. “Rosalía, estrutura binárica”, p. 3.
- 21/05/1985.** Galicia. Bloc de Notas. “Cigarras e ralos”, p. 26.
- 26/05/1985.-** Galicia. Temas del país. “Chicharras e cigarras”, p. 25.
- 09/06/1985.-** Galicia. Temas del país. “Rosalía bica a tumba do seu pai”, p. 22.
- 02/08/1985.- Colaboraciones. “El Duque de la Gloria”, p. 3.
- 15/08/1985.- Cuaderno de Cultura. Primeira Persoa. “Da vida de Rosalía”, p. 3.
- 22/08/1985.-** Colaboraciones. “O italiano en Alguer”, p. 3.
- 24/09/1985.- Colaboraciones. “Un silencio rosaliano”, p. 3.
- 20/10/1985.-** Galicia. Temas del país. “Despedida e peche”, p. 22.
- 03/11/1985.-** Colaboraciones. “Lingua e Dereito”, p. 3.
- 09/11/1985.-** Colaboraciones. “Rosalía e a nosa identidade”, p. 3.
- 12/11/1985.-** Galicia. Temas del país. “Ata, desata e reata”, p. 20.
- 28/11/1985.-** Galicia. Temas del país. “Galego eleitoral”, pp. 23 e 58.
- 11/12/1985.- Galicia. Temas del país. “Os irmáns Camba e a literatura galega”, p. 16.
- 12/01/1986.- Galicia. De sol a sol. “A menina do Pazo de Arretén”, p. 24.
- 15/01/1986.- Galicia. Temas del país. “De Rosalía a Castelao”, p. 18.
- 13/02/1986.- Cuaderno de Cultura. “Problemas de ‘El caballero de las Botas Azules’. Os amores do Duque”, pp. 1 e 2.

- 18/02/1986.- Galicia. De sol a sol. “Feminismo e galeguismo”, p. 22.
- 20/02/1986.- Galicia. De sol a sol. “Castelao non é unha figura histórica”, p. 22.
- 25/02/1986.- Galicia. De Sol a Sol. “A cólera do avó”, p. 30.
- 26/03/1986.- Galicia. De sol a sol. “Otero Pedraio, dez anos depois”, p. 17.
- 30/03/1986.- Galicia. De sol a sol. “Lírica e épica en Castelao”, p. 19.
- 10/04/1986.**- Cuaderno de Cultura. “O testemuño do marechal”, p. 8.
- 27/04/1986.**- Galicia. De sol a sol. “Falar atartamelado”, pp. 33 e 75.
- 07/05/1986.- Galicia. De sol a sol. “O romance dos cancioneros”, p. 20.
- 15/05/1986.- Galicia. De sol a sol. “De Alexandre a Gerardo”, p. 34.
- 29/05/1986.**- Colaboraciones. “Castelao e Feijó”, pp. 3 e 67.
- 12/06/1986.- Cuaderno de Cultura. “Valle-Inclán segundo Azaña”, p. 2.
- 26/06/1986.- Cuaderno de Cultura. “Valle, conservador del Patrimonio Artístico Nacional”, p. 1.
- 13/07/1986.**- Galicia. Opinión Gallega. “Oficialidade subalterna”, p. 26.
- 15/07/1986.**- Galicia. Bloc de notas. “Bóveda e a oficialidade do galego”, p. 19.
- 17/08/1986.- Colaboraciones. “Opinións e reservas”, pp 3 e 59.
- 20/08/1986.- Colaboraciones. “De Shakespeare a Cunqueiro”, p. 3.
- 30/08/1986.**- Colaboraciones. “Adefésios”, p. 3.
- 17/09/1986.- Colaboraciones. “O fento no tellado”, p. 3.
- 23/09/1986.**- Galicia. De sol a sol. “Por un i mantemos o galego ou aceitamos o castellano”, p. 26.
- 31/10/1986.**- Galicia. Bloc de notas. “As duas bandas da ría”, p. 23.
- 03/12/1986.**- Galicia. A peneira. “Mais sobre Galiza e Galicia”, p. 18.
- 09/12/1986.- Galicia. De sol a sol. “Hai que peneirar”, p. 16.
- 20/12/1986.- Galicia. Block de notas. “Schraudolphstrasse, 1”, p. 28.
- 21/01/1987.- Colaboraciones. “Castelao e Rubens”, p. 3.
- 27/01/1987.**- Colaboraciones. “De máximos e mínimos”, p. 3.
- 27/02/1987.**- Galicia. Block de notas. “Na Puebla do Paxonal”, p. 18.
- 01/03/1987.**- Galicia. De Sol a Sol. “Áreas e aulas”, p. 18.

- 27/03/1987.-** Galicia. De sol a sol. “Castelao e o galego”, p. 22.
- 06/05/1987.-** Galicia. Temas do país. “A narrativa histórica”, p. 26.
- 07/05/1987.-** Cuaderno de Cultura. Primeira Persoa. “Um lobo da serra”, p. 5.
- 10/05/1987.- Galicia. Temas do país. “O tosco e chocalleiro”, p. 29.
- 12/05/1987.- Galicia. De sol a sol. “Evasiva e testemuño”, p. 23.
- 24/05/1987.-** Galicia. Temas do país. “Un galego rendível”, p. 28.
- 31/05/1987.-** Galicia. De sol a sol. “De David a Cuchulain”, p. 31.
- 18/06/1987.- Galicia. Temas do país. “Motivos lugueses cantados con moderno ritmo”, p. 29.
- 19/06/1987.- Edição de Ourense. Tribuna aberta. “Carballo Calero escribiu a ‘Farsa das zocas’ para ser representada”, p. 33.
- 16/07/1987.-** Cuaderno de Cultura. “Ornacina”, p. 2.
- 06/08/1987.-** Colaboraciones. “O galego é útil”, p. 3.
- 08/09/1987.-** Galicia. Temas do país. “Aberturas e cerrazóns”, p. 22.
- 30/09/1987.- Galicia. De sol a sol. “Villaroel consulta en Santiago”, p. 20.
- 09/10/1987.- Galicia. De sol a sol. “De viñas e viños”, p. 26.
- 08/11/1987.- Galicia. De sol a sol. “Curros a ramo de morte”, p. 27.
- 19/11/1987.-** Galicia. De sol a sol. “Un galego rendível, é dicir, económico e competitivo”, p. 29.
- 12/12/1987.-** Galicia. De sol a sol. “A lei de bronce da cooficialidade”, p. 20.
- 02/01/1988.-** Galicia. De sol a sol. “Política linguística, democracia e burocracia”, p. 24.
- 07/01/1988.-** Cuaderno de Cultura. “Política linguística. A literatura”, p. 1.
- 12/01/1988.** Galicia. Bloc de notas. “Política linguística: o ensino”, p. 22.
- 28/01/1988.-** Galicia. Bloc de notas. “Política linguística: o galego administrativo”, p. 26.
- 04/02/1988.-** Cuaderno de Cultura. “Homenage a Díaz Castro”, p. 1.
- 06/02/1988.-** Galicia. De sol a sol. “Política linguística: a posta e a resposta ou o imoral e imposível”, p. 17.
- 12/02/1988.-** Galicia. De sol a sol. “Política linguística: memorias dun esquelete”, p. 23.
- 20/03/1988.- Galicia. “A poesía galega da guerra e a pós-guerra”, p. 27.

DE SOL A SOL

# Unha aguxa nun paxar

Por RICARDO CARBALLO CALERO

Procurar unha agulla nunha palleira, ou pallal, ou pallar, é empresa árdua. Creio-a mais

trate de galeguizar nomes de lugares —ou de pesos— que nos son dados na lingua geral española?

formas auténticas, que procedendo de étimos latinos que geraran o grupo romance c'I, teñen no galego patrimonial un I palatalizado, quer dicer, un II na ortografía castellana e

GALICIA

Facilidade sumaria

La Voz de Galicia, martes, 11 de abril de 1989

DE SOL A SOL

# Dos anos aos freixos

Por RICARDO CARBALLO CALERO

Na nosa terra, a lingua propia non foi proclamada lingua oficial até tempos recentes. A súa oficialidade está, como é sabido, fortemente condicionada pola cooficialidade constitucional do castelán e pola jurisprudencia do alto Tribunal encargado de garantir e interpretar a vigencia da Constitución. Durante a Idade Média, pois, a lingua galega non era en Galicia propiamente a lingua oficial, porque era a lingua

e presenza da burocracia funcional. Mas onde esta presenza era importante, e existía un estamento demográfico que quería ser distinguido e adoptara o castelán como lingua usual, a toponimia e a antroponimia padeceron en maior ou menor medida a oficialización correspondente. Muitas Povos ou Póvoas se transformaron en Pueblos, muitas

do figurava —con unha dupla castelanización— como Freixanes. O autor, mui notório desque gañou o premio Blanco Amor, substituiu aquel I por un x, o que resultou, ao meu juízo, acertado, mas non ousou corrigir o extremo final da palabra, onde aparece un e introduzido por algun burocrata

COLABORACIONES

La Voz de Galicia, jueves, 6 de agosto de 1987

# O galego é útil

Por RICARDO CARBALLO CALERO

Hai un espazo, que somente dura cinco minutos, na TVG, unha especie de cuña publicitaria de carácter institucional, que aparece no programa e se define na pantalla mediante un letrado co título, tan prometedor, que encabeza estas liñas.

O carácter institucional que lle atribuo, non significa que ese espazo se administra por qualquer organismo governamental. Simplesmente, está ao servizo de unha arela non partidista, que poden compartir todos os galegos que aceiten o valor institucional, quer dicer, constitutivo da realidade galega, que representa o idioma propio.

liamos a súa obra en detalle, está a realizar unha fundamental tarefa de espallamento do noso idioma, aspira a promover o seu uso baseando-se na utilidade dese instrumento de contacto social. Ouvimos un señor, ou unha señora, que pronuncia unhas palabras en que defensa da nosa fala, que nos amosa como a utiliza nas súas actividades profesionais, ou a recomenda con carácter geral ou particular. E, como complemento ou justificante do título do espazo, **o galego é útil, termina invariavelmente explicando: porque é noso.**

Temo que este supremo argumento faga pouco efecto en grande parte da masa de residentes en

ha patriótica vontade de utilizar o propio, mas non pasa de epigrama sintetizador de un principio moral. En sentido estrito, o noso pode ser inútil. A pobreza de certas substancias minerais ou o exceso de outras que caracterizan a nosa terra de cultivo, é desfavorável para a agricultura. Non sempre o noso é útil. As veces, é claramente prejudicial. Non podemos perder-nos en orgullosas afirmacións de finestas egolatrias.

Castelao tratou o tema con mais realismo. Porque é noso, o galego deve manter-se e potenciar-se. É un imperativo ético. Mas se falamos de utilidade, non debemos cebar-nos con sofismas

- 17/04/1988.**- Colaboraciones. “Esgrévio”, p. 3.
- 18/05/1988.**- Colaboraciones. “Norma e medida”, p. 3.
- 22/07/1988.- Galicia. De Sol a Sol. “Un amor de Swann”, p. 18.
- 28/09/1988.**- Galicia. Temas del país. “Reflexos televisivos”, p. 26.
- 11/10/1988.**- Galicia. Temas del País. “Otero Pedrayo, liberal”, p. 20.
- 18/10/1988.**- Galicia. De sol a sol. “Unha aguxa nun paxar”, p.27.
- 26/10/1988.- Galicia. De sol a sol. “Otero Pedrayo, nacionalista”, p. 20.
- 26/11/1988.- Galicia. De sol a sol. “Idealismo e realismo”, p. 20.
- 03/12/1988.- Galicia. De sol a sol. “Otero Pedrayo, escritor católico”, p. 27.
- 06/01/1989.**- Galicia. De sol a sol. “¿Quen foi Otero Pedrayo?”, p. 26
- 14/03/1989.- Galicia. De sol a sol. “Un interesante libro sobre Barthes”, p. 24.
- 28/03/1989.**- Galicia. De sol a sol. “Unha língua competitiva”, p. 22.
- 11/04/1989.**- Galicia. De sol a sol. “Dos anxos aos freixos”, p. 24.
- 14/05/1989.**- Galicia. De sol a sol. “Ditongos e jotas”, p. 34.
- 19/05/1989.**- Colaboraciones. “O que vai de jota a jota”, p. 9.
- 06/06/1989.**- Galicia. De sol a sol. “Liberdade ¿para que?”, p. 27.
- 11/06/1989.- Galicia. De sol a sol. “Miudezas biográficas”, p. 32.
- 25/06/1989.- Galicia. De sol a sol. “Ter e non ter”, p. 31.
- 21/07/1989.- Galicia. De sol a sol. “Un galego na corte do Rei Artur”, p. 23.
- 01/08/1989.- Galicia. De sol a sol. “Narrativa portuguesa contemporánea”, p. 18.
- 12/08/1989.- Colaboraciones. “De Laforgue a Supervielle”, p. 6.
- 26/08/1989.**- Colaboraciones. “O cavaleiro inactual e o hortera vilipendiado”, p. 5.
- 18/11/1989.**- Colaboraciones. “Ouvir e ler”, p. 10.
- 27/11/1989.**- Colaboraciones. “Ditongos e monotongos”, p. 4.
- 02/12/1989.- Colaboraciones. “Pico de Coaña”, p. 8.

A PENEIRA

## Mais sobre Galiza e Galicia

Por R. CARBALLO CALERO

*Hai já algum tempo que un distinguido escritor comentou nun artigo o uso que eu veño facendo*

*Menéndez Pidal nos ensinou — e eu, ao parecer, non o aprendin— que ocorre o contrario, ou seja,*

La Voz de Galicia, domingo, 3 de noviembre de 1985

3

## Lingua e Direito

Por RICARDO CARBALLO CALERO

*Hai aquí, no noso país, en presenza, dúas concepcións do que deve ser o idioma próprio no que*

*água e facer tertúlia na praia con persoas de distinto sexo. Foi ún tempo mui próximo, que muitos*

La Voz de Galicia, martes, 27 de enero de 1987

COLABORACIONES

## De máximos e mínimos

Por RICARDO CARBALLO CALERO

O peixe grande traga-se ao miúdo. O castelano (castelao, con tilde nasalidade, no antigo galego), español, hispano-americano, que non se pára en barras nen fronteiras; montes nen ríos, lagos nen océanos, falado en Burgos e en Madrid, en Toledo, Badajoz e Sevilla, en Méxicó, La Habana, Buenos Aires e Santiago de Chile, é un grande peixe, un peixe mui grande, un cóngaro ou peixe-espada. O galego (gallego en español e mais na gíria vulgar de muitos coterráneos), lingua autorizada como cooficial nos límites das provincias trazadas por don Xavier de Burgos en 1833 para substituíren as sete tradicionais no antigo reino de Galiza; o galego, que se detén milagrosamente, para non caír no precipicio portugués,

e v, e adoptemos a castellana. Suprimamos o ç cedillado, pois o castelano moderno non o usa. Con esta libré ortográfica, o castelano, a primeira vista, estimará que o galego é un alevín próprio ou unha variante sen diferenza específica.

Mas, para prevenir a segunda vista, adoptemos tamén unha morfología que non suscite sospeitas. Se nos textos escritos cando o galego era alguém, e aínda nos primeiros tempos en que deixou de sé-lo, achamos formas como **encarnaçon, curaçon, geraçon, criaçon, adoraçon, emigrazon, redenzon, nazon e canzon**, modifiquemo-las sen contemplazons, e escribamos **encarnación, curación, xeneración, creación, adoración, emigración, redención, nación y**

*contemporizador, devia producir, conforme a táctica neorregionalista, excelentes resultados. O galego, poderosamente castellanizado, deixaria de ser ollado como un pe-rigo, entendendo-se que era, simplemente, castellano dialectal. Se combinásemos estas medidas cosméticas e cirúrgicas con outras económicas e sociais, como enviar a Gorki os disidentes e fomentar os matrimónios mixtos e os ágapes diglósicos, non podería falecer o plano trazado cursidosamente.*

Más ¿que ocorreu? Nada do previsto. Os poderes do Estado endurecen a súa preson. Declárase ilegal o deber dos galegos de coñecer o galego. Defende-se aos funcionarios de Administración galega da obriga inconstitucional de posuir o idioma de Galiza. Dis-



DE SOL A SOL**Por un i mantemos o galego  
ou aceptamos o castellano**

Por RICARDO CARBALLO CALERO

*Un joven e distinguido profesor de lingua e literatura galega ofrece-nos agora impreso un impo-*

*Carballo, apresentado no seu*

*científico, no*

*ca, muitos dos poucos existentes.*

*Ao aspirar moderadamente o galego a un status de lingua culta, copia deses abstractos foi tomada do castellano, que era agora a lingua alta, e así os sufixos autóctonos foron desprazados.*

*Un i. Non se pode dar mais pequena cantidade de substancia fonética. ¿Non é ridículo disputar por un i?*

*Mas, se se trata o problema en termos económicos, menos custosa é a forma indigena que a exóvena. ¿Non si?*

*do cristianismo pri-*

*taba a*

DE SOL A SOL**Política lingüística:  
memorias dun esqueleto**

Por RICARDÓ CARBALLO CALERO

*Aqueles galegos interesados en achar fórmulas conciliadoras no que se refere aos problemas postos pola necesidade de un*

*a corrente*

*Agora non se trata de un problema administrativo*

*GALICIA*

La Voz de Galicia, jueves, 19 de noviembre de 1987

DE SOL A SOL**Un galego rendível, é dicer, económico e competitivo**

Por R. CARBALLO CALERO

*Por imperativo legal, as autoridades do goberno autonómico están obrigadas a promover o uso do galego. E non alimentamos ningunha dúbida sobre a necesidade de que ese galego seja un galego rendível. Coa palabra rendível significamos económico e competitivo. Todo ven ser o mesmo, ou eses últimos adjectivos connotan o significado do primeiro.*

*Evidentemente, se promovemos un idioma, temos que facé-lo inspirados no principio de que a nosa conduta está encamiñada á utilidade e beneficio dos falantes e escritores desa forma lingüística. Se a tal é a propia do país, com é o caso do galego na Galiza, salta á vista o carácter económico dese proceder.*

*Coñecer con maior exactitude o idioma que se coñece con descuído ou defecto, non exige un aprendizado semellante en esforzo ao que precisa o aprendizado dunha lingua estraña, pois non se trata de adquirir un idioma novo, mas do reconverter, coñecer, reorgani-*

*legal— reducir ao carácter de meramente voluntario o aprendizado do galego. ¿Julgarán hoje tiránica e ditatorial a inclusión como obrigatório do inglés nos planos de estudos académicos en España? Evidentemente, non. Quer dicer, que o inglés é útil. Se os fillos daqueles señores poden dominar unha segunda lingua estrangeira, aqueles señores estarán encantados, sempre que esa lingua seja o alemão, ou o francés, ou o ruso.*

*Enton, unha política inteligente de fomento do galego, que é obriga dos nosos gobernanantes por império da lei, e non somente por moral exigencia de mantimento do que é historicamente noso —o que implicaría o uso obrigatório da monteira e as cirolas, ao menos para o Presidente e os Conselleiros da Junta nos actos protocolarios— debería orientar-se a informar aos reticentes de que se o galego é útil porque é noso, e portanto chave da nosa cultura—, a nosa cultura, condensada no noso idioma, é útil, quer dicer, económica e competitiva, porque, ata*

*Mas se a política lingüística se orienta a isolar o galego do portugués aceptando a castellanización dos sufixos como galego moderno, e preferindo, entre as muitas formas dialectais que todas as linguas faladas ofrecen, aquelas que mais se afastan do portugués comun, vai ser muy difícil convencer aos reticentes de que o galego é útil.*

*Sen eses patriotas ardentes perante os quais algúns de nós debemos sentir-nos pouco menos que desnaturados, lograsen convencer a nosa mocidade de que o destino do galego é establecer un cordón sanitario nos pasos fronteirizos, poucas esperanzas habería de que os residents pragmáticos se persuadisen de que o galego é útil como o francés, o español e o alemão.*

*Nun mundo en que as jogadas da Bolsa en Wall Street ou en Tòkio repercuten nos estaleiros de Fene ou nos repuxos de gasolina de Rois, é infantil pretender que pode ser competitivo un galego que non se modernice*

## OUTRA BIBLIOGRAFIA CITADA

- AA. VV.**, (1968), *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra-1963, Volume V, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- (1977), *Bases pra unificación das normas linguísticas do galego*, Madrid, Anaya.
- (1986), *Actas. I Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, A Corunha, AGAL.
- (2002), *Actas do simpósio Brasil, 500 anos depois*. A Corunha, Deputação Provincial.
- (2020), [Docentes de Estudos Portugueses. Faculdade de Filologia-USC], *José Luís Rodríguez nos trilhos da língua*, Santiago de Compostela, Através, p. 171.
- Alonso Boo, Xosé Miguel, (27/12/1980)**, «Ramón Lorenzo coordinou o Colóquio de Treveris. “O lusista Rodrigues Lapa queríanos convencer de que o noso idioma e [é] un composto de formas arcaicas e populares”», *La Voz de Galicia*, p. 46.
- Alonso Estraviz, Isaac, (12/04/1984)**, «Anos, años y añiños», *La Voz de Galicia* (Cuaderno de Cultura).
- (Verao 1994), «O I Encontro sobre Língua e Cultura Galega: O Português, Língua da Galiza», *Agália*, número 38, pp. 228-242.
- Banhos, Alexandre, (2008)**, «Comunicado das entidades lusófonas galegas na Conferência Internacional de Lisboa sobre o Acordo Ortográfico [na Assembleia da República]», *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, nº 1, pp. 206-209
- (20/07/2024) «Valorização da Lei Paz Andrade», Portal Galego da Língua, in <https://pgl.gal/alexandre-banhos-a-lei-paz-andrade-e-absolutamente-des-conhecida-da-administracao-galega-deu-pouco-de-sim-poderia-vir-a-dar-no-futuro/>
- Beramendi, Justo**, «Carballo Calero, un xove nacionalista. 1926-1936», in López e Salinas (2002, eds., op. cit. infra), pp. 281-294.
- C. P. G.**, (08/02/2023), «Felipe VI visita Angola y ofrece a su Gobierno que España sea su ‘referencia’ en Europa», *La Voz de Galicia*, p. 18 (informação da Agência EFE).
- Cañellas Mas, Antonio (2010)**, «Sobre el contraste de pareceres: la tecnocracia franquista ante las nuevas fórmulas de representación política», *Me-*

*moria y civilización*, nº 13, pp. 55-75 (in <https://revistas.unav.edu/index.php/myc/article/view/4493/3864>).

**Carballo Calero, Ricardo** (1981a), *Problemas da Língua Galega*, Lisboa, Sá da Costa.

(1981b), *Historia da Literatura Galega Contemporánea*, Vigo, Galaxia, 3ª ed. (30/04/1988), «Áquiles e a tartaruga», *Diario de Galicia*.

**Carvalho Calero, Ricardo**, (Verao 1985), «Para umha história da ortografia galega. A ponência de 1979», *Agália*, número 2, pp. 223-233.

(1985), *Cantigas de amigo e outros poemas*, A Corunha, AGAL.

(1990), *Do Galego e da Galiza*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco.

(2021), *Obra literaria. Poesia, teatro e narrativa*; edição ao cuidado de Manuel Castelao Mexuto e Maria Pilar García Negro, Oza-Cesuras, Biblos.

**Casares, Carlos**, (04/03/1979), «A polémica sobre o galego», *La Voz de Galicia*, Artes y Letras.

**Cidrás, Francisco**, (2020), *Ricardo Carvalho Calero: as formas do compromisso*, Santiago de Compostela, USC.

**Comissom Lingüística da AGAL**, (1983; segunda edição, 1989), *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego do ILG-RAG de 1982*, A Corunha, AGAL.

**Cristóvão, Ângelo**, (2008), «Intervenção do Presidente da Associação Cultural Pró-AGLP na Conferência Internacional / Audição Parlamentar de Lisboa», *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, nº 1, pp. 209-211.

(02/10/2024), «Valorização da Lei Paz Andrade», Portal Galego da Língua, [https://pgl.gal/angelo-cristovao-a-lei-paz-andrade-lpa-teve-uma-frac-e-desigual-aplicacao/?utm\\_source=rss](https://pgl.gal/angelo-cristovao-a-lei-paz-andrade-lpa-teve-uma-frac-e-desigual-aplicacao/?utm_source=rss)

**Da Cal, Ernesto Guerra**, (1985), «Antelóquio indispensável», in *Futuro imemorial (Manual de velhice para principiantes)*, Lisboa, Sá da Costa, pp. 5-13.

(Verao 1994), “Dois lusistas insólitos”, *Agália*, nº 38, pp. 189-192.

**Dobarro Paz, X. Mª, et alii** (1982), *Homenaxe a Carballo Calero*, Cadernos do Medúlio, Ferrol, Associação Cultural Medúlio.

**Evans Pim, Joám**, (05/07/2024), «Valorização do desenvolvimento da Lei Paz Andrade», Portal Galego da Língua, in <https://pgl.gal/joam-evans-pim-o-desenvolvimento-da-paz-andrade-por-parte-da-junta-foi-pobre-a-pesar-de-contar-com-propostas-bem-articuladas-para-a-sua-aplicacao/>

- Fernández Barreiro, Alejandrino**, (1980), *Comisión de Lingüística. Normas Ortográficas do Idioma Galego*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- Fernández Carballido, Xurxo**, (2019), *O ensino da lingua portuguesa na Galiza*, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, disponível in <http://hdl.handle.net/10347/20053>.
- Fernández Rodríguez, Manuel**, (2006, ed.), *Poemas pola memoria (1936-2006)*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- Gabinete de Comunicación do Parlamento de Galicia** (14/07/2012), «O Parlamento de Galicia conclúe a catalogación das bibliotecas e os arquivos de Carballo Calero e os irmáns Villar Ponte», Santiago de Compostela, Parlamento de Galicia.
- Gabinete de Comunicação do Concelho de Santiago**, (06/07/2017), «O Concello e a UCCLA organizan a xornada *A lingua como oportunidade*», [http://www.santiagodecompostela.gal/hoxe/nova.php?id\\_nova=16258](http://www.santiagodecompostela.gal/hoxe/nova.php?id_nova=16258)
- Gabinete de Comunicación do Ministerio de Asuntos Exteriores**, (17/07/2021), «Ingreso de España en la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa como Observador Asociado», <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/exteriores/Paginas/2021/170721portugues.a.spx>.
- Garcés, Luci**. (06/07/1979), «Entrevista con Carballo Calero. “Durante siglos el gallego permaneció silvestre y no se puede normalizar por decreto”, *La Voz de Galicia*, p. 33.
- García Negro, Pilar**, (2020), *Ricardo Carvalho Calero. Escritor e profesor, galego cabal*, A Corunha, La Voz de Galicia.
- Garrido, Carlos** (2019), *Dicionário de Zoologia e sistemática dos invertebrados*, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Gil Hernández, António** (dir., 2020), *Homenagem ao Prof. Carvalho Calero*, *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, nº 13.
- Gómez, Joel R.**, (2009), *A trajectória de Ernesto Guerra da Cal nos campos científico e literário*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- (18/05/2020), «Carvalho Calero brillou en *La Voz de Galicia* con artigos de lingua, literatura e política», *La Voz de Galicia*, pp. 34-35.
- (14/07/2020), «Rosalía foi “a parteira, se non a nai, da Galiza moderna”, para Carvalho Calero», *La Voz de Galicia*, Cultura, p. 37.
- (25/07/2020), «O trebo das catro follas. Carvalho estreou nova poesía tras a guerra de 1945, en *La Voz de Galicia*», *La Voz de Galicia*, Cultura, p. 42.

- 30.10.2020.- «Ricardo Carvalho Calero. Discípulo e continuador de Nós», *La Voz de Galicia*, Caderno Fugas, p. 4.
- 24.11/2020, «Afonso X foi o máximo favorecedor da expansión do galego por todo o ámbito peninsular», segundo Carvalho Calero, *La Voz de Galicia*, Cultura, p. 38.
- (04/01/2021), «Carvalho: “A lingua galega quer ser a lingua normal dos galegos”», *La Voz de Galicia*, Cultura, p. 25.
- Gonçales Blasco, Luís**, (2021), «Carvalho Político», *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, nº 14, pp. 11-30.
- González, Sandra** (2005, coord.), «Aurora Marco López», in *Mulleres decisivas*, Santiago, Fundación Galiza Sempre, pp. 127-129.
- Gulbenkian Notícias**, (2019), «Plataforma 9», in <https://gulbenkian.pt/noticias/faca-uma-paragem-na-plataforma-9/>
- Henríquez Salido, Maria do Carmo**, (1992, ed.), *Actas do III Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, A Corunha, AGAL.
- Klepsch, Egon**, (28/02/1994e 04/05/1994), “Cartas ao eurodeputado José Posada González”, reprod. fac-similar in *Agália*, nº 40 (Inverno 1994), pp. 468-469.
- Kremer, Dieter e Lorenzo, Ramón**, (1982, ed.), *Tradición, actualidade e futuro do galego. Actas do Coloquio de Treveris*, Vigo, Xerais e Xunta de Galicia.
- Lago García** (18/12/2009), *La cooperación transfronteriza entre Galicia y el Norte de Portugal*, Santiago de Compostela.
- Lapa, Manuel Rodrigues**, (05/1973), «A recuperación literaria do galego», *Colóquio Letras*, nº 13, pp. 5-14 (reprod. esse ano em *Grial*, nº 41, pp. 278-287).
- (24/05/1978), «O intercambio galego-portugués», *La Voz de Galicia*, pp. 3 e 5.
- (05/08/1978), «Galegos e portugueses», *La Voz de Galicia*, pp. 3 e 54.
- (10/08/1978), «O futuro lingüístico da Galiza», *La Voz de Galicia*, pp. 27 e 50.
- (16/08/1978), «Galego-portugués: A cantidade e a calidade», *La Voz de Galicia*, p. 16.
- (04/12/1980), «Carta pra “Xente ao lonxe [encaminhada para Eduardo Blanco Amor, datada o dia 05/07/1972]”», *La Voz de Galicia*, Cuaderno de Cultura.

- Lopes Facal, Joám**, (2017), «Lealdade ao galego», *Kallaikia*, número 2, pp.10-15
- López, Teresa e Salinas, Francisco**, (2002, eds.), *Actas do Simposio Ricardo Carvalho Calero. Memoria do Século*, A Corunha, Universidade da Corunha e AS-PG.
- Máiz Vázquez, Bernardo**, (2020), «Cronobiografía do ferrolán Ricardo Carballo Calero», in Piñeiro de San Miguel, Esperanza (dir), *O Carballo que fun en Ferrol. Aproximación a Ricardo Carvalho Calero*, Club de Prensa de Ferrol, *Ferrol Análisis*, pp. 141-159.
- Marco, Aurora**, (2020), *Foula e ronsel. Os anos que marcaron a biografía de Carvalho Calero (1910-1941)*, Santiago de Compostela, Laiovento, (2ª ed.)
- Miragaia, Manuel**, (2012), *Galeguia (antes chamada Lusofonia)*, Lisboa, Chiado.
- Montero Santalha, José-Martinho**. (1993), *Carvalho Calero e a sua obra*, Santiago de Compostela, Laiovento.
- (segundo semestre de 2008), «Carta de Ramón Piñeiro a Montero Santalha», *Agália*, nº 95-96, pp. 165-169, com reprodução da carta.
- (2024), «Ingresso como académico correspondente na Academia das Ciências», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras (Anos 2016 e 2017)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, pp. 187-193.
- Montero Santalla, Xosé-Martiño**, (26/07/1977), «Integración linguística galego-portuguesa» [prémio Fernández Latorre], *La Voz de Galicia*, pp. 26 e 27.
- (1979), *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa*, Ferrol.
- Montero Santalla, Xosé-Martiño**, et alii, (09/1974 e 10/1974), *Manifesto para a supervivencia da cultura galega*, revistas *Seara Nova* e *Cuadernos para el Diálogo*.
- Núñez Feijó, Alberto**, (09/04/2014), *Lei 1/2014, do 24 de marzo*, «para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos coa Lusofonia [«Lei Paz Andrade»]», Santiago de Compostela, *Diario Oficial de Galicia*, p. 15.608.
- Posada, José**, (Outubro 1993), “Relatório para a reuniom do Intergrupo de Línguas Minoritárias do Parlamento Europeu”, reproduzido textualmente in *Agália*, número 37 (Primavera 1994), pp. 89-92.

(31/01/1994), “Carta a Egon Klepsch, presidente do Parlamento Europeo”, reprod. fac-similar in *Agália*, nº 40 (Inverno 1994), p. 467

**Quiroga Díaz, Carlos; Torres Feijó, Elias e Cordeiro Rua, Gonçalo** (2001, coords.), *Do músculo da boca. Encontro Galego no Mundo Latim em Pó*, Santiago de Compostela, Concello de Santiago e Universidade de Santiago de Compostela.

**Rábade, X. Carlos**, (18/04/1980), «Comentarios explicativos ás normas ortográficas do idioma galego», *La Voz de Galicia*, p. 39. Este primeiro artigo teria continuidade nos días seguintes.

(1980), *Normas ortográficas do idioma galego*, A Corunha, *La Voz de Galicia* (Biblioteca Gallega, Serie Nova).

**Redaçon de La Voz de Galicia**, (26/07/1977), «Xosé Martiño Montero Santalla, ganador del XIX Concurso Periodístico Fernández Latorre», *La Voz de Galicia*, p. 26.

(10/04/1980), «Publicadas as normas ortográficas do idioma galego», *La Voz de Galicia*, p. 1.

(11/04/1980), «Normas ortográficas do idioma galego», *La Voz de Galicia*, p. 37.

(18/04/1980), «Coloquio internacional sobre el gallego en la Universidad alemana de Treveris», *Galicia, La Voz de Galicia*, p. 37.

(22/10/1980), «Del 12 al 14 de noviembre, en Treveris (Alemania). Numerosos especialistas en lengua y literatura gallega intervendrán en un coloquio sobre “Tradición, actualidade e futuro do galego” », *La Voz de Galicia*, p. 37.

(10/06/1981), «Carballo Calero, membro da Academia de Ciencias de Lisboa», *La Voz de Galicia*, p. 43.

(17/04/1988), «El jurado del Premio Nacional de la Crítica destaca la gran calidad literaria de las obras publicadas en 1987», *La Voz de Galicia*, p. 21.

**Rodríguez Fernández, Elías**, (2018), *Análise e balanço do quadro legislativo para o relacionamento intercomunitário: o caso da Lei Paz Andrade*, Trabalho de Fim de Grao, Universidade da Corunha, acessível in <http://hdl.handle.net/2183/21774>.

**Rodríguez Fernández, José Luis**, (03/06/1980), «Carta para o Professor Guerra da Cal», in AA. VV. (2020, ver supra), p. 171.

(2000, org.), *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*, Parlamento de Galicia e Universidade de Santiago de Compostela, 2 vol.

**Ruffato, Luiz e Quiroga, Carlos**, (1º semestre 2007), «Galeguia», *Agália*, 89-90, pp. 213-214.

- Samartim, Roberto**, (07/2002), «Subalternity and Linguistic Dispossession: On the Planning of the GalicianPortuguese in the Autonomous Galicia. Subalternidad y desposesión lingüística: sobre la planificación del Gallego-portugués en la Galicia autonómica», *Cuadernos Europeos de Deusto*, Núm. Especial 04, pp. 69-105; DOI: <https://doi.org/10.18543/ced.2473>; disponível em <http://hdl.handle.net/2183/37176>.
- Serrano, Blanca e S. L. [Serafín Lorenzo]**, (06/07/2024), «La USC inaugura la Cátedra Rosalía de Castro de impulso al estudio de su obra», *La Voz de Galicia*, Edição Santiago, p. 4.
- Serrano Suárez, Ramón**, (1977), *Memorias: Entre el silencio y la propaganda, la historia como fue*. Barcelona, Planeta.
- Torres Feijó, Elias**, (2009), «A investigación do Grupo Galabra e os Estudos Lusófonos», in Macedo, Ana Gabriel e Keating, Maria Eduarda, *IX Colóquio de Outono. Censura e Inter/Dto. Censorship and Inter/Diction*, Braga, Universidade do Minho, pp. 275-287.
- (2024), «Feijó Torres, Elias. Perfil de investigación», in Portal da Investigación da USC, <https://investigacion.usc.gal/investigadores/58857/detalle?lang=es>
- Varela, M.**, (22/12/2022), «O galego retrocede e o castelán xa é a lingua máis empregada en Galicia», *La Voz de Galicia*, pp. 1 e 12.
- Vilar, Mónica P.**, (12/10/2024), «A poboación de Galicia que fala sempre en castelán xa supera a que fala en galego» e «Um terzo dos menores de 15 anos non saben falar galego», *La Voz de Galicia*, pp. 1, e 2-3.
- Villamor, Luis**, (14/11/1992), “Juan Pablo II recibió la medalla de oro de Galicia. [El papa a Manuel Fraga, sobre el gallego:] ‘Es como el portugués’”, *La Voz de Galicia*, p. 21.
- Villanueva, Darío**, (2000), «Prólogo do Rector da Universidade de Santiago de Compostela», in Rodríguez, José Luís (2000, org., op. cit. supra), pp. 17-18.

Santiago de Compostela e Valdovinho, verán de 2024.

**Ricardo Carvalho Calero**  
2 artigos no jornal *La Voz de Galicia*.

Os 2 artigos de Ricardo Carvalho Calero que se reproduzem na continuação são marcantes na sua trajetória, pois neles defende um novo rumo para a língua, com orientação reintegracionista, e assinalam o caminho que continuou e trilhou nos anos seguintes, até à sua morte. Publicaram-se nas páginas especiais que acompanhavam o jornal aos domingos. O primeiro deles, “Ortografia galega”, o dia 20 de julho de 1975; e três semanas mais tarde, o 10 de agosto do mesmo ano, “Galego-Português ou Galego-Castelán”.

Para valorizar apropriadamente estes trabalhos há de ter-se em conta, em primeiro lugar, a situação política, pois estava próxima a morte de Francisco Franco, o 20 de novembro, quatro meses mais tarde do primeiro desses trabalhos, dando início assim do final da ditadura que encabeçou. Além disso, 1975 representou um fito para a língua da Galiza, pois esse ano foi reconhecida por vez primeira como matéria opcional no campo do ensino obrigatório. Era esta uma consequência do desenvolvimento da (Franco, 06/08/1970) *Ley General de Educación* do Estado Espanhol, promovida pelo ministro José Luis Villar Palasí, que autorizava a introdução, embora de maneira restrita, do ensino das línguas do Estado diferentes do espanhol.

A função da cátedra de Ricardo Carvalho Calero na Universidade de Santiago de Compostela ganhou maior relevo, pois essa situação abria novas possibilidades profissionais nos centros de ensino não universitário, e havia que formar especialistas para ministrar a disciplina. Porém, teve uma talvez inesperada concorrência na própria Universidade, no Instituto de la Lengua Gallega, que tinha iniciado o seu andamento nos inícios dessa década e também aspirava a realizar essa função.

A nova doutrina que se indicava nesses artigos publicados no verão de 1975 no quotidiano *La Voz de Galicia* teve continuidade na sétima edição da sua *Gramática elemental del gallego común*, publicada em 1979; e atingiu o maior sucesso em 1980, ao começarem a vigorar as *Normas Ortográficas do Idioma Galego* elaboradas por uma Comissão de Linguística que ele presidiu, e publicadas pela Administração pré-autonómica. Essas *Normas* faziam possível avançar de maneira progressiva para o Galego-Português. Foram substituídas por outras, publicadas no *Diario Oficial de Galicia* o dia 20 de abril de 1983, com uma nova orientação para a língua, alicerçada no Galego-Castelhano, aprovada em julho de 1982 no pleno da Real Academia Galega, a proposta do Instituto de la Lengua Gallega.

Desde essa altura, Carvalho Calero continuou, coerente, na defesa do reintegracionismo, com múltiplas argumentações que se espelharam nos seus artigos nas páginas do diário *La Voz de Galicia*, como se referiu supra.

Muito agradeço à direção de *La Voz de Galicia* e à família de Carvalho por autorizar a reprodução desses artigos tão significativos, que Ricardo Carvalho Calero não reproduziu em nenhum dos seus livros, e que na atualidade são referentes incontornáveis para o movimento reintegracionista.

J. R. G.

O lingüista sabe, pero o profano ignora que a escritura representa logarítmica e non literalmente a fala. O vulgo alfabetizado cre que o idioma escrito é a fixación unívoca do idioma falado. Ora, é certo que a imaxe visual e a imaxe acústica da lingua son distintas e diferentes. A ilusión pueril segundo a cal unha páxina pode reflexar unha conversa como o fai a cinta magnetofónica, debe ceder á realidade de que a grafía, para ser económica, ten que ser sempre taquígrafia e non pode por si soa traducir a totalidade da fala. Escribir como se pronuncia é un propósito utópico. Cabe unha ortografía máis ou menos próxima á ortoloxía, e eso é todo.

Dedúcese d'isto que a ortografía é sempre, nun grau ou outro, convencional; e polo que se refire ao galego, tal realidade está indicada pola proliferación de normas ortográficas que desde Antón de la Iglesia a Fuco G. Gómez veñen sendo propostas rexeitadas, ouservadas ou esquecidas. E que, certamente, a ortografía se nos aparece como un fenómeno cultural de carácter histórico, inserto nunha tradición, que pode evolucionar con ésta, pero que aduro cabe implantar por degredo acordado en consello de técnicos ou políticos.

**B**ERNARD Shaw asignou como legado unha cantidade sustancial á tarefa de reformar a ortografía inglesa, que se ten alonxado moito da pronuncia. E con todas as incongruencias que a ortografía inglesa implica, resulta máis práctico ensinar na eacola esa ortografía que romper a continuidade da tradición amaestrando a unha xeración nunha ortografía racional

## ORTOGRAFIA

### GALEGA

Por  
R. CARBALLO  
CALERO

que a isolaría das xeracións devanceiras. A pretensión de Bernard Shaw non se ten amosado viábel. Somente un lento proceso de reforma que se inserte na tradición mesma ofrece posibilidades prácticas de realización.

Inventar, pois, unha ortografía galega desvencellada da historia, sería unha de tantas empresas de arbitristas inadaptados como padece toda sociedade en crise. Empresa condenada ao fracaso porque supón unha revolución cultural, é decir, unha ruptura cos dados empíricos da cultura. Equivalería a tratar o galego como se fora esperanto ou volapük.

Compréndese así que a ortografía galega actual parta do código da ortografía castelá, pois historicamente non habería outra ortografía que a inspirada no portugués. E indubidábel que unha nivelación realista coa práctica escrita deste idioma está de acordo coas orixes e pode abrir un campo de expansión moi necesario ás nosas letras. Estamos se cadra no intre en que compra xa unha revisión da nosa normativa á luz deses feitos. Mais non deixa de ser verdade que a situación do galego con relación ao castelán explica que, modernamente a nosa ortografía teña sido unha adaptación da ortografía oficial española.

**C**OMO nos demais aspectos lingüísticos, unha política ortográfica ultragaléguista, que prefira as solucións máis diferentes das adoptadas polas linguas irmás, semellaría proído de isolamento dabondo irrealista. A Academia Galega ten fixado algunhas normas que arrincan do castelán, pero

que en determinados puntos nos que non se violenta o ser da lingua percuran a aproximación ao portugués. Así, o sistema de acentuación gráfica para marcar a tonicidade vocálica é o mesmo do castelán, o que no estado actual do ensino simplifica os problemas; pero as normas eliminan o h interior, como en portugués, máis unha simplificación que non crea ningún problema. Inserto o noso idioma no complexo iberorrománico occidental, calquer grafía que resulte dialectalmente rechamante producirá unha impresión de indisciplina cultural, que debe evitarse se pode selo. A supresión de apóstrofos e a restauración na escrita das vogais elididas foi unha conquista da craridade e da coerencia morfolóxica á que non se debe renunciar de ningún xeito. Se a contracción da preposición e artigo ao se pronuncia vulgarmente como o aberto, debemos preguntarnos ata qué punto o reflexo ortográfico dessa asimilación vulgar nos compensa do afastamento das prácticas da escrita portuguesa, que tampouco reflexa o fonetismo vulgar actual, senón o histórico. Que o galego semelle aos portugueses portugueses emburullado ou decaído, depende en grande parte dun trabucado anceo noso de percurar a afirmación polo camiño da diferenciación, como se ho herdo común xa non nos merecera coidados.

**S**EMELLA certo que innovacións sin tradición nin en portugués nin en castelán, non deben introducirse ao xeito de novos cismas. Por se Roma e Aviñón non abondaran, montemos en Pisa unha nova curia. A ortografía galega non pode establecerse de nova planta. Ten que endereitarse cara a coincidencia e non cara a discrepancia co modelo histórico no que naturalmente se inserta. Deixemos antré parénteses a cuestión da fala; pero polo que se refire á escrita, pertence ao campo culto por definición e ten que insertarse no mundo cultural ao que está tradicionalmente adscripta, restabelecendo a continuidade que pode ter sido alterada polo intre dialectal en que a lingua viviu durante séculos.

## ORTOGRAFIA GALEGA

Por R. CARBALLO CALERO

O lingüista sabe, pero o profano ignora que a escritura representa logarítmica e non literalmente a fala. O vulgo alfabetizado cre que o idioma escrito é a fixación unívoca do idioma falado. Ora, é certo que a imaxe visual e a imaxe acústica da lingua son distintas e diferentes. A ilusión pueril segundo a cal unha páxina pode reflexar unha conversa como o fai a cinta magnetofónica, debe ceder á realidade de que a grafía, para ser económica, ten que ser sempre taquigrafía e non pode por sí soa traducir a totalidade da fala. Escribir como se pronuncia é un propósito utópico. Cabe unha ortografía máis ou menos próxima á ortoloxía, e eso é todo.

Dedúcese desto que a ortografía é sempre, nun grao ou outro, convencional; e polo que se refire ao galego, tal realidade está indicada pola proliferación de normas ortográficas que desde Antonio de la Iglesia a Fuco G. Gómez veñen sendo propostas rexeitadas, ouservadas ou esquecidas. E que, certamente, a ortografía se nos aparece como un fenómeno cultural de carácter histórico, inserto nunha tradición, que pode evolucionar con ésta, pero que aduro cabe implantar por degredo acordado en consello de técnicos ou políticos.

BERNARD Shaw asignou como legado unha cantidade sustancial á tarefa de reformar a ortografía inglesa, que se ten alonxado moito da pronuncia. E con todas as incongruencias que a ortografía inglesa implica, resulta máis práctico ensinar na escola esa ortografía que romper a continuidade da tradición amaestrando a unha xeración nunha ortografía racional que a isolaría das xeracións devanceiras. A pretensión de Bernard Shaw non se ten amosado viábel. Somentemente un lento proceso de reforma que se inserte na tradición mesma ofrece posibilidades prácticas de realización.

Inventar, pois, unha ortografía galega desvencellada da historia, sería unha de tantas empresas de arbitristas inadaptados como padece

toda sociedade en crise. Empresa condenada ao fracaso porque supón unha revolución cultural, é decir, unha ruptura cos datos empíricos da cultura. Equivalería a tratar o galego como se fora esperanto ou volapük.

Compréndese así que a ortografía galega actual parta do código da ortografía castelá, pois historicamente non habería outra ortografía que a inspirada no portugués. E indubidábel que unha nivelación realista coa práctica escrita deste idioma está de acordo coas orixes e pode abrir un campo de expansión moi necesario ás nosas letras. Estamos se cadra no intre en que compra xa unha revisión da nosa normativa, á luz deses feitos. Mais non deixa de ser verdade que a situación do galego con relación ao castelán explica que modernamente a nosa ortografía teña sido unha adaptación da ortografía oficial española.

COMO nos demais aspectos lingüísticos, unha política ortográfica ultragaleguista, que prefira as solucións máis diferentes das adoptadas polas linguas irmás, semellaría proído de isolamento dabondo irrealista. A Academia Galega ten fixado algunhas normas que arrincan do castelán, pero que en determinados puntos nos que non se violenta o ser da lingua percuran a aprosimación ao portugués. Así, o sistema de acentuación gráfica para marcar a tonicidade vocálica é o mesmo do castelán, o que no estado actual do ensino simplifica os problemas; pero as normas eliminan o **h** interior, como en portugués, máis unha simplificación que non crea ningún problema. Inserto o noso idioma no complexo iberorrománico occidental, calquer grafía que resulte dialectalmente rechamante producirá unha impresión de indisciplina cultural, que debe evitarse se pode selo. A supresión de apóstrofos e a restauración na escrita das vogáis elididas fói unha conquista da craridade e da coerenza morfolóxica á que non se debe renunciar de ningún xeito. Se a contracción da preposición e artigo **ao** se pronuncia vulgarmente como o aberto, debemos preguntarnos ata qué punto o reflexo ortográfico desa asimilación vulgar nos compensa do afastamento das prácticas da escrita portuguesa, que tampouco reflexa o fonetismo vulgar actual, senón o histórico. Que o galego semelle aos portugueses portugués emburullado ou decaído, depende en grande parte dun trabucado anxeio noso de percurar a afirmación polo camiño da diferenciación, como se [h]o herdo común xa non nos merecera coidados.

SEMELLA certo que innovacións sin tradición nin en portugués nin en castelán, non deben introducirse ao xeito de novos cismas. Por se Roma e Aviñón non abundaran, montemos en Pisa unha nova curia. A ortografía galega non pode establecerse de nova planta. Ten que endereitarse cara a coincidencia e non cara a discrepancia co modelo histórico no que naturalmente se inserta. Deixemos antre parénteses a custión da fala; pero polo que se refire á escrita, pertence ao campo culto por definición e ten que insertarse no mundo cultural ao que está tradicionalmente adscripta, restabelecendo a continuidade que pode ter sido alterada polo intre dialectal en que a lingua viviu durante séculos.



## GALEGO-PORTUGUÉS OU GALEGO-CASTELAN

Por R. CARBALLO CALERO

A nivel filolóxico non é rentábel hoxe distinguir máis de tres romances na Península Ibérica. Un romance occidental, un romance central, un romance oriental. Se non queremos desígnalos con eses calificativos xeográficos, non poderemos menos de recurrir aos calificativos históricos, que neste caso son tamén, ordinariamente, xeográficos, pois se refiren ás terras septentrionáis onde os romances se formaron, e desde onde avanzaron cara o sul segundo o ritmo da Reconquista, superpóndose ás falas que atopaban no seu avance e substituíndoas ou absorbéndolas. Daquela, os tres nomes axeitados serán galego, castelán e catalán. Outros romances ordinarios independentes, ou desapareceron, ou están a ramo de morte, ou áchanse fosilizados, ou foron atraguidos á órbita de algún dos romances subsistentes, e viven hoxe como dialectos deles. Así como non se pode falar, e non se fala, dun idioma andaluz distinto do castelán, ou dun idioma valenciano distinto do catalán, tampouco compre falar, en termos científicos análogos, dun idioma portugués distinto do galego. Lingüísticamente, galego e portugués atópanse entre sí na mesma relación que castelán e andaluz, ou catalán e valenciano. Históricamente, os primeiros termos destes tres binomios son as linguas orixinarias, e os segundos, os resultados da implantación das mesmas nos territorios reconquistados. Mais, mentras que a xerarquización histórica segundo o eixo norte-sul se mantivo no centro e no leste, o occidente iberorrománico ofrece hoxe unha situación de reversión, como consecuencia da formación, no ámbito da colonización lingüística, dunha entidade política soberana, que non só se emancipou culturalmente da área metropolitana, senón que potenciou sociolóxicamente o romance común, ao tempo que naquela área se debilitaba e devecía a conciencia lingüística, como consecuencia da fronteira política xurdida e a presión do romance central, instaurado en calidade de lingua oficial non por causa dunha norma semellante aos Decretos de Nova Planta dictados para o Principado de Cataluña —pois nunca existiu para Galicia disposición análoga—, senón como o resul-

tado dos profundos cambios de estratificación social producidos nos séculos XIV e XVIII, que supuxeron a aparición dunha nova nobreza e unha nova burguesía que non falaban galego porque non eran galegas.

Así, a importancia cultural e social do portugués con respecto ao galego non nos permite, fora do ámbito puramente lingüístico, omitir na nomenclatura o termo que designa a fala de expansión, como ocorre no caso dos outros romances hispánicos. E, pois, conforme ao conxunto dos datos reais dos nosos días, falar de galego-portugués cando nos referimos ao romance ibérico occidental. Está é a doutrina e a práctica da escola de Menéndez Pidal. O galego, xa que logo, é unha variedade inserta dentro dun complexo lingüístico do que foi o núcleo histórico, pero que hoxe ten por núcleo, sociolóxicamente falando, a variedade meridional, lingua oficial do Estado ali constituído.

As primeiras manifestacións do romance occidental no terreo literario nolas fornecen os Cancioneiros galego-portugueses, que conteñen textos dos séculos XIII e XIV, nos que a lingua escrita é perfectamente homoxénea, máis que neses tempos fora xa un feito a independencia política de Portugal. A serie de fenómenos de distinción do galego e o portugués que logo han producirse, resúmense na progresiva castelanización daquel, como consecuencia dos feitos históricos apuntados.

Resulta, pois, escasamente fundada na realidade histórica, toda pretensión de constituir un galego que se presente orgullosamente afastado do portugués e do castelán. Ao galego non lle caben máis opcións que as consistentes en aceptar as súas orixes e desenrolo natural, como forma do galego-portugués, ou lexitimar a reitificación do seu destino producida pola irrigación de sangue forasteiro a fins da Idade Media e a fins da Idade Moderna, cando foi renovada a nobreza autóctona, vencida e esiliada como partidaria dos Borgoña descontra os Trastámara, e cando a industrialización e a comercialización foron montadas por xentes de fora. Ou galego-portugués ou galego-castelán. No primeiro caso habería que espurgar a nosa lingua de fonemas, morfemas, lexemas e sintagmas introducidos como consecuencia da erosión da lingua oficial. Naturalmente, non se trataría, como poden coidar algúns anubiados, de retornar ao galego do século XIII, e moito menos de adoptar como lingua padrón a forma de expansión no seu estado normativo actual. Unha

política cultural está sempre datada, e o que hoxe non é viábel, non debe ser intentado hoxe. Máis se rasgos como a caída de —l— e —n— intervocálicos son esenciais ao galego-portugués, debemos resistir a invasión de —l— e —n— que impuxo o modelo administrativo. Pois se o feito de que no galego vulgar de moitos puntos de Galicia ese esotismo é dabondo xeral, nos levara a aceptalo por respeito ao uso popular, estaríamos outorgando a nosa benzón a unha deteriorización do galego que deberíamos estender a todos os campos da vida da lingua. Entónces a deturpación sería o democrático, e deixaríamos máis unha vez vivir a lingua en estado salvaxe, o que nos conduciría á dialectalización do galego como galego-castelán.

Ora, esta derradeira solución é inestábel. Se aceptamos as formas populares do galego rural, tan castelanizadas, e as deixamos evolucionar libremente, continuará o proceso encetado hai séculos —pero agora acelerado polas condicións da vida moderna— cara a redución da lingua do país a un elemento sustratístico da lingua oficial. É dicir, que un galego-castelán remata, lóxicamente, nun dialecto castelán de sustrato-galego. Unha situación análoga á do moderno leonés, ou á do aragonés moderno.

O que non sería máis que unha ilusión inxenua, que redundaría na promoción dun desgaste progresivo, sería a postura de isolamento ultragaleguista que propugnase un crispado diferencialismo do galego tanto cara o portugués como cara o castelán. De feito, ao traveso da historia non existiu nunca un galego isolado do portugués e do castelán. O galego foi nas súas orixes galego-portugués. Cando deixou de ser lingua escrita, transformouse en galego-castelán. Semella lóxico que, sempre situándonos con realismo na data presente, desexemos restaurar a espléndida lingua que outrora foi o español da lírica culta. Quen non esté interesado nesa restauración pode permanecer pasivo, pode mesmo propugnar un comité de non intervención que deixe que o idioma se coza no seu propio zume. Ou sexa, pode aceptar a fórmula do galego-castelán: castelán de sustrato galego. Mais poñer alfándegas en todas as fronteiras, romper as relacións con todos os veciños. suspender o comercio con todo achegado, sería cinxir a lingua cun cinturón de castidade que a esgotaría nunha infecundidade contraria á natureza.



Ato na Casa da Língua Comum, sede da *Academia Galega da Língua Portuguesa* (AGLP) em Santiago de Compostela, o dia 5 de outubro de 2024. De esquerda a direita: José-Martinho Montero Santalha, primeiro presidente da AGLP; Ana Salgado, da *Academia das Ciências de Lisboa*, presidente do *Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa*; António Pedro Gil Hernández, atual presidente da AGLP e da Fundação AGLP; e Joel R. Gómez, na intervenção para o seu ingresso na AGLP.

# Recebimento de Joel Gómez na AGLP

(Santiago de Compostela, 5 de outubro de 2024)

**José-Martinho Montero Santalha**

A Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) tem o gozo de receber hoje oficialmente no seu seio Joel Gómez, e para mim é, ademais de um gozo, uma honra dar-lhe as boas-vindas em nome de toda a corporação.

Peço desculpa para começar com uma já velha lembrança. No ano 1990, no terceiro Congresso da AGAL, que decorreu entre Ourense e Vigo, escrevi (já não lembro com ocasião de quê, talvez como dedicatória em algum livro) o seguinte dístico (que depois foi benevolmente recolhido e impresso por um amigo entre outros versos da minha pobre inspiração poética):

*Bendita esta língua nossa, que é na boca como mel,  
e bendito quem a escreve tão tem como tu, Joel!*

Peço novamente desculpa por esta auto-citação, que só pretende testemunhar a minha já antiga admiração pelo nosso novo companheiro académico.

Intentarei a seguir recordar os dados principais de uma frutífera biografia intelectual e profissional e de um currículo excepcionalmente rico.

Antes de mais, uma breve ficha:

José Manuel Joel Rodríguez Gómez (Joel R. Gómez) nasceu em Ourense em 1959.

É Doutor em Filologia Portuguesa (2009) e Licenciado em Filosofia e Ciências da Educação (na secção de Psicologia) pela Universidade de Santiago de Compostela (1980).

De profissão é jornalista, labor que desenvolveu durante várias décadas em *La Voz de Galicia*, na maior parte desses anos desde Santiago de Compostela. Agora está jubilado (desde 2022).

Está casado e tem uma filha.

É colaborador do Grupo de Pesquisa GALABRA da Universidade de Santiago de Compostela desde 1999.

### **Obra escrita (resumo)**

Na sua produção escrita podemos distinguir três categorias: trabalhos jornalísticos, obras literárias e obras de investigação.

**1. Trabalhos jornalísticos.** Ademais de ter redigido e assinado muitas notícias de carácter ocasional, publicou no seu jornal muitos trabalhos de índole cultural sobre escritores e livros galegos etc. num nível divulgativo mas sempre rigoroso.

**2. Obras literárias.** A sua produção literária, nomeadamente de narrativa e teatro, recebeu diversos prémios.

*Quando o sol arde na noite* (AGAL 1990), romance sobre a vida estudantil compostelana dos anos 80, de grande sucesso no seu momento.

*A desforra (ensaio cómico com um monólogo útil e um acto zero)* (Cadernos da Escola Dramática Galega, A Corunha 1991). Peça teatral premiada no XI Concurso de Teatro Breve da Escola Dramática Galega. Desta obra foi radiada uma versão radiofónica na emissora *Antena 3 de Compostela* em março-abril de 1991. Também se fez uma apresentação em Ourense, da qual se gravou vídeo, e em Viveiro.

*Teatro à medida e pronto para si* (AGAL 1998), duas peças teatrais («Quanto vales tu, meu tentador?») e «A invençom da Alvorada: Tragédia dos nossos dias») com prólogo de Jenaro Marinhas («Monólogo a Pano Baixo»).

**3. Obras de investigação.** No campo da investigação destacam os trabalhos de tipo académico sobre a figura e legado de Ernesto Guerra Da Cal e sobre os *Seis poemas galegos* de Federico García Lorca / Guerra da Cal, entre as quais salientam:

*Fazer(-se) um nome. Eça de Queiroz-Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade de século XX* (Ed. do Castro, Sada - A Corunha 2002), lançado no VII Congresso Internacional da “Sociedad Española de Didáctica de la Lengua y la Literatura”, celebrado na Universidade de Santiago.

A sua tese de doutoramento: *A trajetória de Ernesto Guerra Da Cal nos campos científico e literário* (2009, 982 pp., com um segundo volume suplementar de documentos), na Universidade de Santiago, orientada pelo professor Elias Torres Feijó, trabalho realizado no *Grupo de Investigación nos Sistemas Culturais Galego, Luso, Brasileiro e Africanos de Língua Portuguesa (Galabra)*, editado também em 2009 pelo Serviço de Publicações da USC e acessível no seu repositório digital em Internet.

*Ernesto Guerra Da Cal, do exílio a galego universal* (Através Editora, Santiago de Compostela 2015), 392 pp.

Outro livro de investigação jornalística sócio-cultural: *Vite de Compostela: a comunidade (auto-)construída*, Santiago de Compostela : INCIPIT, CSIC Companhia Editora 2023, 325 pp.

Neste campo merece destacar-se igualmente o triplo índice da revista *Agália*: um inventário minucioso e completo do conteúdo de todos os números da revista, que constitui uma verdadeira história documentada do reintegracionismo, e da cultura galega em geral, no período abrangido (1985-2016): «O contributo de *Agália* no século XX (1985-2000)», *Agália* n° 65-66, ano 2001, pp. 97-286; «Índices da revista *Agália*, Números 65 a 100: 1º semestre de 2001 a 2º semestre de 2009», *Agália* n° 104, 2º semestre de 2011, pp. 165-277; «Índices da

revista *Agália*, Números 101 a 114 (2010-2016)», *Agália*, nº 114, 2º semestre de 2016, pp. 145-195.

### Os inícios

Quero lembrar agora os seus inícios na profissão jornalística.

Sendo ainda estudante universitário, em Ourense começou a colaborar no jornal *La Región*. Depois, em Santiago, foi colaborador do diário progressista barcelonês *Mundo Diario*, em cuja redacção se encontrava o jornalista galego Eduardo Álvarez Puga. Aí publicou-se a que provavelmente foi a última entrevista de Eduardo Blanco Amor, realizada por Joel uns dias antes de Blanco Amor falecer em Vigo em 1 de dezembro de 1979 e aparecida postumamente poucos dias depois.

Ao deixar de existir *Mundo Diario* e após ter colaborado ocasionalmente em mais publicações, o jornal *La Voz de Galicia* ofereceu-lhe (a través de Luís Álvarez Pousa, que era o seu responsável em Santiago) colaborar no jornal com uma secção diária de entrevistas, que principiou em março de 1981. A primeira entrevista (sugerida pelo professor José Luís Rodríguez) foi ao hoje conhecido filólogo e professor Manuel Ferreiro, que fazia parte da primeira promoção de Licenciados em Galego. E assim continuou publicando uma entrevista diária, umas vezes com pessoas indicadas pelo próprio jornal, e, quando do jornal não lhe indicaram nada, com pessoas escolhidas por ele. Depois, no fim desse curso académico, o mesmo Álvarez Pousa ofereceu-lhe ser, já mediante contrato assinado, o corresponsal de *La Voz de Galicia* na comarca da Barbança, com centro em Ribeira. A *Voz* era o jornal que mais se vendia nessa zona, seguida de *El Correo Gallego* de Santiago e do *Faro de Vigo*, mas nesse momento não dispunha de corresponsal ali. Logo alcançaram prestígio as suas informações, pelo seu rigor e pela elegante redacção.

A este respeito quero referir um curioso acontecimento dessa época.

Sendo Joel corresponsal de *La Voz de Galicia* em Ribeira, e já com um bem assentado prestígio, numa assembleia de accionistas do semanário nacionalista *A Nosa Terra*, celebrada em Vigo (na qual me encontrava eu também presente como accionista que era), José Luís Fontenla Rodríguez, um dos fundadores do semanário, criticou duramente a política informativa que vinha seguindo *A Nosa Terra*, pedindo que deixasse de estar tão adicto ao Bloco, perdesse “amarelismo” nas suas informações e abrisse as suas perspectivas para todo o galeguismo; e para esse fim propunha Joel como director —naturalmente se ele aceitar. A proposta carecia de qualquer possibilidade de êxito, pois, como era de esperar, encontrou o claro rejeitamento do grupo do Bloco, maioritário entre os presentes na assembleia. De maneira que nem sequer chegou a informar-se a Joel de que o seu nome andara em jogo naquela junta de accionistas...

### **Epílogo**

Caro Joel, a Academia Galega da Língua Portuguesa, segundo alguns cremos, está chamada a desenvolver uma missão que pode ser decisiva para o futuro da nossa língua na Galiza. Para realizar essa missão a AGLP conta desde hoje contigo, e espera muito das tuas múltiplas capacidades e do teu trabalho generoso, bem comprovado durante tantos anos de serviço à cultura galega. Desde agora, aqui estás na tua casa. Bem-vindo a esta nova família!

## **Prof. Carvalho Calero: Notas reintegracionistas**

**António Pedro Gil Hernández**

(Presidente da Fundação AGLP)

Joel, obrigado por me provocares a remexer nas minhas lembranças, já abondo definhadas. Mas vou ao caso:

O teu Discurso de Ingresso na AGLP parece-me correto, sim, mas sobretudo feliz, perfeito para recordar uma faceta do Prof. Carvalho Calero, como foram os artigos publicados em LVG, na forma e no fundo.

Contudo, no meio e meio das minhas lembranças, o Professor achase ligado a outros dous professores, Rodrigues Lapa e Guerra Da Cal, na sequência, dúvidas e acordos até à formulação do Reintegracionismo, não só linguístico, hoje extensa e útil.

Tive ocasiões de ter com os três professores:

Com Guerra Da Cal na sua residência do Estoril, nas circunstâncias que acabaram por fazer real a participação de *Observadores da Galiza* nos *Acordos Ortográficos* do Rio (1986) e Lisboa (1990).

Com Rodrigues Lapa e Carvalho Calero no lançamento do seu livro *Problemas da Língua Galega*, segundo volume da Coleção Noroeste (Lisboa, Sá da Costa, 1981), em Compostela. Na ceia que se seguiu ao ato académico, lá estávamos os dous professores, o também professor José Luís Rodríguez e mais pessoas cujos nomes não lembro. Para mim foram momentos de intensa emoção, sem dúvida, mas de confirmação nas iniciais ações e atividades no Reintegracionismo renascente.

Tenho cartas dos três vultos extraviadas entre papéis não de todo ordenados; devo achá-las e fazê-las públicas em ocasião prudente e apropriada.

Seja como for, o Prof. Carvalho Calero foi, digamos, “companheiro de viagem e orientador” face a um Reintegracionismo consequente. Uma anedota, curiosa e simbolizadora de realidades com frequência escondidas, chegou-me por terceiras pessoas. Carvalho e Constantino García subiam ou baixavam no elevador da velha Faculdade de Filosofia e Letras em paz e companhia, imagino. Parece que num determinado momento Constantino quis chamar a atenção do Prof. Carvalho sobre, parece, as minhas colaborações em *El Ideal Gallego* (Crunha), críticas com os posicionamentos isoladores, ou, antes, daquela favoráveis ao Reintegracionismo. O comentário do Professor ao Constantino foi singelo: “Ah, mas foi aluno teu, não meu”. E era certo. Eu naqueles tempos só “navegava” em castelhano ...<sup>36</sup>

Reconheço que Constantino García quase me convenceu de que as línguas são como os seres vivos, vegetais ou animados, tanto dá: nascem, medram, podem reproduzir-se e acabam morrendo. Isso opinava do galego e da possibilidade, real, de *morrer de morte morrida*. Contudo, pensando, refletindo e lendo e conversando com pessoas, como o Prof. Carvalho Calero ou o citado José Luís Rodríguez, convenci-me de que nas línguas os viventes são os falantes e escreventes que se servem delas, aliás, *construto mental*, que as pessoas elaboram para melhor se comunicarem, se informarem ... ou vice-versa, para se incomunicarem, que de todo há na vinha do Senhor.

---

<sup>36</sup> Mais uma anedota ao caso. De vez em vez ousava eu escrever sonetos, em castelhano, *of course*. No início da aula de Linguística Geral que ministrava o Prof. Lorenzo, eu mostrara o último soneto a uma companheira de nome Ana. Lorenzo viu a cena e pediu-me ver o texto em causa. Lembro vagamente que me felicitou e a seguir aconselhou-me: “E por que não os fazes em Galego?” Respondi que porque não sabia Galego. Mas esse foi o princípio da minha passagem ao Idioma da Galiza. Cousas ...

Naquelas datas, dos anos 70 do século passado, durante os estudos de *Filosofía e Letras, Sección Románicas, Subsección Español*, eu andava despistado e ignorante do que estava a acontecer com o Galego; quase nem conhecia as liortas ou mais do que liortas sobre os processos que a *Ley Villar Palasí (1970) General de Educación* provocara entre os docentes e outras autoridades nos processos e procedimentos para introduzir as “lenguas nacionales” (sic?), diversas da castelhana, no ensino primário (EGB), no profissional (FP) e no secundário (BUP).

Hoje entendo bastante bem os assuntos que daquela, 1970, 1971,... andavam em lida inicial .. e iniciática e que ainda nestes tempos continuam a ser ativos e dominantes *extra legem*: um “galego” marcadamente ideologizado, “oficializado”,<sup>37</sup> de que são amostra a edição de *Gallego 1* e as datas em que foi criado o ILG. Ambos factos foram utilizados na confrontação do “novo galego” contra o Galego “tradicional”, que, mal que bem, a RAG, sob os auspícios do Prof. Carvalho Calero, académico e primeiro Catedrático de Galego na USC, sustinha. Era a batalha entre o Galego e o “gallego”, entre o Galego tradicional (quase praticado pelos notáveis que assim o declararam) e o “gallego” conformado nos âmbitos do citado ILG, na USC.

Em 1970 a RAG publicou as *Normas Ortográficas para a Língua Galega*, que completou em 1971 com as *Normas Morfológicas*: foram as primeiras NOMIGA. Nesse ano 1971 Don Constantino García González e os seus discípulos, como acima digo, lançam o “método de aprendizaxe” *Gallego 1* e instauram o ILG, nomeado “instituto de investigación” no seio da USC, embora à partida ambos elementos são

---

<sup>37</sup> Na realidade **politizado** na aceção mais nobre da palavra e, por isso, estragada em bastantes ocasiões até a reduzir, filológica e graficamente, numa espécie de dialeto da “lengua nacional” do RbE.

constituídos como entidade “galego-normativificadora” dominante, mesmo da RAG, como afinal aconteceu.

Diga quem conheça e saiba quais objetivos o Prof. García e discípulos perseguiram com essas ações: Só os científico-pedagógicos que “salvassem o galego”?

Há quem personaliza, razoavelmente, a continuidade ou descontinuidade do Galego / “galego” nos posicionamentos ou argumentações sustidos pelos Catedráticos, Carvalho Calero, de Galego, e García González, de Filologia românica. Celso Álvarez Cáccamo recolheu no seu *Copyright* uma amostra desse confronto: “As duas bandas: *O porvir do Galego. Um debate na televisão entre os professores Ricardo Carvalho Calero e Constantino García González*. TVG, Maio 1987 - 31 m. 20 s.”<sup>38</sup>

A realidade atual evidencia que os galegos novos fogem do idioma “normativificado” pelas pessoas do ILG, dominantes na RAG. Marcos Pérez Pena noticiava em praza.gal: “O uso do galego retrocede en todo o país, sobre todo nas áreas urbanas”.<sup>39</sup>

Vi, observei e doeram-me danadas atitudes irracionais contra o Prof. Carvalho Calero, inconsistentes e totalitariamente gratuitas por parte de pessoas, amigas e razoáveis quando tratávamos doutros temas, mas doentes se “La questione della lingua” galega entrava em jogo ... nunca dialético. Existiam ... e existem.

Acho que essas pessoas, discípulas mal que bem do Constantino se sentiam na obriga de exprimir o que em boa lida e conduta académica

---

<sup>38</sup> Pode ver-se em <https://www.udc.es/dep/lx/cac/sopirrait/sr089.htm>

<sup>39</sup> Era em 11 de outubro de 2024. E David Lombao acrescentava (11 de outubro): “O castelán xa é o idioma predominante en Galicia. / Un terzo dos menores de 15 anos non sabe falar galego e só un 16% emprega a lingua acotío”.

Online: <https://praza.gal/acontece/o-uso-do-galego-retrocede-en-todo-o-pais-sobre-todo-nas-areas-urbanas>

não cabe de nenhum modo. Era como se considerassem que o estado, o reino, as instituições bourbónicas os amparassem e convertessem as suas opções filológicas (!?) em dogmas de que ninguém pode nem deve afastar-se na “Galicia autonómica”.

Os reintegracionistas bem conhecemos esse estado de cousas ... essa curiosa e triste “razón de estado”. Carvalho em bastantes das suas colaborações em LVG denuncia-as com a prudência e clareza habituais nele.

Bom, outro encontro feliz com o Prof. Carvalho Calero teve lugar a raiz do segundo *Congresso internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, organizado pela Agal.

Eu em tempos recuados tentei que o *Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento*, do CSIC, me publicasse uma análise “semiológica” de *Os dous de sempre*, de Castelao; não foi possível. Também nem sei que motivações o impediram. Afinal apresentei-a como comunicação ao *Congreso Castelao* (1986), em cujas atas consta publicado: “Esboço para uma análise de *Os dous de sempre*”<sup>40</sup>

No *Congresso da Agal* (1986) sustive uma comunicação que continuava a apresentada ao *Congreso Castelao*. Mas, enquanto o elaborava, assaltaram-me várias dúvidas. E o Prof. Carvalho, a quem acudi, mas resolveu amável e certeira. Foi esclarecimento acabado e sumamente carinhoso. Teve a delicadeza de não reprovar a minha falta de atenção e, correlativamente, de investigação.

Estranhava-me a capa que Castelão pusera à edição primeira (1934) de *Os dous de sempre*. Suspeitava que remetia a outro/s texto/s gráficos ou não, e que vinha a ser a epígrafe gráfica, mensagem inicial, sob a cuja luz o leitor devia gostar do texto.

---

<sup>40</sup> Cf. *Actas Congreso Castelao*. Tomo II (Santiago de Compostela, 24-29 novembro 1986), Justo G. Beramendi e Ramón Villares Paz (editores), USC, Servicio de Publicaciones, 1989, pp. 343-352.

O Prof. Carvalho Calero respondeu-me quase à volta dos correios com as explicações pertinentes, numa ficha, que conservo e que tem de andar por casa. Se lembro bem, não me remeteu à sua *História da Literatura Galega Contemporánea* em que se acha a explicação que eu procurava:

Na **capa da novela** há uma vinheta de Castelão em que figuram **um pássaro e um batrácio**, aquele pousando no alto de uma planta, este acovilhado baixo ela. As perspectivas respetivas do mundo têm de ser distintas. O inconformismo idealista de Ranholas e o sonolento pancismo de Pedro aparecem sem dúvida assim simbolizados. Não sabemos se Castelão está aludindo ao relativismo spengleriano, que fala justamente da perspectiva do pássaro e a perspectiva da rã.” (1975, 2.<sup>a</sup> ed., pp. 657-658)

Porém, dirigiu-me à citação precisa de *A decadência de Occidente*, de Oswald Spengler. Eis o fragmento em causa (cito pela tradução castelhana):

Contemplar el mundo no desde la altitud de un Esquilo, de un Platón, de un Dante, de un Goethe, sino desde el punto de vista de la necesidad diaria y la realidad apremiante, es lo que yo llamo *cambiar en orden a la vida la perspectiva del pájaro por la perspectiva de la rana*. Justamente éste es el *descenso de una cultura a una civilización*. Toda ética formula la visión que el alma tiene de su sino: heroica o práctica, grande o vulgar, viril o senil. Y por eso distingo yo una moral trágica y una moral plebeya. La moral trágica de una cultura conoce y comprende el peso de la realidad; pero de este conocimiento extrae el sentimiento del orgullo, para sobrellevarla.

Así sentían Esquilo, Shakespeare y los pensadores de la filosofía bramánica; así también Dante y el catolicismo germánico.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Cf. Oswald Spengler (1934), *La decadencia de Occidente. Bosquejo de una morfología de la historia universal*. Traducido del alemán por Manuel G. Morente, 4.<sup>a</sup> edición. Tercera parte, Forma y realidad, Volumen II, Madrid, Espasa Calpe, p. 208.

Anteriormente, Oswald Spengler (1940), 5.<sup>a</sup> edición. Primeira parte, Forma y realidad, Volumen I, Madrid, Espasa Calpe, p. 73, diz-se:

[...] Es evidente que se ha perdido la visión para el sentido último de la actividad

Graças ao Professor, pude passar como investigador metuculoso. Depois, já durante o *Congresso da Agal* tivemos tempo para conversar descontraidamente sobre esse e outros textos e contextos, arredor da novela de Castelão.

As *Jornadas do Ensino*, que o saudoso Pepe Paz e colegas organizavam, e mais as atividades das *Irmandades da Fala da Galiza e Portugal* dum lado e doutro da *raia*, promovidas mormente pelo também saudoso José Luís Fontenla, deram-nos mais ocasiões de conviver e conversar “academicamente” e ainda mais.

Posteriormente, na Crunha, durante as minhas visitas de tarde a Jenaro Marinhos del Valle, quase rituais, mas sempre afetuosas, evocávamos os encontros, em que também participamos. Explicou-me e justificou a sua baixa na RAG, quando faleceu o Prof. Carvalho Calero: *Não tem nenhum sentido que continue na RAG, uma instituição estragada e alheia dos princípios fundacionais, quando a pessoa que mais trabalhou e mereceu ser académica de número e até Presidente já não está nela.*

Reconheço que recordar o Prof. Carvalho acarreta outras lembranças de pessoas muito queridas e ativas no amor à Galiza pela via dolorosa do *Reintegracionismo*, tanto neste lado da Raia, quanto do outro.

E finalizo com a lembrança de umas jornadas que as *Irmandades da Fala*, por José Luís Fontenla Rodrigues, organizaram no *Parador (Pousada) da Ponte Vedra*, nos dias 6 e 7 de dezembro de 1985. Na

---

filosófica. Se confunde ésta con la predicación, la propaganda, el folletón o la ciencia especializada. Se ha descendido de la perspectiva del pájaro a la perspectiva de la rana. Se trata nada menos que de saber si una verdadera filosofía es en absoluto *posible* hoy o mañana. Si no lo es, más valiera hacerse ingeniero o plantador, dedicarse a algo verdadero y real, en vez de andar machacando añejos temas con el pretexto de dar “un nuevo empujlo al pensamiento filosófico”. [...] Lo que no apresia y transforma la vida toda de una época hasta sus más hondas profundidades, mejor es callarlo. Y lo que aun ayer era posible, hoy ya no es, cuando menos, necesario.

minha memória entendo-as como uma espécie de preparação à possível participação da Galiza no *Acordo Ortográfico para a Lusofonia* que se previa realizar no Rio de Janeiro (maio de 1986).

Entre os assistentes ao citado encontro no Parador pontevedrês estávamos o Prof. Carvalho (1910-1990), o Prof. Fernando Cristóvão, na altura (se não erro) presidente do *Icalp (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa)*, o jornalista e escritor Fernando Assis Pacheco (1937-1995), a quem eu conhecia pelas suas colaborações no *Jornal de Letras*, o Prof. Isaac Estraviz, dicionarista, o escritor Moncho de Fidalgo, ...

Foi engraçada (ou menos) a surpresa que o amigo Assis Pacheco sofreu quando o adverti da versão sonora “galega” aplicada à série *A escrava Isaura*, emitida pela TVG (daquela popularmente bem chamada “telegaita” ... e hoje?).<sup>42</sup> Não acreditava, mas acabou vendo: um novo São Tomás converso e diverso.

Pareceu-me ... (na distância todas as memórias são pardas) ... Parece-me recordar que as pessoas portuguesas presentes tiveram a ocasião de comprovar alguma das discussões esquisitas que não raro mantêm os galegos, quando se comunicam entre eles.

Não lembro bem, apenas confusamente ... Seica D. Ricardo e Fontenla dissentiam na grafia de alguma ou algumas palavras? Mas não foi discussão grave, antes (evoco-a) engraçada e mais engraçada ainda na distância de quase 40 anos. Hoje essa discussão, a que for, careceria de sentido.

---

<sup>42</sup> *A Escrava Isaura* é uma telenovela brasileira produzida e exibida pela Record entre 18 de outubro de 2004 até 29 de abril de 2005 em 167 capítulos, [...] Baseada no romance homónimo de 1875, de Bernardo Guimarães, é escrita por Tiago Santiago, com colaboração de Anamaria Nunes e Altenir Silva, direção de Fábio Junqueira, Emílio Di Biasi e Flávio Colatrello Jr. e direção geral de Herval Rossano. (Notícia tomada da wikipédia, que nada diz da exibição da série na TVG.)

Seja como for, cinco meses depois, nas sessões do *Acordo* no Rio de Janeiro participavam três observadores galegos: Isaac Estraviz, que levava a delegação do Prof. Guerra Da Cal; Adela Clorinda Figueroa e José Luís Fontenla, promotor certo da participação galega no *Acordo* do Rio e quatro anos depois a levada adiante no *Acordo* de Lisboa. Sem dúvida aquele encontro na Ponte Vedra produziu os seus frutos.

Por outro lado, para terminar: parece (assim o propagam os mass média) que está a triunfar a banda do galego-”castellano” e com ela a desfeita das Comunidades de Falas Galegas sem ainda conformarem uma [in-]certa *Comunidade Linguística Galegófona* ou, antes, *Galegógrafa*, publicitariamente assumida e protegida pelas “autoridades competentes” bourbónicas, as quais simultaneamente nos factos estão a impedir pelos seus meios, da monarquia bourbona, que as *Comunidades Galegas de Fala* se entendam cobertas pela ortografia galaica tradicional e assim se integrem na *Comunidade Lusófona Mundial*.

Obrigado, Joel, nestes dias tórridos de agosto de 2025:

*António Pedro Gil Hernández, Presidente da Fundação AGLP.*

*Este*  
Anexo VI do Boletim  
da Academia Galega da Língua Portuguesa  
foi concluído no  
**23 de setembro de 2025**  
data da inauguração da  
Cátedra Carvalho Calero  
na Universidade de Santiago  
de Compostela.



**E**ste Anexo VI do *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* (AGLP) inicia-se com o estudo “A produção jornalística de Carvalho Calero sobre política linguística: por um galego útil, rendível, económico e competitivo”, de Joel Gómez. Este trabalho foi defendido o dia 5 de outubro de 2024 na Casa da Língua Comum, em Santiago de Compostela, com ensejo do ingresso do autor como membro numerário da AGLP. Analisam-se mais de cem produtos difundidos por Carvalho Calero no jornal *La Voz de Galicia*, em que se ocupou de temas de política linguística. Reivindica-se como produtor de artigos de opinião e reclama-se a atualidade da sua doutrina reintegracionista, e que seja considerada de novo na agenda política da Galiza, após os dececionantes resultados da política linguística aplicada desde abril de 1983, que derivou na perda de utentes da língua da Galiza, e a sua progressiva substituição pelo espanhol. Na bibliografia final referenciam-se 236 trabalhos de Carvalho Calero, publicados entre 1945 e pouco antes da sua morte por *La Voz de Galicia*. Reproduz no final 2 desses artigos de Ricardo Carvalho Calero publicados no dito jornal no verão de 1975. Neles, Carvalho propõe uma modificação progressiva da ortografia galega, passando de uma orientação alicerçada no galego-castelhano para o galego-português, esta última acorde com a história e a tradição da língua e o Galeguismo.

O volume completa-se com trabalhos de José-Martinho Montero Santalha e de António Gil Hernández, com informações de interesse sobre Joel R. Gómez e sobre o relacionamento com Carvalho Calero. Também se acompanha na capa de uma caricatura do autor estudado feita por Siro López.



Academia Galega da  
Língua Portuguesa

ISBN 979-13-990743-3-8



9 791399 074338 >